



**Vanessa Liliana  
Marques Fernandes**

**Género textual Sentença – Estudo comparativo  
alemão-português**



**Vanessa Liliana  
Marques Fernandes**

**Género textual Sentença – Estudo comparativo  
alemão-português**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução Especializada às Ciências Jurídicas, realizada sob a orientação científica da Prof. Dr. Maria Teresa Alegre, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, e sob a co-orientação do Prof. Dr. Miguel Lucas Pires, Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

**Dedicatória**

Aos meus pais, sempre.

À sua dedicação e apoio incansáveis.

À certeza deles que nunca vacilou e que sempre me deu força.

## **o júri**

presidente

**Prof. Doutora Maria Fernanda Amaro de Matos Brasete**  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

**Prof. Doutora Anabela Valente Simões**  
Professora Adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro (arguente)

**Prof. Maria Teresa Murcho Alegre**  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora).

## **agradecimentos**

Agradeço, em primeiro lugar, à minha orientadora, à Professora Doutora Maria Teresa Murcho Alegre, pela disponibilidade e pelo auxílio facultados ao longo do processo de elaboração da presente dissertação.

Agradeço igualmente ao Professor Doutor Miguel Lucas Pires pela indicação de material académico relacionado com o Direito Comparado que se veio a revelar muito útil na realização deste trabalho.

Numa nota mais pessoal:

Agradeço aos meus Pais que foram o meu grande amparo nesta jornada. A vossa dedicação e apoio incondicionais lembravam-me a cada momento da sorte que tenho em ser vossa filha. Não imaginam o alento que me davam com a vossa força e perseverança. Obrigada por acreditarem sempre em mim;

Agradeço também aos meus avós paternos que estiveram sempre disponíveis para me ajudarem no que fosse preciso e cujas palavras de ânimo me encorajavam imenso;

Agradeço à minha madrinha cuja desenvoltura e fé fácil me conseguiam sempre distrair e ver as coisas com outra perspetiva;

À minha prima Beatriz agradeço a jovialidade e alegria que, por si só, me davam força e ímpeto para continuar;

Agradeço também à minha prima Patrícia por todo o apoio e força que me deu e pelos esclarecimentos e sugestões que sempre tornavam tudo mais claro e alcançável.

Muito obrigada a todos por terem contribuído para a realização deste trabalho quer direta, quer indiretamente, e principalmente pelo ânimo que nunca deixaram que me faltasse e sem o qual a elaboração da presente dissertação não teria sido possível.

**palavras-chave**

tradução jurídica, estudo comparativo, género textual sentença, acórdão, alemão - português.

**resumo**

O presente trabalho consiste num estudo comparativo entre a sentença alemã e o acórdão português, primeiro numa perspetiva geral, e depois com recurso a exemplares concretos. Nele é apresentada uma análise da sentença como género textual e das suas principais características nos dois sistemas jurídicos, seguida por uma confrontação a nível da forma e do conteúdo de três pares de sentenças, cada um compreendendo uma sentença alemã e um acórdão português. Esta dissertação, possui, assim, como objetivo principal, contribuir para a elucidação dos tradutores jurídicos no que respeita a este género de texto em particular.

**keywords**

Legal translation, comparative study, text genre - sentence, judgement, german-portuguese.

**abstract**

The present work consists of a comparative study between the German and Portuguese sentences, firstly from a general perspective, and then resorting to concrete examples. Here is also presented an analysis of the sentence as text genre and of its main characteristics in the two legal systems, followed by a comparison regarding the form and the content of three pairs of sentences, each including a German sentence and a Portuguese one. This dissertation thus has, as its main goal, contributing for the elucidation of legal translators concerning this particular type of text.

# ÍNDICE

1. Introdução.....	1
2. Sistema jurídico alemão vs. sistema jurídico português.....	3
2.1 Categorização dos dois sistemas jurídicos.....	3
2.2 Hierarquia judicial.....	4
3. O texto jurídico.....	7
4. A sentença/acórdão.....	11
4.1 Definição e categorização.....	11
4.2 Importância da jurisprudência nos dois sistemas jurídicos .....	14
4.3 A sentença como género textual.....	15
5. Apresentação do estudo comparativo.....	19
5.1 Metodologia.....	21
5.2 <b>Par A</b> – Decisões de Tribunais de 2 <sup>a</sup> instância.....	23
5.2.1 Breve apresentação dos textos.....	23
5.2.2 Comparação dos mesmos a nível da forma.....	24
5.2.3 Comparação dos mesmos a nível de conteúdo.....	32
5.2.4 Reflexão.....	38
5.3 <b>Par B</b> – Decisões de Tribunais de 3 <sup>a</sup> instância.....	39
5.3.1 Breve apresentação dos textos.....	39
5.3.2 Comparação dos mesmos a nível da forma.....	40
5.3.3 Comparação dos mesmos a nível de conteúdo.....	49
5.3.4 Reflexão.....	56
5.4 <b>Par C</b> – Decisões de Tribunais Constitucionais.....	57
5.4.1 Breve apresentação dos textos.....	57
5.4.2 Comparação dos mesmos a nível da forma.....	58
5.4.3 Comparação dos mesmos a nível de conteúdo.....	66
5.4.4 Reflexão.....	72
6. Conclusões.....	75
7. Bibliografia.....	79
8. Anexos.....	81



# 1. INTRODUÇÃO

A tradução é uma das formas mais importantes de comunicação entre indivíduos ou comunidades com línguas maternas distintas. Na sua forma escrita, aplica-se a textos de maior ou menor extensão e tem como objetivo possibilitar a comunicação entre as referidas entidades. A tradução de especialidade, ou seja, aquela que tem uma aplicação prática no nosso dia-a-dia, é a que exige uma maior responsabilidade por parte do tradutor, uma vez que da sua correção e coerência dependem, não raras vezes, as vidas das pessoas. A tradução jurídica enquadra-se nessa categoria.

O Direito é um conceito universal partilhado por todas as nações, embora com interpretações e utilizações bastante diversas. Uma das suas principais manifestações é a escrita, ou seja, os textos a si inerentes. Existe uma infinidade de textos jurídicos que abrange desde os contratos até às cartas rogatórias, passando pelas certidões, decretos-lei, e inúmeros outros documentos. Dada a globalização do mundo em que vivemos, e a constante movimentação de pessoas (emigração/imigração), torna-se necessário o papel da tradução nesta esfera, uma vez que a transposição desses documentos para uma outra língua é muitas vezes indispensável. Atendendo ao curso em questão – Mestrado em Tradução Especializada às Ciências Jurídicas, como domínio de especialidade, o texto jurídico escolhido para ser o objeto deste trabalho foi a sentença/acórdão.

A escolha deveu-se maioritariamente à sua relevância em termos de Direito internacional, ou seja, muitas vezes entidades estrangeiras solicitam determinados documentos jurídicos de outros países relativos a emigrantes que lá se encontram. Um desses documentos poderá ser uma sentença ou um acórdão, daí se tornar pertinente a realização de um trabalho deste foro. Para além disso, há muitos imigrantes no nosso país que, caso sejam alvo de processos cá, podem também necessitar de uma tradução de uma decisão judicial.

Muito embora esta dissertação tenha como tema-base a comparação entre o *acórdão português* e a *sentença alemã* e não a sua tradução, consideramos que um estudo deste género pode vir a tornar-se útil para futuros tradutores deste tipo de documentos.

Os pontos abordados na presente dissertação encontram-se enumerados da seguinte forma: em primeira instância, será feita uma abordagem do enquadramento dos sistemas jurídicos português e alemão no panorama do Direito em geral, nomeadamente no que respeita às semelhanças e diferenças existentes entre os mesmos.

Seguidamente será efetuada uma apreciação do texto jurídico como texto de especialidade com as suas características próprias – mais especificamente dos seus aspetos principais, e daquilo que o torna diferente dos outros textos de especialidade.

Num terceiro ponto, proceder-se-á a um pequeno estudo sobre a sentença, nomeadamente sobre a importância que tal documento detém em cada um dos sistemas jurídicos em causa – o português e o alemão. Abordar-se-á também a sua categorização e as suas principais características como género textual.

De seguida, far-se-á uma breve apresentação dos modelos de sentença escolhidos como objeto do presente trabalho, mais especificamente sobre o seu enquadramento na hierarquia das sentenças. Referir-se-á também a metodologia utilizada no decorrer do trabalho, e subseqüentemente proceder-se-á ao dito estudo comparativo das mesmas, quer a nível da forma, quer a nível do conteúdo.

Finalmente redigir-se-á uma conclusão, na qual serão abordados os pontos fulcrais da presente dissertação e as ilações retiradas a partir do trabalho efetuado. Em suma, providenciar-se-á um quadro geral das sentenças alemãs e portuguesas e das suas principais características que possa servir de auxílio a tradutores especializados à área das ciências jurídicas.

Tal como foi acima referido, o capítulo que se segue prende-se com o enquadramento dos sistemas políticos alemão e português no panorama geral da justiça europeia, e com as mais significativas diferenças e semelhanças que existem entre os mesmos.

## 2. Sistema Jurídico Alemão vs. Sistema Jurídico Português

### 2.1. Categorização dos Sistemas Jurídicos

Existe uma grande diversidade de sistemas jurídicos, os quais se enquadram em certas categorias, mais exatamente, famílias jurídicas. No continente europeu, as principais famílias jurídicas são a família jurídica romano-germânica e a família jurídica de *Common Law*. Na última, “pontificam o Direito inglês e o dos Estados Unidos da América” (Moura Vicente, 2008, p. 71); já a primeira é um pouco mais complexa.

A família jurídica romano-germânica compreende três ramos: “o dos sistemas jurídicos de matriz francesa (o Direito francês, o belga, o espanhol, o dos países sul-americanos de língua castelhana); o dos sistemas de matriz germânica (alemão, suíço e austríaco); e o dos sistemas dos países nórdicos ou escandinavos em sentido lato (Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia e Islândia)” (Moura Vicente, 2008, p. 71).

O traço fundamental do Direito praticado pelos membros desta família jurídica e que a distingue assim, por exemplo, da *Common Law*, é a tendência existente para redigir um conjunto de regras abstratas que, por sua vez, irão regular todo um número de situações concretas. É também evidente o princípio da separação dos poderes que é comum a todos os países pertencentes ao *Civil Law*, outra designação para a família em questão, segundo o qual o poder judicial, o poder executivo e o poder legislativo são totalmente independentes. Os ideais ou valores jurídicos aqui presentes são, desde a Revolução Francesa, “a liberdade, a igualdade e a solidariedade” (Moura Vicente, 2008, p. 76).

A julgar pela divisão da família jurídica romano-germânica, é seguro dizer que o sistema jurídico português tem algumas discrepâncias em relação ao alemão, embora estas não sejam suficientes para se justificar a sua inserção em famílias jurídicas diferentes.

## 2.2. Hierarquia Judicial

No que diz respeito à hierarquia judicial, na Alemanha, existem cinco jurisdições: a ordinária, a administrativa, a financeira, a laboral e a social. Na primeira, enquadram-se casos de matéria civil, criminal e jurisdição voluntária. A jurisdição ordinária compreende três graus: a primeira instância, empregue pelos *Amtsgerichte* (tribunais de comarca, que julgam pequenas causas) e pelos *Landesgerichte* (tribunais estaduais para causas de maior valor); a segunda instância, constituída pelos *Oberlandesgerichte*, que funcionam ao nível dos estados, bem como pelos *Landesgerichte*, no que respeita aos recursos das decisões proferidas pelos *Amtsgerichte*; finalmente o tribunal supremo da federação, *Bundesgerichtshof*, ao qual cabe “julgar as questões de Direito suscitadas nos recursos interpostos das decisões proferidas pelos tribunais inferiores” (Moura Vicente, 2008: 201).

As outras jurisdições são integradas pelos seguintes tribunais: jurisdição administrativa pelos *Verwaltungsgerichte* (1ª instância), *Oberverwaltungsgerichte* (2ª instância) e *Bundesverwaltungsgericht* (tribunal supremo); jurisdição financeira pelos *Finanzgerichte* (1ª instância) e pelo *Bundesfinanzhof* (tribunal supremo); a jurisdição laboral pelos *Arbeitsgerichte* (1ª instância), *Landesarbeitsgerichte* (2ª instância) e *Bundesarbeitsgericht* (tribunal supremo); finalmente a jurisdição social pelos *Sozialgerichte* (1ª instância), pelos *Landessozialgerichte* (2ª instância) e *Bundessozialgericht* (tribunal supremo).

Por último, os Alemães têm ainda um Tribunal Constitucional Federal (*Bundesverfassungsgericht*) e um tribunal constitucional em cada estado alemão.

Em Portugal, a estruturação dos tribunais encontra-se estipulada na Constituição. Nela estão previstas duas ordens de tribunais: os *tribunais judiciais*, tribunais comuns em matéria civil e criminal, que exercem a jurisdição em todas as matérias não atribuídas aos restantes tribunais; e os *tribunais administrativos e fiscais*, que julgam as questões fiscais e administrativas. Prevê-se também um Tribunal Constitucional e um Tribunal de Contas, fiscalizador das contas públicas e julgador das contas que a lei lhe submete.

Os tribunais de primeira instância são, regra geral, os de comarca, que podem funcionar como tribunais de competência genérica, competência especializada, ou competência específica. Os de segunda instância, chamados Tribunais da Relação existem em apenas algumas cidades do país. O Supremo Tribunal de Justiça é a entidade superior no que aos tribunais judiciais diz respeito.

Já no que se refere aos tribunais administrativos e fiscais, há, na primeira instância, os Tribunais Administrativos de Círculo e os Tribunais Tributários; na segunda, os Tribunais Centrais Administrativos; e, no topo, o Supremo Tribunal Administrativo, equivalente ao Supremo Tribunal de Justiça em matéria administrativa.

Por conseguinte, conclui-se que Portugal e a Alemanha têm uma organização judicial diferente, mas igualmente complexa, tendo em conta que as dimensões do nosso país são consideravelmente menores do que as da Alemanha.



### 3. Texto Jurídico

No final do século XX, a tradução jurídica desempenhava um papel importante, em termos de mercado de trabalho, tal como se pode verificar através da seguinte afirmação.

Juristische Texte stehen in ihrer übersetzungspraktischen Bedeutung an dritter Stelle der Textvorkommen (Schmitt *cit.* por Stolze, 2009, p. 276).

Hoje, vê-se que algumas empresas de tradução dão relevo à tradução jurídica, sendo que, ainda nos nossos dias, o texto jurídico continua a ser dos mais traduzidos, no que respeita à área da tradução especializada.

Existe uma grande variedade de subgéneros textuais, como, por exemplo, as certidões, as procurações, os certificados, as sentenças, cujo caso será aprofundado mais à frente neste trabalho, e também as próprias leis ou decretos-lei cujo raio de alcance é bastante mais abrangente.

Nos dias que correm, o Direito é uma área muito mais aberta ao cidadão comum, graças a avanços tecnológicos como a internet ou a televisão, os quais providenciam cobertura mediática a muitos assuntos relacionados com a justiça, nomeadamente processos e decisões judiciais. Além disso, hoje em dia, o cidadão dispõe de um acesso muito mais alargado a documentos jurídicos como leis, decretos-lei ou acórdãos, devido à sua informatização e consequente disponibilização *online*.

No entanto, o cidadão comum que não esteja minimamente familiarizado com o Direito, ou, mais especificamente com a sua linguagem própria, apesar de ter acesso aos referidos documentos, necessita de recorrer a alguém especializado para os poder compreender na íntegra, uma vez que a linguagem jurídica portuguesa, em particular, abrange “arcaísmos, idiomatismos e fórmulas expressivas que não estão ao alcance de todos” (Coelho Ramos, 2012, p. 8).

Os distintivos linguísticos acima referidos acabam por se tornar indicadores da própria linguagem jurídica. No entanto, é impossível afirmar-se que um texto é jurídico baseado apenas no facto de o mesmo apresentar termos considerados jurídicos. De facto, “não há uma norma tipificada que indique o que vem a ser, afinal, um texto jurídico” (Coelho Ramos, 2012, p. 67).

Caso nos apoiássemos nos critérios estilísticos, como já foi acima referido, teríamos “um tipo de textos que, pela sua linguagem e estrutura, têm uma teleologia administrativa ou legalista” (Coelho Ramos, 2012, p. 67), o que não é suficiente para os categorizar como textos jurídicos, uma vez que tais expressões aparecem frequentemente em trabalhos de ficção, como novelas ou romances.

Por outro lado, o “critério do ambiente e do contexto também não basta, uma vez que abundam textos não-técnicos em autos judiciais, como declarações, testemunhos, participações, denúncias e outros” (Coelho Ramos, 2012, p. 67). O próprio critério respeitante às entidades intervenientes – emissor-recetor – não bastaria, já que o facto de um texto circular entre elementos pertencentes ao sistema judicial não o torna texto jurídico. Nem mesmo a junção de dois ou mais dos critérios mencionados lhe confere essa catalogação, tornando-se assim imperativa a procura de uma categorização diferente.

Vários autores já tentaram solucionar esta problemática. Um dos estudos mais interessantes acerca da mesma foi efetuado por Jerzy Wróblewski (Coelho Ramos, 2012, p. 70), que propõe o estudo da questão partindo de uma distinção entre quatro tipos de linguagens jurídicas: a linguagem legal, a linguagem jurisprudencial, a linguagem jurídico-científica e a linguagem jurídica comum.

Seja qual for a categoria de linguagem presente no texto a traduzir, é mais do que provável que seja necessária uma extensa familiarização do tradutor com o tipo de texto jurídico em mãos e as suas principais características. A pesquisa e a investigação nesses casos são, por conseguinte, praticamente obrigatórias. Afinal, não se trata de textos meramente didáticos ou literários, mas, sim, de documentos que têm consequências diretas ou indiretas nas vidas dos indivíduos implicados, daí a responsabilidade acrescida do tradutor de textos deste foro.

Tal como foi supramencionado, o texto jurídico não é, portanto, um texto de fácil leitura e muito menos de fácil tradução. De facto, a especificidade da linguagem jurídica em certos casos é tal que o tradutor frequentemente se vê obrigado a obedecer a um número de critérios tanto ao nível da forma, como ao nível do conteúdo. O cumprimento desses mesmos critérios pode tornar-se até uma condicionante do reconhecimento da autenticidade e retidão do documento em questão por parte da entidade recetora.



De facto, essa é uma das dificuldades com que o tradutor não raras vezes se depara, tal como Stolze (2009, p. 285) o afirma.

Ein spezielles Problem bei juristischen Übersetzungen sind die standardisierten Formeln. Sie dienen zur Vereinfachung interner Information, weil sie durch den Rückgriff auf bereits vorliegende Formulierung und Präjudizien Gleichbleibendes indizieren.

Stolze diz-nos, assim, que, no que respeita ao sistema jurídico alemão, em particular, existem modelos-padrão de vários documentos jurídicos, os quais devem ser seguidos, o que restringe em muito a liberdade do tradutor, pelo menos no que concerne à disposição dos elementos textuais, e a determinadas construções frásicas. Essas formas pré-estabelecidas promovem um mais rápido reconhecimento do tipo de texto por parte do seu recetor, uma vez que o mesmo automaticamente as compara com documentos previamente lidos detentores de uma disposição de texto semelhante. Portanto, pode concluir-se que, nesses casos em especial, o tradutor não dispõe de liberdade para formular o texto consoante a sua preferência.

Outro aspeto comum em praticamente todas as linguagens jurídicas europeias é a existência de determinadas expressões que se encontram de tal forma enraizadas no nosso sistema judicial que se torna praticamente impossível escapar-se-lhes aquando da tradução jurídica. Refiro-me agora principalmente a textos como sentenças ou leis, uma vez que os seus precedentes são deveras mais antigos do que os de outros textos do foro jurídico. Essa tradição linguística vem já de há tempos remotos, como afirma Stolze (2009, p. 286):

[Archaische Formeln] sind eine Folge der Rezeption des römischen Rechts im Mittelalter mit ihren Begleiterscheinungen: dem allmählichen Vergessen der einheimischen Rechtsquellen, der Verdrängung der germanischen Laienrichter durch gelehrte Doctores und dem Siegeszug der Sprache der Rechtsgelehrten auf den Universitäten und in den Kanzeleien.

Na região onde se formou a Alemanha, essas expressões arcaicas que ainda subsistem na linguagem jurídica alemã foram, então, o legado do direito romano na Idade Média, com os seus efeitos secundários: o esquecimento das fontes de lei nativas, a supressão dos juízes leigos germânicos pelos doutores eruditos, e a marcha triunfal da língua dos sábios das leis nas universidades e nas chancelarias.

Se, no caso da Alemanha e até da Inglaterra, as formas arcaicas saltam à vista nos documentos legais, em Portugal, e em países como a França, os latinismos são uma das características predominantes, aliás, como Stolze (2009, p. 286) afirma:

Der Einfluss der lateinischen Rechtssprache war im französischen Recht besonders stark wirksam, weshalb diese Sprache bis heute in der Terminologie viele altertümlichen Merkmale aufweist und reich an lateinischen phraseologischen Wendungen ist.

É certo que Stolze se refere ao sistema jurídico francês em particular, mas, sendo o português uma língua latina, é natural que a nossa linguagem jurídica tenha vestígios de termos legais romanos na sua terminologia. Stolze refere ainda que, de vez em quando, é praticado um esforço de modernização no sentido de aproximar a linguagem jurídica à língua atual. Com efeito, muitos tradutores aplicam as formas comuns na língua de chegada, não mantendo os latinismos, de forma a aumentar a aceitação estilística do texto.

Devido à continuada reaplicação desses termos jurídicos ao longo da evolução dos sistemas legais, acabou por se desenvolver uma forma estilística que, apesar de inestética aos olhos da comunidade linguística, possui uma função técnica, e, por essa razão, deve ser respeitada. Claro que, dependendo do público-alvo do texto de chegada, frequentemente essa forma estilística não necessita de ser transposta para a outra língua, sendo apenas necessária a fiel tradução do valor semântico do texto. O tradutor deve, no entanto, ter cautela redobrada nesses casos, de forma a não deturpar o sentido da mensagem que se quer transmitir.

Em suma, podemos concluir que o texto jurídico é um tipo de texto deveras mais exigente do que os restantes, uma vez que é detentor de uma forma estilística muito própria, a qual o tradutor muitas vezes se vê obrigado a seguir, assim como de uma disposição textual pré-concebida. É um tipo de texto que inibe a liberdade estilística e formal do tradutor, o que aumenta o carácter desafiante da tradução.

## 4. Sentença ou Acórdão

### 4.1. Definição e Categorização

Sendo a sentença o objeto de estudo da presente dissertação, torna-se necessária a sua definição nas duas línguas de estudo deste trabalho, o português e o alemão, assim como a sua categorização a nível dos vários tipos de sentença que possam existir nos dois sistemas jurídicos em questão.

Começemos com o português:

**Sentença** *s.f.* ato pelo qual o juiz decide a causa principal ou algum incidente que apresente, segundo a lei, a figura de uma causa; acórdão, parecer; opinião justa ou fundamentada; frase curta que encerra um pensamento moral; fórmula de uma impressão intelectual; provérbio; máxima. (Do lat. *Sententia*-, «id.») (Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 2008)

Como se pode ver pela definição acima apresentada, nem todas as explicações que constam na entrada em questão têm relevância no âmbito desejado. De facto, apenas o trecho sublinhado importa. Uma sentença é, portanto, em português, um ato através do qual o juiz decide qual é a causa de algum hipotético incidente.

Vejamos agora a definição de “acórdão” pelo art.º 653º, nº 2 do Código de Processo Civil Português.

O acórdão é uma decisão proferida por um tribunal colegial e é tomada com maioria, sendo o acórdão lavrado pelo presidente, podendo este, bem como qualquer outro dos juízes, assinar vencido, quanto a qualquer ponto da decisão ou formular declaração divergente quanto à fundamentação.

A partir desta definição, podemos concluir que a diferença entre *sentença* e *acórdão* é meramente o número de juízes que passa a *sentença*. De facto, no sistema jurídico português, os acórdãos são muito mais frequentes do que as sentenças, uma vez que se considera que o seu valor democrático confere mais justiça ao julgamento do indivíduo. Normalmente, os juízes costumam decidir em conjuntos de três para que haja um voto de desempate, que pertence ao presidente do referido tribunal coletivo.

Passemos agora à definição, neste caso, de *Gerichtsurteil*, que é o termo alemão para sentença:

**Urteil** - Ein Urteil ist eine gerichtliche Entscheidung. Durch ein Urteil wird grundsätzlich über eine Klage entschieden. [...] Es besteht aus dem Urteilskopf der Urteilsformel sowie dem Tatbestand und den Entscheidungsgründen. (Rechtswörterbuch und Rechtslexikon)

No caso alemão, segundo o *Rechtswörterbuch und Rechtslexikon*, *Urteil* é uma decisão judicial, através da qual um processo é concluído. Esta é uma definição muito mais direta e genérica do que a encontrada no dicionário português, para além de que, neste dicionário, em particular, também é feita menção aos vários componentes da sentença alemã: *Urteilskopf*, *Urteilsformel*, *Tatbestand* e *Entscheidungsgründe*.

Seja como for, a sentença ou o acórdão, quer no sistema jurídico alemão, quer no português, é um documento jurídico de extrema importância que surge no final de um processo judicial, atestando as causas do incidente que lhe deu origem e se a responsabilidade das mesmas é imputável a algum indivíduo. É óbvio que as etapas do processo judicial das quais resulta a sentença, como produto final, não serão objeto de discussão nesta dissertação, uma vez que o objetivo principal da mesma é estudar a sentença como género textual jurídico e não como documento particular.

No caso português, a estratégia de categorização mais utilizada nos dois sistemas jurídicos é a catalogação por tribunal. Aliás, quando é efetuada uma busca *online* por jurisprudência portuguesa, por exemplo, surge uma lista de acórdãos divididos por tipos de tribunal, ou seja, *Acórdãos do Tribunal Constitucional*, *Acórdãos do Tribunal da Relação*, *Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça*, etc. Assim sendo, os acórdãos estão subcategorizados pelo tipo de tribunal que o emite – 1ª, 2ª, ou 3ª instância, e depois, pelo próprio tribunal que o emite – por exemplo, *Tribunal de Comarca de Aveiro*.

Já no caso alemão, a categorização das sentenças é um pouco diferente, uma vez que, entenda-se, a Alemanha é um país muito mais populoso do que Portugal, e possui um número muito maior de tribunais. Assim sendo, a distinção com que nos deparamos quando consultamos, por exemplo, o *site* do *Bundesgerichtshof* (Tribunal Federal Supremo) é entre *Strafsenat* e *Zivilsenat*; ou seja, se a sentença pertencer ao primeiro, é porque se trata de um processo penal, se pertencer ao segundo, é porque é o resultado de um processo civil.

É certo que também dispomos dessa classificação processual no sistema jurídico português, mas não a utilizamos para catalogar sentenças, embora estejam presentes nas mesmas indícios da sua pertença a um dos foros jurídicos.

Por exemplo, num acórdão de um processo civil, o acusado é o *réu*; já no de um processo penal, é o *arguido*. São pequenos aspetos como esse que diferem terminologicamente os acórdãos de processos penais dos acórdãos de processos civis.

## 4.2. Importância da Jurisprudência nos dois Sistemas Jurídicos

Uma vez que a sentença/acórdão é o tema central do presente trabalho, torna-se absolutamente fundamental apurar a sua verdadeira importância nos dois sistemas jurídicos.

No caso da Alemanha, os tribunais têm a função de decidir “casos singulares” (Moura Vicente, 2008, p. 176). As decisões emitidas pelos tribunais alemães não são vinculativas, ou seja, nenhum tribunal é obrigado a seguir a decisão de um outro tribunal relativa a um caso semelhante. Assim, a interpretação da lei efetuada para um determinado caso é apenas válida para esse caso, e não para todos os subsequentes. No entanto, quando os juízes concordam com as avaliações efetuadas anteriormente, podem e fazem uso das mesmas, sem, no entanto, terem sido vinculados a fazê-lo. A única coisa que têm de ter em atenção é o seguimento e a aplicação das normas e da lei vigente.

Assim sendo, pode afirmar-se que o “«Direito Jurisprudencial» (*Richterrecht*) não é, por isso, tido pela doutrina dominante como fonte de Direito, no sentido de causa da formação de normas jurídicas vinculativas” (Moura Vicente, 2008, p. 175). A única exceção é o Tribunal Constitucional Federal, pois todas as suas decisões são vinculatórias para todos.

Já no caso da doutrina vigente em Portugal, há duas “categorias de situações em que a jurisprudência pode adquirir a condição de fonte de Direito” (Moura Vicente, 2008, p. 175). A primeira diz respeito a casos em que as decisões dos tribunais têm força obrigatória geral, como foi o caso dos Assentos do Supremo Tribunal de Justiça. No entanto, os mesmos foram declarados inconstitucionais e o preceito correspondente foi revogado. Atualmente os únicos Tribunais possuidores de tal força jurídica são o Tribunal Constitucional no que diz respeito a declarações de inconstitucionalidade e o Supremo Tribunal Administrativo nalguns casos.

Por outro lado, existem também situações de “correntes jurisprudenciais” que se formam na sequência da reiteração de um certo princípio ou decisão, ou da interpretação de uma determinada norma jurídica. Porém, não se verifica qualquer criação de norma abstrata ou geral com base na mesma, apenas uma autoridade especial que impele os outros tribunais a aplicá-la.

### 4.3. Sentença como Género Textual

A sentença é um subtipo de texto jurídico, o qual, como já foi referido, possui várias características que o distinguem dos demais tipos de texto. O acórdão português e a sentença alemã têm, de facto, os seus traços próprios a nível de terminologia e de micro e macroestrutura, mas também detêm os atributos comuns a todos os textos jurídicos: a linguagem técnica, os conceitos muitas vezes obsoletos na linguagem do dia-a-dia, e as orientações de disposição dos elementos no texto.

#### A Sentença Alemã

Segundo Stolze (2009, p. 223), a sentença na Alemanha é um texto jurídico com uma macroestrutura especialmente estipulada, que muitas vezes é decidida pelos órgãos judiciais e que deve ser seguida por todos os que lidem com o documento em questão.

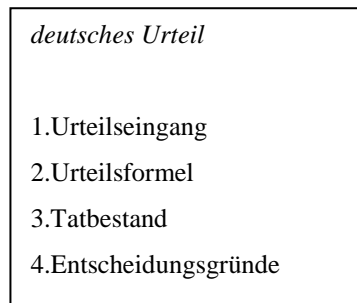
*“Gerichtsurteile sind in Deutschland in ihrer Makrostruktur genau definiert und anhand dieses Textaufbaus zu erkennen.”*

Assim, é absolutamente necessário que se siga a referida macroestrutura, sob pena que o documento não seja reconhecido, caso tal não aconteça. Stolze (1999, p. 169) reitera, dizendo:

*“[...]der Urteilsprüche im **Deutschen** am Anfang steht, so dass Tatbestandsdarlegung und Entscheidungsgründe eine ‘Begründung’ hierzu liefern. In anderen Urteilen wird oft die Ordnungsmäßigkeit des Verfahrens durch ausführliche Beschreibung nachgewiesen, das Urteil erscheint am Ende, quasi als ‘Herleitung’ aus den verschiedenen Gründen und Gesetzesverweisen.”*

Stolze afirma, então, que, nas sentenças alemãs, os veredictos costumam aparecer em primeiro lugar, seguidos pelos factos provados e pela fundamentação da decisão, sendo usadas para tal as leis vigentes aplicáveis. Noutros casos, é também possível que o veredito apareça apenas no final do texto da sentença, tornando-se uma espécie de conclusão tirada a partir da informação escrita anteriormente.

Stolze esquematiza a macroestrutura da sentença alemã da seguinte forma:



O *Urteilseingang* equivale aos primeiros elementos presentes na sentença. São eles o nome do tribunal pelo qual ela foi proferida, o número do processo ao qual ela pertence, a data da sua publicação e a tradicional expressão utilizada em praticamente todas as sentenças alemãs: “*In Namen des Volkes*”, ou seja, “*Em Nome do Povo*”.

Seguidamente surge o *Urteilsformel*, que equivale à macroestrutura pré-estabelecida da sentença, mais especificamente à identificação dos implicados no processo e à sua morada. Nos processos civis, existe sempre um *Verfügungskläger*, ou seja, um *demandante*, e um *Verfügungsbeklagte*, ou seja, um *réu*; já nos penais, nas sentenças alemãs encontramos *Angeklagte*, ao passo que nas portuguesas nos deparamos com *arguido*. O termo *Verteidiger* também é bastante comum, pois indica o nome do advogado, assim como *Richter* o do juiz.

Na terceira parte da sentença, o *Tatbestand*, encontramos uma exposição dos factos ocorridos. Esta é praticamente a única parte da sentença em que a linguagem jurídica é quase substituída pela linguagem corrente, uma vez que, para além dos termos jurídicos usados para mencionar os implicados, a história é contada com uma linguagem formal, é certo, mas mais fácil de compreender do que a do resto do texto.

Finalmente na quarta parte, surgem os *Entscheidungsgründe*, ou seja, as razões que levaram à decisão do juiz ou juízes do processo. A linguagem aqui já é muito mais fechada, uma vez que se faz menção e, às vezes, até se cita na íntegra artigos de leis aplicáveis ao processo em questão. Para além da referência a essas leis, também há um emprego das mesmas àquele caso específico e uma explanação sobre as razões pelas quais o juiz ou juízes consideraram que havia sido perpetrada uma violação da lei por parte dos implicados.



A parte do veredito propriamente dita não foi mencionada nesta exposição devido ao que já foi aqui afirmado: tanto pode surgir no início da sentença, como no final. Nas sentenças alemãs, seja qual for a sua localização no texto, é muito comum que apareçam a **negrito**, saltando assim à vista de quem as leia – uma estratégia com vista a simplificar a leitura da decisão aos implicados.

### O Acórdão Português

No caso do acórdão português, a bibliografia acerca do referido documento jurídico é deveras escassa, o que de alguma forma dificultou a realização da presente dissertação. De facto, a doutrina existente referente ao *acórdão* ou *sentença* foca-se maioritariamente no contexto jurídico, e não no literário, como, aliás, seria de esperar.

Contudo, pode afirmar-se, através da observação de vários exemplares, que a apresentação da sentença a nível estético é muito mais prática e menos pomposa no caso português, uma vez que ela possui uma macroestrutura muito mais pragmática e de mais fácil estudo tanto por parte dos implicados no processo como pelos funcionários jurídicos suscetíveis de o consultar.

De facto, o acórdão português apresenta, em regra, uma estrutura bipartida em duas colunas. Na do lado esquerdo, encontram-se os títulos e subtítulos genéricos do texto do documento, ou seja, no fundo, esta parte revela a macroestrutura da sentença; já na do lado direito, é apresentado o texto correspondente aos títulos e subtítulos mencionados anteriormente.

Tal como na sentença alemã, o cabeçalho é composto por informações relativas à *data do acórdão*, ao número do *processo*, aos *descritores* e ao *relator*. Outro elemento muito importante é o *meio processual*, que indica a interposição de recurso, ou seja, *apelação*, e *decisão* que diz, numa só palavra, se a mesma foi favorável ao *acusado* ou ao *autor* da ação processual. Para além disso, poder-se-á também fazer referência logo na primeira página à *doutrina* consultada, e à *legislação* aplicável, assim como à área do direito em causa. Algo que também é bastante comum aparecer no acórdão português é o tipo de *votação*, ou seja, se houve unanimidade em relação à tomada de decisão pelo tribunal coletivo. De seguida, é elaborado um *sumário* do texto do acórdão, em que é resumida a situação em mãos.

O último subtítulo apresentado na coluna da esquerda é *Decisão Texto Integral*, ao qual corresponde o verdadeiro texto do acórdão, sendo que os anteriores são apenas meros preâmbulos. É neste último que a informação do acórdão se torna mais detalhada e mais precisa, de forma a não deixar dúvidas quanto à mensagem que se quer transmitir.

Dentro da *Decisão Texto Integral*, surgem dois grandes títulos: *relatório*, no qual é brevemente exposto o episódio que deu origem à ação processual, e *fundamentação*. A última subdivide-se em três partes: *factos*, ou mais especificamente, *factos provados*, que dão conta de tudo o que foi provado de entre o que os implicados no processo depuseram ao longo do desenrolar do mesmo, e *direito aplicável*, que se refere à legislatura vigente respeitante ao tipo de episódio em causa – é nessa parte do acórdão que os descritores expõem essas mesmas leis e a sua interpretação por parte dos magistrados, tendo em conta o caso específico em julgamento. A terceira e última parte da *fundamentação* é a *sentença*, que dá realmente conta da decisão e a explica de forma mais breve e precisa.

Noutros casos, em que esteja em causa, por exemplo, a interposição de um recurso, no acórdão respeitante ao mesmo, em regra, está incluída toda a informação do acórdão portador da decisão do tribunal da instância anterior, assim como a própria sentença. A única adição que se executa é a respeitante ao recurso em si, ou seja, a *apelação*, na qual o recorrente explica as razões que o levaram a apelar da decisão, e finalmente a decisão do tribunal em corroborar ou alterar a sentença anterior, justificando-a devidamente, claro, no último título: *decisão*.

Segue-se uma breve informação acerca da imputação das custas do processo, e as assinaturas dos juízes do tribunal coletivo responsável pela decisão judicial.

Em suma, tanto o acórdão português como a sentença alemã têm características em comum, nomeadamente a chamada linguagem jurídica, fechada e com um baixo nível de estética, e a nível do conteúdo, uma vez que estão sempre primariamente presentes três grandes aspetos: os factos provados, o direito aplicável, e a própria decisão. Contudo, a nível da forma e da apresentação dos vários elementos do texto jurídico em questão, as diferenças são bastante significativas, tal como irá ser aprofundado no capítulo seguinte.

## 5. Estudo Comparativo

Deparamo-nos, por fim, com o principal propósito da presente dissertação, que é o estudo comparativo de *acórdãos* portugueses com *sentenças* alemãs, tendo em vista facilitar a tarefa do tradutor aquando da transposição destes textos de uma das línguas referidas para a outra. Foi efetuada uma seleção dos textos a analisar, com o objetivo de descobrir quais os mais comuns num sistema jurídico, e os seus supostos equivalentes no outro. Importa aqui lembrar que este estudo é meramente estilístico, e não engloba reflexões do tipo estritamente jurídico, como por exemplo, sobre o processo em si, e a justeza da decisão tomada.

Este trabalho tem, portanto, como principal objetivo apresentar os contrastes existentes entre os *acórdãos* portugueses e as *sentenças* alemãs relativamente a vários temas. Em primeiro lugar, será analisada a macroestrutura, aspeto já referido neste trabalho, e que implica uma comparação entre a distribuição das várias secções integrantes do texto. De seguida, a nível do conteúdo, serão apresentadas várias particularidades terminológicas existentes entre as várias sentenças.

Por último, serão examinadas algumas questões a nível da sintaxe. O estudo sintático de algumas das principais frases integrantes dos textos em análise (A1 e A2) torna-se relevante do ponto de vista da tradução, uma vez que existem várias construções frásicas fixas no seio da linguagem jurídica, e mais especificamente, na linguagem usada na redação das sentenças e dos acórdãos.

Posto isto, o *corpus* a analisar é composto por três pares de documentos. O primeiro par diz respeito a processos resolvidos em tribunais de 2ª instância, ou seja, num *Tribunal da Relação*, no caso português, e num *Oberlandesgericht*, no caso alemão. O segundo prende-se com decisões judiciais tomadas em tribunais de 3ª instância, ou seja, no *Supremo Tribunal de Justiça*, e no *Bundesgerichtshof* respetivamente. Finalmente é também analisado o caso de dois acórdãos publicados por Tribunais Constitucionais dos dois países em causa.

O método de categorização das sentenças utilizado foi, portanto, o do tribunal emissor. Um aspeto relevante a realçar no que a esse tipo de categorização diz respeito é que, tal como já vimos, a organização judicial da Alemanha é bastante mais complexa do que a de Portugal, não porque haja grandes diferenças acerca do âmbito das jurisdições dos tribunais, mas porque se trata de um país de com um mapa geopolítico de características completamente diferentes em relação ao português.

Após a reunificação da Alemanha em 1990, o regime adotado para o seu governo foi uma federação democrática e parlamentar. Portanto, desde então até aos dias de hoje, a Alemanha é constituída por 16 estados, os *Bundesländer*, com os seus próprios tribunais e com o seu próprio governo. Há um *Bundestkanzler* e um *Bundespräsident*, assim como outros órgãos centralizadores, mas o nível de independência de cada estado é inegável.

Pelo contrário, em Portugal, apesar de existir uma divisão do país em 18 distritos com fins administrativos, a centralização dos tribunais e da administração do país é muito maior do que a existente na Alemanha.

Sendo assim, e reiterando as diferenças existentes entre o mapa geopolítico dos dois países, apesar do sistema de categorização das sentenças utilizado neste trabalho ter como base a organização judicial dos dois países, é inevitável que haja algumas discrepâncias entre os pares de textos formados.

Finalmente de forma a uniformizar o campo semântico e a centralizar ainda mais a esfera de estudo, é seguro dizer que as decisões judiciais aqui analisadas pertencem ao ramo do Direito Civil, à exceção do par de textos emitidos pelos Tribunais Constitucionais, que se enquadram no foro do Direito Penal.

## 5.1. Metodologia

Dada a envergadura do estudo que aqui se almeja realizar, a comparação e a análise dos textos será feita de modo tripartido, ou seja, cada par *sentença alemã – acórdão português* será examinado independentemente dos outros dois. Começar-se-á pelas decisões judiciais emitidas por tribunais de menor instância, e depois estudar-se-á as de maior instância. As últimas serão as dos Tribunais Constitucionais.

Numa primeira abordagem, será feita uma apreciação dos textos em si, nomeadamente acerca do tipo de decisão judicial que representam, e da categoria de tribunais que os emitiram.

Os dois principais aspetos a estudar nos vários textos serão a sua macroestrutura, ou seja, a disposição dos vários elementos textuais, e, numa segunda análise, as expressões terminológicas que o identifiquem como texto jurídico e as construções sintáticas comuns no referido género textual.

Assim, para além da leitura cuidada dos textos, da identificação das partes mais importantes do mesmo, e da seleção das expressões mencionadas, também se irá fazer uso de dicionários, enciclopédias, ou livros especializados da área, a fim de verificar a presença de termos equivalentes. Os dicionários poderão ser em papel ou *online*, conforme a pesquisa necessária.

No final da análise de cada par, será efetuada uma pequena reflexão acerca das questões em análise, nomeadamente, se realmente há parecenças nos dois textos em termos formais ou semânticos, ou se os contrastes se encontram em maior número.



## 5.2 Par A

### 5.2.1 Breve Apresentação dos Textos

A primeira sentença alemã (A1) a ser objeto de análise nesta dissertação foi emitida em 2013 pelo *Thüringer Oberlandesgericht*, que tem competência para julgar causas de 2ª instância. Como se sabe, a Alemanha está dividida politicamente em estados, e, como já se viu, cada estado possui o seu próprio “supremo tribunal”, um *Oberlandesgericht*, que julga as maiores causas de cada estado.

Sendo considerado um tribunal de 2ª instância, não raros são os recursos lá interpostos. De facto, a sentença A1 em particular diz respeito à legitimidade de um registo de propriedade. É, na verdade, um recurso, ou seja, não é a primeira vez que uma sentença é proferida acerca do mesmo. O caso foi novamente avaliado, e, como se pode ver, corroborou a primeira decisão, uma vez que o recurso foi indeferido.

O acórdão português A2 foi emitido pelo Tribunal da Relação de Lisboa, ou seja, também por um tribunal de 2ª instância, no qual são interpostos um grande número de recursos. Existem mais Tribunais da Relação em Portugal, mas no de Lisboa, talvez por pertencer a uma zona muito populosa são resolvidas inúmeras causas de 2ª instância.

O acórdão em questão (A2) não foge à regra, envolvendo, claro está, a interposição de um recurso. Neste caso, o processo está relacionado com um pedido de indemnização de “A” a “B”. Como “B” se recusou a pagar, “A” lançou-lhe um processo. No tribunal de 1ª instância, “B” foi absolvido. “A” não concordou com a sentença, e recorreu da mesma. A resolução deste caso não foi mais venturosa do que a do alemão, ou seja, o recurso foi igualmente rejeitado.

### 5.2.2. Comparação a nível da forma

#### Cabeçalho

Thüringer Oberlandesgericht

Az.: 3 W 100/14  
SOL-1011 AG N



Beschluss

Como se pode ver pela imagem acima apresentada, o cabeçalho da sentença alemã em análise (A1) é bastante simples, com a única exceção do escudo que está colocado em lugar de destaque, no centro da página. Não é incomum verem-se escudos nas sentenças alemãs; de facto, eles são uma constante em praticamente todos os tribunais. Este, como é de Thuring, tem o brasão do respetivo estado.

De resto, para além do nome do tribunal, do número do processo e do título *Beschluss*, que significa *decisão* ou *sentença*, palavra perfeitamente enquadrada no contexto jurídico, a parte frontal da sentença A1 é até bastante pobre estilística e sintaticamente. É, sem dúvida, diferente do cabeçalho do acórdão português A2:

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa	
Processo:	3725/12.4TBFUN.LI-7
Relator:	ORLANDO NASCIMENTO
Descritores:	MORA DO CREDOR OBRIGAÇÃO DE INDEMNIZAR OBRIGAÇÃO DE MEIOS OBRIGAÇÃO DE RESULTADO
Nº do Documento:	RL
Data do Acórdão:	19-12-2013
Votação:	UNANIMIDADE
Texto Integral:	S
Texto Parcial:	N
Meio Processual:	APELAÇÃO
Decisão:	IMPROCEDÊNCIA



Como, aliás, já foi referido, os acórdãos portugueses são claramente muito mais ricos na apresentação da informação. São indubitavelmente mais pragmáticos – não possuem escudos nem afins, mas, no entanto, são muito mais acessíveis do ponto de vista da análise. É muito mais fácil obter-se uma determinada informação a partir de um acórdão português do que de uma sentença alemã, porque a informação se encontra esquematizada e subdividida em vários grupos.

Tal como podemos constatar a partir da imagem, a primeira informação disponibilizada no cabeçalho do acórdão em questão (A2) é a identificação do tribunal logo no topo, mas centrado à esquerda, ou seja, não roubando protagonismo às informações seguintes. Estas são maioritariamente relativas ao *relator*, aos *descritores* e à informação específica relativa ao acórdão, nomeadamente à identificação do processo e à própria decisão tomada pelo coletivo de juízes.

O *relator* é a pessoa responsável por relatar, tal como o nome indica, a informação de que os juízes dispuseram para realizar a sentença, ou seja, é ele o autor do texto do acórdão. Os *descritores* são expressões identificativas do assunto principal em causa no processo. Neste caso, *obrigação de indemnizar*, *obrigação de meios*, *obrigação de resultado*. Claro que esta informação seria muito parca, caso fosse um leigo a analisá-la, mas, para alguém que trabalha na área jurídica, estas palavras são perfeitamente suficientes para que haja um primeiro entendimento acerca de que trata o processo.

Em relação à restante informação, a mesma é bastante óbvia, uma vez que o *número do documento* e a *data do acórdão* são questões genéricas. O único comentário possível seria ao tipo de votação – *unanimidade* – que indica que todos os juízes responsáveis pela decisão judicial concordaram com a mesma. Quanto ao *meio processual*, o mesmo refere-se à interposição de recurso, ou seja, já houve uma sentença proferida sobre o caso, mas, neste caso, o autor da acusação recorreu da mesma. A *decisão* que, neste caso, foi a improcedência, revela-nos que o recurso não foi aceite por parte do coletivo de juízes.

Assim, podemos concluir que, apesar de a sentença alemã em questão (A1) denotar uma apresentação muito mais austera e aparatosa, não possui, contudo, tanta informação como o acórdão português correspondente (A2).

## Preâmbulos

Tal como se poderá deduzir a partir do título acima apresentado, as seguintes secções da sentença alemã A1 e do acórdão português A2 não são comparáveis. São, de facto, totalmente distintas. Vejamos, em primeiro lugar, a sentença alemã A1:

In der Grundbuchsache  
betreffend die Berichtigung des Grundbuchs von S., Bl. 1.....  
an der beteiligt ist:

G. K.,  
- Antragsteller und Beschwerdeführer -

hat der 3. Zivilsenat des Thüringer Oberlandesgerichts in Jena durch  
den Vorsitzenden Richter am Oberlandesgericht Bettin,  
die Richterin am Oberlandesgericht Bötzel und  
den Richter am Oberlandesgericht Timmer

### **b e s c h l o s s e n :**

Die Beschwerde des Antragstellers gegen den Beschluss des Amtsgerichts -  
Grundbuchamt N vom 28.01.2014 - Nichtabhilfeentscheidung vom 24.02.2014 - wird  
zurückgewiesen.  
Die Kosten des Beschwerdeverfahrens hat der Antragsteller zu tragen.  
Der Gegenstandswert des Beschwerdeverfahrens wird auf bis zu 1000,- € festgesetzt.  
Die Rechtsbeschwerde wird nicht zugelassen.

A partir do excerto acima apresentado, pode concluir-se que, na parte introdutória da sentença alemã (A1), a mancha gráfica já é bastante maior do que a do cabeçalho. Nela, estão dispostos os nomes dos implicados no processo, e também os nomes dos juízes responsáveis pela avaliação do mesmo e a consequente sentença.

É feita também uma menção ao motivo que levou à realização do processo – *Berichtigung des Grundbuchs* – o que, em português, seria qualquer coisa como *retificação do registo de propriedade*.

Um aspeto bastante importante a apontar seria a decisão propriamente dita que é logo apresentada, quase como um preâmbulo do restante texto da sentença (A1). É imediatamente afirmado que o recurso foi rejeitado, e segue-se uma série de apontamentos no final sobre a quem caberá pagar as custas da interposição do recurso, o próprio valor, e finalmente a conclusão – *Die Rechtsbeschwerde wird nicht zugelassen* – ou seja, o recurso não foi aceite.

Em contrapartida, no acórdão português A2, o panorama é totalmente diferente:

Sumário:	<p>1. O art.º 56.º, n.º 2 do Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas (ETOC), na redação do Dec. Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, nos termos do qual o novo técnico deve: “<i>contactar, por escrito, o técnico oficial de contas cessante e certificar-se de que os honorários, despesas e salários inerentes à sua execução se encontram pagos</i>”, cria uma obrigação a cargo deste, em que o primeiro segmento é constituído por um ato positivo (fazer) individual – contactar por escrito – e em que o ato do segundo segmento – certificar-se que se encontram pagos – exige a atividade do técnico anterior.</p> <p>2. Cumpre esse dever o TOC que dirigiu à A uma carta, por esta recebida, informando-a que tinha sido contactado para o exercício das suas funções e pedindo-lhe que o informasse da existência de quantias em dívida, que lhe enviou um email) e que também telefonou ao TOC antecessor, não tendo obtido resposta.</p> <p>(Sumário do Relator)</p>
----------	---

Como se pode ver, a parte correspondente à da sentença alemã (A1) compreende apenas um pequeno sumário elaborado pelo *Relator*, em que o mesmo resume em poucas palavras a situação causadora do processo. Nele, acabam também por ser indiretamente identificados os implicados no mesmo. Em termos de informação, não obtemos mais nenhuma com base no *sumário*.

Em suma, conclui-se que a sentença alemã A1 é completamente diferente do acórdão português A2 neste caso concreto. Primeiro, na alemã, procede-se a uma identificação direta das entidades envolvidas no processo, o que não acontece no português. Por outro lado, os nomes dos juízes já se encontram no *Urteilsformel* alemão, ao contrário do que sucede no *sumário* português. Por último, na sentença alemã A1, a decisão judicial já se encontra exposta nesta fase inicial, assim como as custas do processo e a imputação das mesmas. No acórdão português A2, tal como iremos constatar, essas informações surgem praticamente no final do texto.

## Desenvolvimento

O desenvolvimento do texto, ou seja, a parte onde a informação se torna mais detalhada e mais precisa, também se encontra organizada de maneira diferente na sentença A1 comparativamente ao acórdão português A2. De facto, quer em termos de disposição dos elementos textuais, quer no estilo de escrita, as disparidades são evidentes. A sentença A1, em particular, apresenta apenas mais um título dividido em três partes, com o auxílio da numeração romana, o que não ajuda o leitor em termos de procura e identificação da informação. Isto faz com que o texto fique muito compacto e difícil de compreender sem que se faça uma leitura integral do mesmo.

O único título presente na parte do desenvolvimento da sentença alemã em análise (A1) é *Gründe*, ou seja, *fundamentação*. Seria de pensar, então, que o relator da sentença teria transcrito apenas os motivos que levaram à decisão tomada pelos juízes. No entanto, não é o que acontece. Após uma leitura cuidada da sentença, pode constatar-se que na parte I de *Gründe*, é redigido um relatório dos factos ocorridos, e apenas na II, surge a fundamentação da decisão dos juízes, assim como uma descrição do seu raciocínio, e a sua interpretação da lei aplicável ao processo em causa.

Por outro lado, no acórdão português A2, a divisão do desenvolvimento do mesmo é executada de uma forma muito mais pragmática, e claramente com o objetivo de facilitar a sua leitura e análise. Com efeito, é composto por dois grandes grupos que, por sua vez, também possuem subdivisões.

O primeiro é o *Relatório*, parte importante principalmente nos acórdãos respeitantes à resolução de recursos, uma vez que é nela que surge um resumo dos acontecimentos do processo como um todo. É apresentada uma breve sumarização dos eventos que levaram à acusação, do julgamento do processo, da decisão judicial anterior, e da interposição de recurso por parte de um dos implicados no processo.

O segundo é a *Fundamentação*. Nela, encontram-se subdivididos os *Factos*, o *Direito Aplicável* e a *Conclusão*. Os *Factos* equivalem aos aspetos da ocorrência que foram considerados verdadeiros pelos juízes, ou seja, para os quais há provas que lhes dão esse carácter de consistência. São apresentados de forma enumerada o que promove ainda mais uma simples pesquisa do acórdão. Quanto ao *Direito Aplicável*, esse encontra-se tripartido.

Primeiro, surge *A questão em causa*, ou seja, a interpretação da lei por parte do coletivo de juízes, aplicando-a no caso concreto a que se quer dar resolução, e, depois, a *sentença*, que é a decisão propriamente dita tomada com base nos preceitos da lei referidos anteriormente.

Como se trata de um recurso, a *sentença* descrita no acórdão em causa (A2) é a que foi proferida pelo tribunal de 1ª instância. A terceira parte do *Direito Aplicável* é que se refere ao ponto fulcral do acórdão em questão (A2): *apelação*. Sob este último título, encontramos de forma mais pormenorizada as razões que levaram, neste caso, a autora da acusação a interpor o recurso, e as leis que os juízes consultaram e utilizaram para tomarem a sua decisão.

Finalmente, a última subdivisão da *Fundamentação* é a *Conclusão*. Nesta última parte, o *relator* explica o que os juízes concluíram a partir da informação exposta anteriormente em todos os outros grupos, desde os *Factos* provados até às circunstâncias da *apelação*.

Em jeito de conclusão, poder-se-á dizer que o texto da sentença alemã A1 no seu cerne é, sem dúvida, muito mais complexo e denso, sendo quase indispensável o estudo atento do texto para destrinçar as várias partes do mesmo. Existe apenas um título, *Gründe*, com três subdivisões pouco explícitas, ao passo que, no acórdão português A2, a informação encontra-se disposta de maneira mais acessível, com as suas várias subdivisões, nomeadamente *Relatório* e *Fundamentação*, que, subsequentemente, se ramificam noutras frações do texto, cada uma com uma designação bastante clara e simplificada.

## Conclusão

Por fim, deparamo-nos com a fase final dos textos jurídicos em análise. Foi-lhe chamada conclusão por não haver uma designação estipulada para a mesma, e porque, afinal, não deixa de ser um fecho do texto. Vejamos, em primeiro lugar, a da sentença alemã A1:

### III.

Der Antragsteller hat nach § 84 FamFG die Kosten seiner erfolglosen Beschwerde zu tragen. Bei der Festsetzung des Gegenstandswerts des Beschwerdeverfahrens hat der Senat sich mangels anderer Anhaltspunkte für den Wert des betroffenen Anteils an den Kaufpreisregelungen in der notariellen Urkunde vom 31.07.1997 orientiert. Gründe für die Zulassung der Rechtsbeschwerde (§ 78 Abs. 2 GBO) liegen nicht vor; der Beschluss ist daher mit Rechtsmitteln nicht anfechtbar.

Bettin  
Vorsitzender Richter  
am Oberlandesgericht

Bötl  
Richterin  
am Oberlandesgericht

Timmer  
Richter  
am Oberlandesgericht

A terceira divisão da secção *Gründe*, referida no ponto anterior, não foi analisada anteriormente, devido ao facto de a mesma constituir o encerro do texto da sentença alemã (A1). Tal como se pode verificar pela imagem apresentada, o parágrafo correspondente é apenas uma corroboração da decisão apresentada na parte inicial da referida sentença. A imputação das custas é reiterada, sendo acrescentada a lei-base usada para tal, e, no final, o recurso é dado por infundado, uma vez que os juízes consideraram não haver motivos válidos e suficientes para a procedência do mesmo.

Na última parte da sentença A1, aparecem novamente os nomes dos juízes do processo, e, no documento oficial, também se encontram as suas assinaturas, símbolo do reconhecimento e aprovação da mesma.

Atente-se agora no caso do acórdão português em análise (A2):

**3. DECISÃO.**

**Pelo exposto, acordam os juízes deste Tribunal da Relação em julgar Improcedente a apelação, confirmando a sentença recorrida.**

**Custas pela apelante.**

**Lisboa, 19 de dezembro de 2013.**

**(Orlando Nascimento)**

**(Ana Resende)**

**(Dina Monteiro)**

*Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.*

**[1] Aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho e aplicável ex vi art.º 5.º, n.º 1, da referida lei.**

Na conclusão do acórdão português A2, encontra-se a decisão propriamente dita, que, neste caso, foi a improcedência da apelação, ou seja, o recurso não foi aprovado pelo coletivo de juízes. É certo que, no cabeçalho, já existe uma menção à improcedência da apelação, mas, no texto integral do acórdão, é apenas no final que o assunto ressurge. Para além disso, do encerro do acórdão também fazem parte a imputação das custas do processo, neste caso à apelante, a data em que a decisão foi proferida, e os nomes dos juízes responsáveis pelo processo. Há também uma nota referente ao acordo linguístico segundo o qual o texto foi escrito.

A partir de toda a informação até aqui apontada, pode constatar-se que a conclusão da sentença alemã (A1), apesar de também englobar uma menção à decisão tomada, tem apenas valor corroborativo, ou seja, não é a primeira vez que a mesma é formalmente apresentada no texto. Já no acórdão português A2, a decisão só surge no final do texto integral, assim como os nomes dos juízes, que até então se desconhecem. Outra diferença evidente é a data que é apresentada no acórdão português apenas no final, ao passo que na sentença alemã A1 a mesma já havia surgido no cabeçalho.

### 5.2.3. Comparação a nível do conteúdo

#### Aspetos terminológicos

Tal como todos os tipos de texto especializados, o texto jurídico, e neste caso, a sentença, também possui expressões linguístico-semânticas características que o identificam como tal. Existe um grande número de conceitos tidos como jurídicos, apesar de na linguagem corrente os mesmos poderem significar algo completamente diferente – são os *abstrakte Rechtsbegriffe* de que Stolze (1999, p. 49) nos fala.

Na sentença alemã A1, são muitos os conceitos jurídicos nela existentes. Procedeu-se a uma seleção dos mais relevantes e a uma posterior análise dos mesmos, de forma a verificar a existência de equivalentes dos mesmos no português jurídico.

Um dos primeiros termos jurídicos que surgem no texto é “*Beschluss*”.

#### *Beschluss*

nome masculino

<-(e)s, Beschlüsse>

1.(Entscheidung) decisão<sub>f</sub>, resolução<sub>f</sub>; chegar a um acordo

A partir de uma breve pesquisa no site do dicionário *infopedia*, obtém-se este resultado. Claro que, até pela análise do acórdão português correspondente (A2), se torna claro que o termo equivalente em português é *decisão*. No entanto, *Entscheidung* é também um termo largamente usado no campo jurídico, sendo, na prática, considerado quase um sinónimo de *Urteil*.

Como a sentença alemã em questão (A1) trata primariamente de uma resolução de um recurso, é essencial que se faça uma justaposição desse mesmo termo em português e em alemão.

#### *Beschwerde*

nome feminino

1.(Klage) queixa<sub>f</sub>, reclamação<sub>f</sub>;

#### **PT***recurso*

★★★★★+@

#### *Beschwerde*

★★★★★+@



A primeira definição é da *infopedia*; já a segunda foi retirada do *IATE*. Como se pode constatar através de uma leitura cuidada do acórdão português A2, o termo correspondente a *Beschwerde* não é, neste caso, nem *reclamação*, nem *queixa*, mas, sim, *recurso*.

Outro dos termos importantes presentes na sentença alemã em análise (A1) é *Beschwerdeführer*.

*Beschwerdeführer*, -in

nome masculino, feminino

DIREITO reclamante<sub>m. e f.</sub>, queixoso|o, -a<sub>m.,f.</sub>, requerente<sub>m. e f.</sub>

A *infopedia* volta a não ser um dicionário fiável, já que, mais uma vez, não é esse o sentido da palavra neste caso concreto. Como *Beschwerde* aparece como *recurso*, *Beschwerdeführer* é o indivíduo que procura, ou interpõe o recurso. No acórdão português A2, a palavra utilizada é *recorrente*.

Outro termo jurídico relevante na sentença alemã A1 é *Zulassung*.

DE *Zulassung*

PT *admissão*

★★★★★@

★★★★★@

*Zulassung* aparece no último parágrafo da sentença alemã A1, e refere-se à rejeição do recurso interposto. A expressão utilizada é *Zulassung der Rechtsbeschwerde*, o que, seguindo a tradução do *IATE*, seria algo como *admissão do recurso jurídico*. Tendo como base de comparação o acórdão português A2, este tipo de expressão não é comum na linguagem jurídica portuguesa, usando-se em vez dela, uma expressão com o mesmo sentido, mas diferente sintaticamente: *Procedência da ação*.

No português jurídico, para o recurso ser aceite, por assim dizer, é porque a ação que foi feita contra o acusado tem razão de ser, e irá, portanto, proceder. Daí que, em casos de decisão referente a recurso, as expressões utilizadas sejam *procedência* ou *improcedência*. Caso o recurso seja aceite, há *procedência da ação*; caso não seja, há *improcedência* da mesma.

Outra expressão muito referenciada na sentença alemã A1 foi “*die Kosten des Beschwerdeverfahrens*”, que, no acórdão português A2, aparece como “*Custas do processo*.”

Na seguinte tabela, encontram-se justapostos os termos jurídicos com maior número de referências nos textos em análise, mas cuja tradução é mais fácil de se obter do que a dos conceitos mencionados anteriormente. Para além da confirmação efetuada em dicionários das duas línguas, também se fez uso, como é óbvio, da sentença alemã A1 e do acórdão português A2, como base de comparação.

Beschluss	decisão
Beschwerde	recurso
Beschwerdeführer	recorrente
Zulassung derRechtsbeschwerde	procedência da ação
Kosten des Beschwerdeverfahrens	custas da ação
Gründe	Fundamentação
Antragsteller	Requerente
Verfahren	Processo
nicht anfechtbar	incontestável
Festsetzung des Gegenstandswerts	Fixação do valor concreto

### Aspetos sintáticos

A frase de abertura do primeiro texto em análise (A1) é a seguinte:

In der Grundbuchsache betreffend die Berichtigung des Grundbuchs von S., Bl. 1 an der beteiligt ist: G.K. – Antragsteller und Beschwerdeführer – hat der 3. Zivilsenat des Thüringer Oberlandesgerichts in Jena durch den Vorsitzenden Richter am Oberlandesgericht Bettin, die Richterin am Oberlandesgericht Bötzel und den Richter am Oberlandesgericht Timmer beschlossen:

Como se pode observar, a frase acima apresentada é uma frase complexa, detentora de diversos elementos frásicos e complementos sintáticos. Segundo Cunha e Cintra, (2005, p. 121), esta frase possui mais do que uma oração, uma vez que nela se encontra “mais de um verbo, claro ou oculto”. Assim, tendo em conta que estão presentes duas formas verbais, *beteiligt ist* e *beschlossen hat*, é seguro dizer que se trata de um “período composto” (Cunha e Cintra, 2005, p. 589).

Tratando-se de um período composto, pode afirmar-se, por conseguinte, que nele existem pelo menos duas orações. Neste caso em particular, existem duas: *in der Grundbuchsache betreffend die Berichtigung des Grundbuchs von S., Bl. 1 an der beteiligt ist: G.K. – Antragsteller und Beschwerdeführer*, e *hat der 3. Zivilsenat des Thüringer Oberlandesgerichts [...] beschlossen*.

A primeira oração é considerada a oração principal do período, uma vez que se rege por si e é independente em relação à outra. Por sua vez, a segunda, que começa com inversão do sujeito, aspeto bastante comum na gramática alemã, não tem “autonomia gramatical” (Cunha e Cintra, 2005, p. 590), o que faz com que o período em análise seja considerado um “período composto por subordinação” (Cunha e Cintra, 2005, p. 590).

Mais importante ainda é a ordem dos elementos frásicos que, neste caso, não é a habitual nos textos escritos em alemão. Trata-se, por isso, de uma estrutura marcada, iniciada por uma expressão fixa que situa o tipo de processo em causa. Característico desta expressão é a forma do particípio *betreffend*, seguida de uma oração relativa que introduz a pessoa que levanta o processo.

Outro aspeto digno de referência na frase em questão é o facto de a mesma terminar com “:”. Este sinal de pontuação em particular serve “para marcar, na escrita, uma sensível suspensão de voz na melodia de uma frase não concluída” (Cunha e Cintra, 2005, p. 590). Assim, esta frase foi composta a nível sintático e gramatical com o fim de servir de introdução ao período seguinte, mais especificamente, neste contexto, à decisão constante da sentença.

Por último, é de realçar também o grafismo que destaca os diversos elementos frásicos, facilitando assim a leitura e a identificação imediata da informação principal. Para uma melhor observação do que foi dito, atente-se à secção dos anexos, mais especificamente, à sentença A1.

A primeira frase do acórdão A2 encontra-se abaixo apresentada:

Acordam os Juízes que constituem o Tribunal da Relação de Lisboa.

Em termos estritos, esta não é a primeira frase do acórdão B2, uma vez que, enquanto, na sentença alemã B1, a frase introdutória contém informações sobre o processo, os juízes e os implicados no mesmo na forma de complementos frásicos, no acórdão B2, a frase inicial acima apresentada é precedida de uma série de elementos relacionados com o processo, o relator e os descritores enumerados em forma de tópicos. Contudo, é esta a frase equivalente à sua análoga alemã, presente na sentença A1.

Sintaticamente falando, o período em análise é também composto, uma vez que possui duas orações, sendo a segunda subordinada. No entanto, não possui nenhum tipo de elemento frásico adicional.

A forma verbal, contrariamente, à ordem normal dos elementos frásicos na língua portuguesa, aparece em primeiro lugar, sendo seguida pelo sujeito que é o elo entre a oração principal e a oração subordinada. Ou seja, a oração “que constituem o Tribunal da Relação de Lisboa” enquadra-se na categoria das “orações subordinadas adjetivas, que vêm normalmente introduzidas por um pronome relativo, e exercem a função de adjunto nominal de um substantivo ou pronome antecedente” (Cunha e Cintra, 2005, p. 598)

Comparando-o ao caso supra apresentado (A1), é possível constatar que este período é bastante mais simples e direto, não contendo, portanto, muitos elementos frásicos. Possui, no entanto, igual valor introdutório, uma vez que a própria frase implica o seguimento de uma explanação. É referido que “os Juízes acordam”, mas não o que acordaram em concreto.

No que respeita às derradeiras frases dos textos em análise, a que se segue pertence à sentença A1:

Gründe für die Zulassung der Rechtsbeschwerde liegen nicht vor; der Beschluss ist daher mit Rechtsmitteln nicht anfechtbar.

Como é possível constatar através da leitura da frase acima apresentada, a mesma é composta por duas orações, ou seja, é um período composto, dividido, neste caso, com o auxílio do ponto e vírgula. São duas orações muito simples e concretas que obedecem à ordem convencional dos elementos frásicos: SUJEITO + PREDICADO + COMPLEMENTOS. Tanto uma oração como a outra são independentes, não havendo qualquer tipo de subordinação entre as mesmas. São orações declarativas, cujo próprio conteúdo semântico apela para uma conclusão ou término do texto.

Por último, atente-se à última frase do acórdão português A2:

Pelo exposto, acordam os juízes deste Tribunal da Relação em julgar Improcedente a apelação, confirmando a sentença recorrida.

O período acima demonstrado é, por sua vez, um período composto por subordinação, uma vez que dele fazem parte duas orações. A primeira é a oração principal, e a segunda – “confirmando a sentença recorrida” – é a oração subordinada. Neste caso, denomina-se oração “subordinativa reduzida de gerúndio” (Cunha e Cintra, 2005, p. 606), uma vez que a forma verbal presente é o gerúndio.

A ordem dos elementos frásicos utilizada é a mesma presente na primeira frase do mesmo acórdão (A2). Também aqui se verifica a inversão do verbo e do sujeito, aspeto pouco comum na língua portuguesa, embora se possa dizer que é bastante vulgar na redação de acórdãos. Tal como na frase análoga presente na sentença A1, esta também é uma oração declarativa, e também possui o mesmo valor categórico característico de uma reiteração de sentença.

#### 5.2.4 Reflexão

Segundo a análise linguística e sintática do primeiro par de sentenças, correspondente a decisões judiciais emitidas por tribunais de 2ª instância, pode concluir-se que as diferenças existentes entre as mesmas são evidentes principalmente a nível da macroestrutura.

Com efeito, no que concerne à forma do texto da sentença alemã em análise (A1), esta revelou ser mais cerimoniosa e menos acessível do que a do texto do acórdão português A2. A mancha gráfica no caso alemão é maior, e a informação encontra-se muito mais compacta. Para além disso, a esquematização do texto que se verifica no acórdão português não acontece na sentença alemã A1, sendo que o primeiro apresenta vários títulos na secção da fundamentação, ao passo que a segunda possui apenas um.

Quanto ao conteúdo, tendo em consideração o facto de ambos os textos serem sentenças judiciais relativas a recursos, não foi difícil equiparar algumas expressões terminológicas da sentença alemã A1 a outras expressões equivalentes presentes no acórdão português. Já no que respeita à sintaxe, foi possível destriçar semelhanças relativas ao valor semântico das frases analisadas; contudo, a ordem dos elementos frásicos nos períodos retirados da sentença alemã é bastante diferente da encontrada no acórdão português por razões óbvias de divergência gramatical.

Em suma, pode dizer-se que o par em questão apresenta vários pontos em comum no que à terminologia jurídica diz respeito, mas denota grandes divergências relativamente à macroestrutura textual e à sintaxe.

## 5.3 Par B

### 5.3.1 Breve Apresentação dos Textos

A sentença alemã (B1) pertencente ao segundo par de textos foi emitida por um tribunal de 3ª instância, o *Bundesgerichtshof*, que é a mais alta entidade judiciária na Alemanha, em termos de jurisdição ordinária. As suas decisões só podem ser revogadas pelo Tribunal Constitucional Federal.

A sentença B1, em particular, está relacionada com a *Revision*, ou seja, a *revista*, de uma outra sentença previamente emitida pelo *Oberlandesgericht* de Munique, e remete a um caso de pedido de indemnização por danos monetários. A aceitação do pedido surge no final da sentença, dando-se, assim, a revogação automática da decisão judicial anterior.

Já no que respeita ao acórdão português B2, este também foi emitido por um tribunal de 3ª instância, o Supremo Tribunal de Justiça, que, por seu lado, também é a mais alta entidade judiciária portuguesa, a nível da jurisdição ordinária. Tal como no caso alemão, apenas o Tribunal Constitucional tem poder para revogar ou anular as suas decisões.

O acórdão B2, em particular, consiste, tal como a sentença alemã B1, numa *revista* de um outro acórdão previamente emitido, neste caso, pelo Tribunal da Relação de Aveiro. O processo está relacionado com a má conduta de uma educadora de infância que, segundo o que foi provado pelo Tribunal de 2ª instância, agrediu uma criança, o que originou o seu despedimento. A pessoa em causa levou o assunto para os tribunais, que consideraram a suspensão justa. Tendo recorrido da decisão sem sucesso, pediu, então, a revista do acórdão relativo ao recurso por parte do Supremo Tribunal de Justiça, que lha negou.

### 5.3.2 Comparação a nível da forma

#### Cabeçalho



A imagem acima apresentada corresponde ao cabeçalho da sentença alemã em análise (B1), que foi emitida por um tribunal de 3ª instância, neste caso, pelo *Bundesgerichtshof* – Supremo Tribunal Federal. Tal como se pode constatar através da mesma, para além do nome do tribunal, os elementos que constituem o cabeçalho da sentença B1 são o escudo, que representa uma águia – símbolo da Alemanha, o número do processo, a data em que o mesmo foi emitido, e a identificação da *Urkundsbeamtin*, que é o indivíduo que redige o texto da sentença, ou seja, o *relator*.

Para além disso, pode ainda observar-se a tradicional expressão “*In Namen des Volkes*”, que já foi alvo de menção no presente trabalho, e que, como foi anteriormente afirmado, é uma expressão bastante comum em sentenças alemãs. O seu significado, “*em nome do povo*”, é proveniente do princípio da soberania popular, que diz que o poder do Estado vem do povo, e que é o povo que lho confere. O âmbito da referida expressão foi alargado ao sistema judiciário, uma vez que a justiça também é considerada um valor do povo.

Quanto a “*in dem Rechtsstreit*”, os seus significados mais aproximados são, segundo o IATE, “*no litígio*” ou “*na ação*”, ou seja, refere-se ao processo em questão.



Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça	
Processo:	1016/12.0T4AVR.C1.S1
Nº Convencional:	4ª SECÇÃO
Relator:	MÁRIO BELO MORGADO
Descritores:	JUSTA CAUSA DE DESPEDIMENTO DEVER DE ZELO E DILIGÊNCIA EDUCADORA DE INFÂNCIA DIREITO DE CORREÇÃO
Data do Acórdão: 10-09-2014	
Votação:	UNANIMIDADE
Texto Integral:	S
Privacidade:	1
Meio Processual:	REVISTA
Decisão:	NEGADA A REVISTA

No cabeçalho do acórdão português B2, para além das diferenças óbvias a nível da formatação, a informação disponibilizada é um pouco diferente. Como se pode constatar pela imagem, na primeira parte da sentença B1, temos acesso ao nome do tribunal que a proferiu, ao número do processo, e à data da publicação do acórdão.

Para além disso, a partir do cabeçalho, sabe-se imediatamente, mas de forma pouco clara, é certo, do que trata o processo. Refiro-me aos *descritores*, elemento que já havia surgido no acórdão A2. Neste caso, os *descritores* da sentença envolvem a profissão da implicada no processo, dada a sua relevância; o assunto do processo; e o objetivo do presente acórdão, que era a *correção* ou não da sentença previamente proferida.

Para além disso, surge mais uma vez o tipo de votação, que é a unanimidade, e o meio processual, que, neste caso em particular, é a revista. Ou seja, foi pedido ao Supremo Tribunal de Justiça que reavaliasse a sentença proferida pelo tribunal da instância anterior, e, como se pode constatar, a mesma foi negada.

Pode concluir-se, então, que, no que respeita ao cabeçalho, mais uma vez, a sentença alemã em análise (B1) possui um frontispício muito mais cerimonioso, mas com menos elementos informativos do que a do acórdão português B2.

### Preâmbulos

Os preâmbulos, entenda-se, as partes introdutórias que conduzem à fundamentação da decisão judicial tomada, são, na sentença alemã em análise (B1), compostos principalmente pela decisão propriamente dita.

Der II. Zivilsenat des Bundesgerichtshofs hat im schriftlichen Verfahren, in dem bis zum 11. Juli 2014 Schriftsätze eingereicht werden konnten, durch den Vorsitzenden Richter Prof. Dr. Bergmann und den Richter Prof. Dr. Strohn, die Richterinnen Caliebe, Dr. Reichart und den Richter Sunder

für Recht erkannt:

Auf die Revision des Klägers wird das Urteil des 8. Zivilsenats des Oberlandesgerichts München vom 11. Juli 2013 aufgehoben.

Die Sache wird zur neuen Verhandlung und Entscheidung, auch über die Kosten des Revisionsverfahrens, an das Berufungsgericht zurückverwiesen.

Como se pode verificar através do excerto acima apresentado, nesta fase do texto, tal como na sentença analisada anteriormente (B1), estão presentes os nomes dos juízes responsáveis pela avaliação do caso, e a própria decisão tomada em relação à revista da sentença, que declara a mesma sem efeito, ou melhor, revogada pela presente.

Por último, faz-se ainda alusão às custas da revista, e à imputação das mesmas, sendo que a entidade que perde a causa é quem as paga. Neste caso, o tribunal de recurso que proferiu a sentença anulada será o responsável pelo pagamento das mesmas.

Quanto aos preâmbulos do acórdão B2, observe-se a seguinte imagem:

Área Temática:	DIREITO CIVIL - DIREITO DA FAMÍLIA / EFEITOS DA FILIAÇÃO / RESPONSABILIDADES PARENTAIS / MEIOS DE SUPRIR O PODER PATERNAL. DIREITO CONSTITUCIONAL - DIREITOS E DEVERES ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS / DIREITOS E DEVERES SOCIAIS. DIREITO DO TRABALHO - CONTRATO DE TRABALHO / DEVERES DO TRABALHADOR / INCUMPRIMENTO DO CONTRATO / PODER DISCIPLINAR / CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / DESPEDIMENTO POR INICIATIVA DO EMPREGADOR.
Doutrina:	- Bernardo da Gama Lobo Xavier, Direito do Trabalho, Verbo, 2011, p. 738 – 739. - Figueiredo Dias, Direito Penal, Parte Geral, Tomo I, 2.ª edição, Coimbra Editora, pp. 506 – 507. - Maria do Rosário Palma Ramalho, Tratado de Direito do Trabalho, II, 4ª edição, p. 821.
Legislação Nacional:	CÓDIGO CIVIL (CC): - ARTIGOS 1878.º, 1885.º, N.º1, 1935.º. CÓDIGO DO TRABALHO (CT) / 2009:- ARTIGO 128.º, N.º 1, C), 330.º, N.º1, 351.º, N.ºS1 E 3. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CRP): - ARTIGO 69.º, N.º1.
Referências Internacionais:	CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA: - ARTIGOS 19.º, N.º1.

Diferentemente do acórdão A2, o acórdão B2 evidencia um tipo de informação diferente designadamente relativa à identificação do ramo do Direito em causa no processo. Neste caso, tal como se pode constatar pela imagem, engloba o direito da família, o direito constitucional e o direito do trabalho.

Faz-se também menção à *doutrina*, que é considerada hoje em dia, no sistema jurídico português, uma “fonte *mediata* de Direito: não sendo um modo de criação de regras jurídicas, tem indiscutível influência nas decisões judiciais e na produção legislativa” (Moura Vicente, 2008, p. 179). Deste modo, é seguro dizer que a *doutrina*, ou seja, os trabalhos escritos por académicos da área do Direito, revela-se muitas vezes útil na resolução de casos judiciais.

São ainda referidas a *legislação nacional*, ou seja, os códigos de leis vigentes consultados pelos juízes, e *referências internacionais* como, neste caso, a *Convenção sobre os Direitos da Criança*.

Todos estes campos não são obrigatoriamente incluídos no acórdão, tal como se pode constatar pela análise do acórdão A2. Contudo, há casos em que se torna relevante a lettradura consultada para a tomada da decisão judicial, como no presente.

O último preâmbulo no acórdão português B2 que precede a apresentação da *fundamentação* é o *sumário*, elemento fulcral dos acórdãos em Portugal, no qual aparecem descritas de forma breve e sucinta as circunstâncias do caso *sub judice*. Neste caso, são resumidas, em primeiro lugar, as circunstâncias nas quais pode ser constituída justa causa de despedimento; é brevemente analisado o incidente concreto que levou ao dito despedimento; e é concluído que o despedimento foi, de facto, justo, e que a revista não é, por conseguinte, justificada.

Em suma, tal como já se concluiu a partir da análise do par anterior, esta secção, em particular, ou seja, a parte que sucede ao cabeçalho e precede o desenvolvimento da sentença tem características completamente diferentes nos dois textos. Na sentença alemã em análise (B1), tal como na anterior (A1), é declarada a decisão judicial, sendo mencionadas as custas do processo, e os nomes dos juízes. Pelo contrário, no acórdão português B2, é identificada a área temática do Direito em questão, são enumeradas as referências bibliográficas utilizadas para a avaliação do caso *sub judice* e é apresentado um sumário do processo.

## Desenvolvimento

No que respeita ao desenvolvimento do texto, na sentença alemã em análise (B1), o mesmo encontra-se dividido em dois grandes grupos: *Tatbestand* e *Entscheidungsgründe*. Ao contrário da sentença do par anterior (A1), que possuía apenas um título – *Gründe*, esta já corresponde ao padrão das sentenças alemãs apontado por Stolze (1999).

No primeiro grupo, o *Tatbestand*, é efetuada uma explanação dos factos provados referentes às razões pelas quais o autor da acusação acha que deve ser indemnizado. Para isso, serve-se apenas de três parágrafos, e a maioria da informação referida é transcrita da sentença proferida pelo tribunal da instância anterior.

Já no segundo grupo, o *Entscheidungsgründe*, a extensão do texto é maior, tornando-se necessária a sua divisão em parcelas organizadas com recurso à numeração romana, à numeração árabe, e também ao alfabeto latino.

No primeiro ponto (I), efetua-se uma breve narração da decisão judicial anterior, e dos motivos que a justificam. Já no segundo (II), é feita uma afirmação perentória: “*Der Revision des Klägers ist begründet.*” A partir daqui, o relator descreve o raciocínio através do qual os juízes chegaram a esta mesma conclusão, com o auxílio de referências à legislação vigente.

Em relação ao acórdão correspondente (B2), o mesmo apresenta uma configuração diferente da existente no acórdão A2. Com efeito, neste caso em particular, a enumeração dos pontos apresentados na sentença é bastante mais complexa. A *Decisão Texto Integral*, secção do texto à qual corresponde aproximadamente o *desenvolvimento* do acórdão, é aqui constituída por três grandes grupos assinalados com recurso à numeração romana.

O primeiro engloba oito pontos, cada um correspondente a um parágrafo com uma média de três linhas, nos quais se encontram explanadas as circunstâncias do pedido de revista do acórdão anterior, ou seja, é efetuado um resumo das etapas do processo já percorridas.

Já no segundo grupo, é fixada a matéria de facto, ou seja, as afirmações proferidas pelos intervenientes no processo que são tidas como provadas pelo tribunal. Também aqui, na exposição dos factos, a informação é apresentada em pontos, cada um constituído por uma frase declarativa.

Finalmente no último grupo, ou seja, a fundamentação da decisão propriamente dita, é primeiramente incluído um excerto do acórdão anterior, que é o objeto da revista, referente à decisão tomada pelo mesmo e aos artigos e decretos-lei a que o mesmo recorreu para passar a sentença. De seguida, é expressa, neste caso, a concordância com a linha argumentativa seguida pelo tribunal anterior, e a própria interpretação da lei vigente pelo tribunal atual, corroborando assim a decisão anterior.

Assim, podemos concluir que a secção de desenvolvimento na sentença alemã B1 apresenta uma configuração semelhante à do acórdão português A2, uma vez que recorre a dois grandes grupos, *Tatbestand* e *Entscheidungsgründe*, para expor a fundamentação da decisão, assim como ao recurso de numeração romana para melhor os organizar. Já o acórdão português em análise (B2) apresenta uma estruturação diferente, bastante mais repartida, nomeadamente em pequenos parágrafos e em vários tipos de enumeração, o que se pode tornar algo confuso para o leitor.

## Conclusão

Chega-se, por fim, à análise das derradeiras secções dos textos em análise. Começemos, em primeiro lugar, com a fase final da sentença alemã B1:

III. Die angefochtene Entscheidung ist daher aufzuheben (§ 562 Abs. 1 ZPO) und die Sache an das Berufungsgericht zurückzuverweisen (§ 563 Abs. 1 Satz 1 ZPO), damit der Kläger Gelegenheit hat, seine Hauptanträge umzustellen und das Berufungsgericht die bislang offen gebliebenen Feststellungen zu den tatsächlichen Voraussetzungen des von dem Kläger geltend gemachten Schadensersatzanspruchs treffen kann.

Bergmann

Strohn

Caliebe

Reichart

Sunder

Vorinstanzen:

LG München I, Entscheidung vom 29.11.2012 - 3 O 28636/11 -

OLG München, Entscheidung vom 11.07.2013 - 8 U 5144/12 -

Tal como podemos constatar a partir da imagem acima apresentada, a conclusão da sentença alemã em análise (B1) consiste, tal como na sentença A1, numa reiteração da decisão tomada, neste caso, da revogação da sentença anterior, fazendo também referência entre parênteses às leis ao abrigo das quais o mesmo feito.

Finalmente encontram-se dispostos os nomes dos juízes intervenientes na sentença de revista, que, neste caso, foram cinco, e, também, numa última nota, os tribunais e as datas das respetivas sentenças dos tribunais das instâncias anteriores, uma vez que, o tribunal em questão é de 3ª instância.

No caso português, a conclusão do acórdão em análise (B2) está redigida do seguinte modo:

IV.

15. Em face do exposto, negando a revista, acorda-se em confirmar o acórdão recorrido.

Custas pela recorrente.

Anexa-se sumário do acórdão.

Lisboa, 10 de Setembro de 2014

Mário Belo Morgado (Relator)

Pinto Hespanhol

Fernandes da Silva

No quarto e último grande grupo do acórdão B2, reafirma-se a decisão tomada anteriormente de negar a revista, ou seja, de confirmar a decisão do acórdão anterior, do qual havia sido pedido recurso. Faz-se também menção às *custas* que, neste caso, ficaram a cargo da *recorrente*, assim como uma alusão à anexação do *sumário* do acórdão. Por último, surge a data da sentença, o nome do *relator*, responsável pela redação da sentença, e os nomes dos juízes.

Comparativamente à sentença alemã em análise (B1), no que respeita à conclusão, a mesma é em muito similar ao acórdão português B2, uma vez que é reiterada a decisão nos dois casos, e são apresentados os nomes dos juízes responsáveis. Por outro lado, na sentença alemã B1, são referidos os tribunais das instâncias anteriores nos quais foram efetuados os julgamentos anteriores, coisa que não acontece no acórdão português B2.



### 5.3.3. Comparação a nível do conteúdo

#### Aspetos terminológicos

Nesta fase, pretende-se uma comparação a nível de conteúdo entre os dois textos em análise: a sentença alemã B1 e o acórdão português B2, uma vez que os mesmos são análogos no que respeita à categorização de sentenças, ou seja, são ambas decisões judiciais tomadas em tribunais de 3ª instância, e são ambas revistas de textos anteriores.

Assim sendo, proceder-se-á a uma seleção e análise dos termos jurídicos mais comuns na sentença alemã em análise (B1) e a uma procura de equivalentes no acórdão português correspondente (B2).

Tratando-se de revistas, é adequado que o primeiro conceito jurídico a analisar seja, de facto, *Revision*.

**DE** Revision



**PT** recurso em segunda instância



Segundo o IATE, *Revision* significa *recurso em segunda instância*. Após uma breve análise da sentença (B1), constatamos que não é o caso, uma vez que, apesar do termo *Revision* se encontrar na mesma, o tribunal decisor não é de 2ª instância, mas de 3ª. Por outro lado, após uma leitura do acórdão português B2, que também foi emitido por um tribunal de 3ª instância, chegamos à conclusão de que o termo correspondente seria, de facto, *revista*, tal como o que consta do texto análogo.

Revision ist ein Rechtsmittel gegen Urteile. Mit der Revision kann nur eine Rechtsverletzung gerügt werden. Die Revision eröffnet somit keine neue Tatsacheninstanz.

Em jeito de confirmação, recorreu-se a uma definição do *Rechtswörterbuch und Rechtslexikon*, a qual corrobora, dizendo que a revista é um recurso contra a sentença, e que não abrange novos factos provados. A informação disponível é a mesma nas duas instâncias; o que se pede é então uma reavaliação da mesma e consequente revogação do acórdão em questão. As circunstâncias aqui descritas verificam-se também no acórdão português correspondente (B2), portanto, reafirma-se que o termo equivalente é, de facto, *revista*.

Como segundo conceito, selecionou-se um par de termos jurídicos, cuja função é ser referentes dos implicados no processo, ou seja, da pessoa que iniciou o processo, e da pessoa acusada. Começamos com as expressões recorrentes na sentença alemã em análise (B1):

*Kläger – Beklagte*

DE **Kläger**

PT autor da denúncia

★★★★★@

★★★★★@

Tal como se pode constatar através da definição retirada do IATE, *Kläger*, em português, refere-se ao autor da denúncia, ou seja, ao autor da acusação que dá início ao processo. Com efeito, no acórdão português em questão (B2), o termo utilizado para referir a entidade acusadora é *autor*, ou, neste caso em particular, *autora*.

DE **Beklagter**

beklagte Partei

PT réu

PT arguido

★★★★★@

★★★★★@

★★★★★@

★★★★★@



Já em relação ao termo *Beklagte*, que é o encontrado na sentença alemã B1 para referir a entidade acusada, segundo o IATE, pode ter duas traduções, *réu* ou *arguido*. No acórdão português em análise (B2), a expressão utilizada é *ré*, substantivo do sexo feminino, por se tratar de uma mulher. A diferença entre *réu* e *arguido* no sistema jurídico português reside no ramo de Direito em questão no processo. Caso seja Direito Civil, a entidade acusada é denominada de *réu* ou *ré*; caso seja o Direito Penal, a designação já é *arguido* ou *arguida*.

Tal como já foi referido, todos os textos em estudo na presente dissertação enquadram-se no âmbito do Direito Civil, por isso, o termo equivalente a *Beklagte* seria, neste caso, *réu* e não *arguido*.

Por último, selecionou-se uma expressão jurídica, que surge no início da sentença alemã B1 em jeito de introdução dos factos provados: *von Rechts wegen*. Esta é uma das expressões feitas, ou lugares-comuns jurídicos, que costumam aparecer neste tipo de documentos.

Mais uma vez de acordo com o IATE, a expressão equivalente encontrada foi, neste caso, uma expressão latina. Não foi possível arranjar um termo análogo no acórdão português correspondente (B2), sendo que nele não se encontra nenhuma frase do tipo introdutório antes da exposição da matéria de facto. No entanto, uma das alternativas a aplicar seria, de facto, *juris et de jure*, que numa tradução aproximada, significa *de direito e por direito*.

Outros conceitos jurídicos considerados relevantes no âmbito da comparação dos textos a nível do conteúdo encontram-se dispostos abaixo na seguinte tabela:

Revision	revista
Beklagte	Réu
von Rechts wegen	<i>juris et de jure</i>
Revisionsverfahren	processo de revista
Verhandlung	audiência
Verhalten	comportamento
aufgehoben	revogado/a
Sache	matéria

### Aspetos sintáticos

Nesta fase, proceder-se-á, tal como no par A de sentenças, à análise da sintaxe dos períodos mais importantes dos textos em análise (B1 e B2). Começamos, então, pela primeira frase da sentença B1:

Der II. Zivilsenat des Bundesgerichtshofs hat im schriftlichen Verfahren, in dem bis zum 11. Juli 2014 Schriftsätze eingereicht werden konnten, durch den Vorsitzenden Richter Prof. Dr. Bergmann und den Richter Prof. Dr. Strohn, die Richterinnen Caliebe, Dr. Reichart und den Richter Sunder für Recht erkannt:

Tal como se pode constatar através do estudo da mesma, a frase acima apresentada é um período composto por duas orações. As formas verbais que atestam essa mesma conclusão são *eingereicht werden konnten* e *erkannt hat*. O sujeito, *der II. Zivilsenat des Bundesgerichtshofs*, refere-se ao segundo senado do Supremo Tribunal Federal, que é a entidade emissora da sentença. Este, através dos juízes enumerados, acordou a sentença que é depois apresentada.

Encontramo-nos mais uma vez perante duas orações: uma subordinativa – *Der II. Zivilsenat des Bundesgerichtshofs hat im schriftlichen Verfahren durch den Vorsitzenden Richter Prof. Dr. [...] für Recht erkannt* – e uma subordinada – *in dem bis zum 11. Juli 2014 Schriftsätze eingereicht werden konnten*, que contém informação adicional importante.

Outro aspeto digno de referência e análogo ao observado na primeira frase da sentença A1 é a utilização dos dois pontos no final do período. Podemos, então, afirmar que se trata de uma frase sincopada, ou seja, interrompida, uma vez que a informação por que o referido sinal de pontuação pede surge no parágrafo seguinte. Neste caso, evita a introdução da conjunção integrante *dass*, transformando, assim, uma oração subordinada numa oração principal.

A ordem dos elementos na oração principal é a normal no caso da língua alemã, uma vez que, no caso do tempo verbal *Perfekt* o particípio passado deve sempre surgir no final da frase. Já no que respeita à oração subordinada, é seguro afirmar que a ordem é também a esperada, dado que, devido à presença do pronome relativo precedido de preposição *in dem*, a forma verbal deve vir em último lugar (*Endstellung*).

Passemos, então, à análise da primeira frase do acórdão B2:

Acordam na Secção Social do Supremo Tribunal de Justiça:

A frase acima apresentada é muito semelhante à correspondente do acórdão A2. De realçar novamente o valor introdutório evidente na mesma com o sinal de pontuação característico, e a sua simplicidade, em comparação com a primeira frase da sentença B1.

Através da análise sintática, é possível afirmar que o período em questão é simples, sendo que estamos perante uma única forma verbal: “acordam”. O sujeito é indeterminado, uma vez que não se encontra incluído na frase, sendo que a única informação de que dispomos é a da pluralidade do mesmo.

Mais uma vez, tal como observado na primeira frase do acórdão B2, a forma verbal aparece em primeiro lugar, seguida dos restantes elementos na frase. Devido à ausência do sujeito, é impossível afirmar se a ordem do mesmo em relação ao verbo seria a mais convencional.

Posto isto, atente-se à derradeira frase da sentença B1:

Die angefochtene Entscheidung ist daher aufzuheben (§ 562 Abs. 1 ZPO) und die Sache an das Berufungsgericht zurückzuverweisen (§ 563 Abs. 1 Satz 1 ZPO), damit der Kläger Gelegenheit hat, seine Hauptanträge umzustellen und das Berufungsgericht die bislang offen gebliebenen Feststellungen zu den tatsächlichen Voraussetzungen des von dem Kläger geltend gemachten Schadensersatzanspruchs treffen kann.

A julgar pela mancha gráfica, esta frase contrasta com a última apresentada. E, com efeito, o nível de complexidade do período acima apresentado é, sem dúvida, muito maior, uma vez que os verbos que dele fazem parte são vários. É caso para dizer que este período é composto por orações de diversos tipos.

As duas primeiras orações, cujas formas verbais são “aufzuheben” e “zurückverweisen” têm autonomia gramatical uma em relação à outra, ou seja, são orações coordenadas, ligadas, neste caso, pela conjunção copulativa “und”. Já as orações seguintes, desde “damit” até “treffen kann”, são orações subordinadas. A este fenómeno, ou seja, à encadeação de várias orações subordinadas, dá-se a designação de hipotaxe.

Outro fenómeno gramatical, neste caso, particularmente alemão, suscetível de análise na frase em questão é o grupo nominal expandido. Como exemplos, pode dar-se os seguintes:

1. “die bislang offen gebliebenen Feststellung”
2. “des von dem Kläger geltend gemachten Schandesersatzanspruchs”

De acordo com o artigo “*Grupos nominais expandidos na linguagem médica alemã e respetivos equivalentes em português*”, “os grupos nominais expandidos são comuns em textos de especialidade escritos, dado que permitem a condensação de informação relativa ao substantivo” (Herget e Alegre, 2014). De facto, é uma estrutura comum na língua alemã que se assemelha a uma moldura, dentro da qual se encontra o artigo em primeiro lugar e o substantivo em terceiro; no meio dos dois, são inseridos atributos do nome.

Como se verificaria através de uma tradução das expressões acima apresentadas para o português, a sua construção sintática não possui um equivalente imediato na nossa língua. De facto, segundo o mesmo artigo, “ao ser traduzida para português, a moldura sofre alterações respeitantes à posição dos atributos que passam de pré-nominais a pós-nominais” (Herget e Alegre, 2014). Assim sendo, os atributos viriam depois do nome e não antes, como acontece na gramática alemã.

Como já foi referido antes, este aspeto sintático em particular tem a função de comprimir a informação, evitando assim outro tipo de apresentação da mesma como, por exemplo, em orações subordinadas, substituto muitas vezes usado na língua portuguesa para colmatar a falta de uma construção sintática equivalente ao grupo nominal expandido alemão.

No que respeita à ordem dos elementos na frase, pode afirmar-se que nas duas primeiras orações, a mesma é a convencional, ou seja, “*Grundstellung*”, ao passo que nas seguintes já são evidentes mudanças. Na oração “damit der Kläger Gelegenheit hat”, o verbo surge no final da frase (*Endstellung*); o mesmo acontece com a última forma verbal apresentada, “treffen kann”.

Por fim, analise-se a derradeira frase do acórdão B2:

Em face do exposto, negando a revista, acorda-se em confirmar o acórdão recorrido.

Mais uma vez aqui se evidencia a simplicidade dos períodos nos acórdãos portugueses em contraste com a sua correspondente complexidade nas sentenças alemãs. Como se pode constatar, a frase acima apresentada é, de facto, mais simples do que a sua análoga presente na sentença B2, mas não deixa, no entanto, de ser um período composto. Com efeito, a mesma possui duas orações: a principal – “Em face do exposto, acorda-se em confirmar o acórdão recorrido.”, e a subordinada – “negando a revista”. Pode dizer-se até que, neste caso específico, a oração subordinada é “reduzida de gerúndio” (Cunha e Cintra, 2005, p. 606), uma vez que o verbo se encontra conjugado na referida forma verbal.

Por último, fazendo referência à ordem dos elementos frásicos, a mesma obedece aos critérios convencionais, embora seja de realçar novamente que o sujeito é indeterminado, estando assim o verbo principal da frase “acorda-se” conjugado no infinitivo impessoal.

#### 5.3.4 Reflexão

Após a análise do segundo par de textos, podemos constatar que os mesmos têm várias diferenças e semelhanças, tanto ao nível da forma como do conteúdo. Além disso, é possível afirmar que também existem divergências tanto entre os dois acórdãos portugueses, como nas duas sentenças alemãs entre si.

Em primeiro lugar, a nível da forma, no que respeita, mais especificamente ao cabeçalho, pode dizer-se que o cabeçalho alemão tem características muito mais cerimoniais do que o português, embora seja menos rico em informação.

Por outro lado, em relação aos preâmbulos, campo em que nos dois pares de textos foram notadas grandes diferenças, na sentença alemã B1, os mesmos consistem numa declaração da decisão judicial tomada, na imputação das custas do processo, e nos nomes dos juízes responsáveis; já no acórdão português B2, essa secção compreende a indicação da área temática do Direito em questão, a bibliografia consultada, e o sumário introdutório.

Quanto ao desenvolvimento, a estruturação do texto no acórdão português B2 revelou-se muito mais complexa e talvez mais confusa do que na sentença alemã B1. Relativamente aos assuntos apresentados, tal como no par A, tudo se resumiu à apresentação da matéria de facto, e à fundamentação da decisão com base na lei vigente aplicável. A conclusão consistiu, nos dois textos, numa reiteração da sentença decidida, e nas assinaturas dos juízes.

No que diz respeito à comparação efetuada a nível do conteúdo, é seguro afirmar que muita da terminologia evidente no texto alemão (B1) possuía equivalentes no texto português (B2), apesar de haver algumas exceções, nomeadamente em relação a expressões jurídicas fixas na sentença alemã B1 que não apareciam no texto português. Por último, em relação à análise da sintaxe efetuada nos períodos mais importantes dos textos, pode dizer-se que a sintaxe do texto português é bastante mais simples que a do texto alemão, sendo os períodos compostos mais frequentes na sentença B1 do que no acórdão B2.



## 5. 4. Par C

### 5.4.1. Breve Apresentação dos Textos

O último par de textos corresponde a duas decisões judiciais proferidas por Tribunais Constitucionais. A sentença C1 foi emitida pelo *Bundesverfassungsgericht*, ou seja, *Tribunal Constitucional Federal*, que é o Tribunal Constitucional máximo da Alemanha. Como já foi referido na presente dissertação, cada estado da Alemanha possui o seu Tribunal Constitucional próprio, mas o Tribunal Constitucional Federal é a entidade suprema no que à Constituição alemã diz respeito.

A sentença em análise (C1) tem como centro nevrálgico a avaliação da constitucionalidade de uma lei – a *Waffengesetz*, ou seja, uma lei referente ao controlo de armas. Neste caso em particular, a queixa inconstitucional foi declarada como improcedente, ou seja, não foi aceite pelo tribunal.

Por seu lado, o acórdão português C2 foi emitido pelo Tribunal Constitucional, entidade respeitadora e zeladora da Constituição da República Portuguesa. Portugal possui apenas um Tribunal Constitucional, dadas as dimensões geopolíticas do nosso país, que é responsável por avaliar, sempre que tal for solicitado, a constitucionalidade das normas legisladas.

Neste caso específico, o ocorrido foi que o arguido de um processo recorreu ao Tribunal Constitucional, de maneira a que o mesmo avaliasse e declarasse a inconstitucionalidade de uma norma que houvera sido usada como base para a sua condenação. Contudo, o Tribunal Constitucional não lhe deu razão e considerou o acórdão proferido pelo tribunal de 3ª instância – neste caso, o Supremo Tribunal de Justiça – transitado em julgado, ou seja, incontestável.

#### 5.4.2. Comparação a Nível da Forma

##### Cabeçalho

Comecemos por analisar o cabeçalho da sentença alemã em questão (C1):

BUNDESVERFASSUNGSGERICHT

- 2 BvR 1676/10 -

**In dem Verfahren**

**über  
die Verfassungsbeschwerde**

Na sentença alemã C1, o cabeçalho apresenta linhas muito simples, não denota brasão, nem expressões jurídicas introdutórias como as anteriormente estudadas, nomeadamente *in Namen des Volkes*. Podemos observar apenas o nome do tribunal, *Bundesverfassungsgericht*, no topo, seguido de imediato pelo número do processo.

A construção frásica que se segue, dotada de um tipo de letra que lhe confere protagonismo e relevância na primeira página da sentença, funciona como uma espécie de introdução da secção subsequente, uma vez que as mesmas se encontram inclusive ligadas sintaticamente. A expressão em questão é o início de uma oração, a qual é continuada mais tarde.

Já o cabeçalho do acórdão português C2 denota a seguinte configuração:

ACÓRDÃO N.º 603/2014

Processo n.º 824/14

2.ª Secção

Relator: Conselheiro Fernando Ventura

Acordam, em conferência, na 2.ª Secção do Tribunal Constitucional:

Tal como na sentença alemã C1, é possível identificar o número do processo, e o número do acórdão. É-nos também facultada a identidade do relator, ou seja, da pessoa que redigiu o dito documento. Por último, há uma menção referente à *secção* de juízes responsável pela presente decisão. De facto, no Tribunal Constitucional português, existem “três secções não especializadas, cada uma delas constituída pelo presidente ou pelo vice-presidente do Tribunal e por mais quatro juízes” (*site* do Tribunal Constitucional Portugal).

Por último, no cabeçalho, tal como na sentença alemã correspondente (C1), deparamo-nos com uma construção frásica que serve como título que também tem a sua continuação na secção subsequente do texto.

## Preâmbulos

Nesta secção em particular, as duas decisões judiciais em análise evidenciam diferenças flagrantes, no que toca aos seus componentes textuais. Vejamos primeiramente a sentença alemã (C1).

des Herrn M...

gegen das Waffengesetz vom 11. Oktober 2002 (BGBl I S. 3970, 4592; 2003 I S. 1957), zuletzt geändert durch Artikel 1b des Gesetzes zum Vorschlag für eine Verordnung des Rates über die Erweiterung des Geltungsbereichs der Verordnung (EU) Nr. 1214/2011 des Europäischen Parlaments und des Rates über den gewerbsmäßigen grenzüberschreitenden Straßentransport von Euro-Bargeld zwischen Mitgliedstaaten des Euroraums vom 25. November 2012 (BGBl II S. 1381) - insbesondere gegen §§ 2, 3, 4, 8, 14, 15, 15a, 27, 36 Waffengesetz

hat die 2. Kammer des Zweiten Senats des Bundesverfassungsgerichts durch

den Richter Gerhardt,  
die Richterin Hermanns  
und den Richter Müller

gemäß § 93b in Verbindung mit § 93a BVerfGG in der Fassung der Bekanntmachung vom 11. August 1993 (BGBl I S. 1473) am 23. Januar 2013 einstimmig beschlossen:

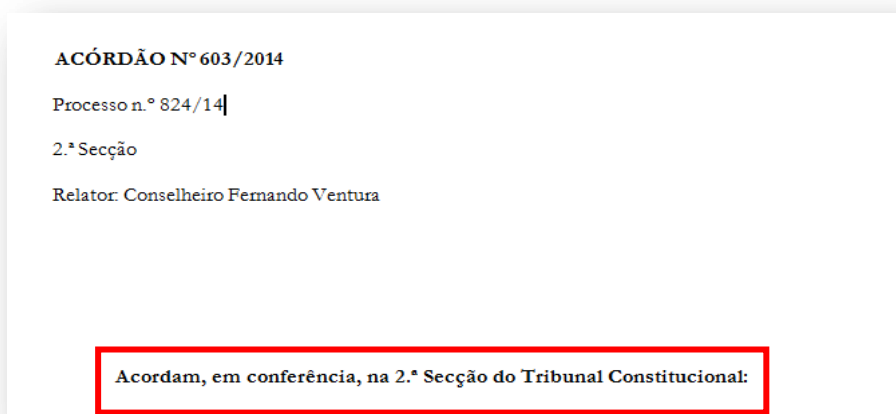
Die Verfassungsbeschwerde wird nicht zur Entscheidung angenommen.

Através da imagem apresentada, podemos constatar que na secção imediatamente anterior ao desenvolvimento da sentença alemã C1, é-nos disponibilizada informação acerca da lei contestada ao Tribunal Constitucional Federal, neste caso, a Lei das Armas.

Para além disso, tal como nas sentenças A1 e B1, é também nesta fase que surgem a decisão do tribunal, as identidades do queixoso e dos juízes responsáveis pela mesma, e a data da sua promulgação. Tal como se pode observar, toda esta informação encontra-se condensada em vários parágrafos que se encontram ligados entre si por conetores e que, não obstante a sua extensão, formam uma única frase.

Relativamente aos preâmbulos do acórdão português análogo (C2), pode dizer-se que os mesmos não existem neste caso. Por outras palavras, segundo a categorização dos vários elementos textuais que tem vindo a ser seguida nesta dissertação, no acórdão em análise (C2), não se encontra qualquer tipo de informação entre o cabeçalho e o desenvolvimento do mesmo.

Ao contrário dos acórdãos A2 e B2, a configuração utilizada na redação dos acórdãos proferidos pelo Tribunal Constitucional português não abrange qualquer tipo de entremeio, sendo que a única frase existente como ligação entre o cabeçalho e o desenvolvimento é a já referida no ponto anterior:



Em suma, neste par de exemplos, não se encontra nenhuma espécie de preâmbulo no acórdão português C2, ao passo que, na sentença alemã C1, encontramos informação sobre as identidades dos juízes responsáveis pelo caso, a identidade do queixoso, a norma, lei ou decreto cuja constitucionalidade terá sido posta em causa, e a decisão propriamente dita, sobre se a queixa foi considerada válida ou não.

### Desenvolvimento

No que respeita à sentença alemã em análise (C1), o seu desenvolvimento é em muitos aspetos semelhante ao da sentença A1. Ou seja, contrariando a regra de Stolze (1999), esta secção do texto não é composta aqui por *Tatbestand* e *Entscheidungsgründe*, mas possui, sim, apenas um título, que é *Gründe*.

Por sua vez, *Gründe* encontra-se dividida em três grandes grupos assinalados com recurso a numeração romana. No primeiro grupo, estão dispostos os factos, ou seja, as circunstâncias nas quais foi efetuado o pedido de verificação da constitucionalidade da norma jurídica em questão.

No segundo, há uma reiteração da decisão e uma fundamentação da mesma com recurso a legislação vigente e à explanação da interpretação da lei por parte dos juízes. É aqui que, ponto por ponto, os juízes analisam a norma e verificam se a mesma viola de alguma maneira a Constituição.

Em contrapartida, no acórdão português em análise (C2), a divisão dos elementos textuais no que respeita ao desenvolvimento do texto é efetuado de uma maneira diferente, pelo menos na questão da nomenclatura, comparativamente aos outros acórdãos A2 e B2.

Com efeito, os dois títulos presentes nesta secção são *Relatório* e *Fundamentação*. O relatório engloba toda a informação referente às circunstâncias que levaram a que a constitucionalidade de uma determinada norma jurídica fosse posta em causa, e, conseqüentemente, a decisão tomada com base na mesma.

Num primeiro ponto, são, por conseguinte, narradas as etapas do processo, nomeadamente os nomes dos tribunais das instâncias anteriores, desde a primeira até à última, culminando na presente reclamação ao Tribunal Constitucional. Seguidamente são explanados os motivos que levam a crer que a norma em causa seja, de algum modo, inconstitucional, e que a mesma teve, de facto, peso na condenação do acusado. Por último, a *Fundamentação* consiste na justificação da decisão por parte dos juízes, com recurso à examinação da lei em causa e à própria Constituição.

Concluindo, em termos de estilo e subdivisão dos elementos do texto na secção do desenvolvimento do mesmo, pode afirmar-se que a sentença alemã C1 apresenta algumas discrepâncias em relação ao acórdão português C2. Em primeiro lugar, na primeira, existe um agrupamento de todo o texto da secção sob um único título, ao passo que, no segundo, existe uma separação da informação em duas partes.

No entanto, apresentam também semelhanças ao nível da própria informação apresentada, nomeadamente no que respeita ao progresso das etapas dos processos, às circunstâncias nas quais se dão os pedidos de reavaliação das normas jurídicas em causa, e à justificação das decisões tomadas com recursos a legislação vigente e às próprias Constituições.

## Conclusão

Por fim, a última secção a analisar é a parte final do texto, ou seja a fase concludente da redação que, no caso da sentença alemã em análise (C1), tem a seguinte configuração:

Bei dieser Rechtslage lässt sich weder feststellen, dass die öffentliche Gewalt überhaupt keine Schutzvorkehrungen gegen die von Schusswaffen ausgehenden Gefahren getroffen hat, noch, dass offensichtlich die getroffenen Regelungen und Maßnahmen in ihrer Gesamtheit gänzlich ungeeignet oder völlig unzulänglich wären, um die Allgemeinheit vor den Gefahren des missbräuchlichen Umgangs mit Schusswaffen zu schützen. Angesichts des dem Gesetzgeber bei der Erfüllung seiner Schutzpflichten zukommenden weiten Einschätzungs-, Wertungs- und Gestaltungsspielraums steht dem Beschwerdeführer ein grundrechtlicher Anspruch auf weitergehende oder auf bestimmte Maßnahmen wie das Verbot von Sportwaffen nicht zu.

III.

11

Von einer weiteren Begründung wird nach § 93d Abs. 1 Satz 3 BVerfGG abgesehen.

Diese Entscheidung ist unanfechtbar.

Em jeito de conclusão, a informação que surge no final da sentença C1 é referente à reiteração do facto de a causa ter sido negada ao demandante, sendo que não foram encontradas justificações legais suficientes para o contrário. É também feita menção à fundamentação complementar e a onde a mesma se poderá encontrar. Por fim, para terminar, há uma frase respeitante à incontestabilidade da decisão tomada, uma vez que não existem tribunais de instância maior.



Por outro lado, no acórdão C2, a conclusão do texto é assim apresentada:

### III. Decisão

6. Pelo exposto, decide-se:

a) Ordenar a extração de traslado, para nele serem processados os termos posteriores da reclamação, composto pela Decisão Sumária n.º 596/2014 e atos subsequentes;

b) Nos termos dos n.ºs 2 e 5 do artigo 670.º do Código de Processo Civil, aplicável por remissão do artigo 84.º, n.º 8, da LTC, determinar que os autos sejam imediatamente remetidos ao tribunal recorrido, considerando-se, para todos os efeitos, transitado em julgado o Acórdão n.º 579/2014.

Notifique. |

Lisboa, 23 de setembro de 2014 - *Fernando Vaz Ventura - Pedro Machete - Joaquim de Sousa Ribeiro*

Tal como nos acórdãos portugueses A2 e B2, também neste surge a decisão como ilação tirada a partir da informação redigida anteriormente. Neste caso em particular, a decisão não foi favorável, sendo que o acórdão anterior terá transitado em julgado. Por último, aparecem a data em que foi passada a sentença e as identidades dos juízes responsáveis pela decisão tomada.

Assim, pode concluir-se que a sentença alemã C1 e o acórdão português C2 em análise são bastante similares neste campo em particular, com a diferença de que, na sentença alemã, é uma reiteração da decisão que acontece, uma vez que a mesma já havia surgido nos preâmbulos do texto, e, no acórdão português, a decisão aparece pela primeira vez nesta fase, sendo literalmente uma conclusão dos factos apontados no decorrer do texto.

#### 5.4.2. Comparação a Nível do Conteúdo

##### Aspetos terminológicos

De acordo com o procedimento seguido na presente dissertação, procederemos agora à análise dos textos a nível de conteúdo, mais especificamente, de expressões terminológicas alusivas ao tipo de sentença/acórdão em causa, e à procura de equivalentes do mesmo no texto correspondente.

O primeiro termo jurídico digno de menção presente na dita sentença (C1) é *Verfassungsbeschwerde*. Não foi possível obter uma tradução no IATE, portanto, optou-se por uma definição do Duden.

Klage gegen verfassungswidrige Eingriffe der Staatsgewalt in die von der Verfassung (1a) geschützten Rechte des Bürgers (Duden).

*Verfassung* é o termo alemão para *Constituição*. *Verfassungsbeschwerde* é, por conseguinte, um conceito relacionado com esse tipo de código de leis. Segundo esta definição, trata-se de uma queixa contra intervenções inconstitucionais por parte das autoridades estaduais, ou com base em normas consideradas inconstitucionais. Segundo a *infopedia*, o equivalente em português seria *recurso constitucional*, e, de facto, essa expressão surge no texto do acórdão português C2.

Outro conceito jurídico relevante encontrado no texto em questão foi *Beschwerdeführer*, que está, de certo modo, relacionado com o primeiro termo analisado.

DE **Beschwerdeführer**  
PT parte reclamante

★★★★★@  
★★★★★@

Segundo o IATE, *Beschwerdeführer* é a *parte reclamante*, ou seja, aquele que reclama, ou que faz queixa, neste caso, ao Tribunal Constitucional. Na *infopedia*, encontramos uma informação semelhante – *reclamante*, *queixoso*, *requerente*. No acórdão português C2, como a parte requerente foi o acusado, o termo usado é *arguido*, uma vez que é esse o seu papel no processo, e se trata de um processo penal. Contudo, *Beschwerdeführer* é uma designação mais genérica que se refere não a um *arguido* ou a um *autor da acusação*, mas sim a um *requerente* ou *reclamante*.

Uma expressão jurídica de importância significativa no que a decisões judiciais deste género diz respeito é também *nicht zur Entscheidung angenommen*. Após uma pesquisa em dicionários como *Duden, Rechtswörterbuch und Rechtslexikon* e IATE, não se conseguiu chegar a uma tradução integral da mesma. Assim sendo, teve de ser efetuada uma tradução palavra a palavra.

**DE**nicht **angenommen**  
**PT**não aceite



Segundo o IATE, *nicht angenommen* significa *não aceite*. Em relação a *nicht zur Entscheidung*, também não foi encontrada nenhuma tradução nos dicionários referidos. Sabemos, no entanto, que *Entscheidung* significa *decisão*. Assim, a expressão pode querer dizer *não aceite para decisão*, o que não faria muito sentido. Como não se encontrou nenhum conceito equivalente no acórdão português em análise (C2), presume-se que a tradução da expressão seja, simplesmente, *não aceite*.

Na tabela abaixo apresentada, está disposta uma seleção de termos jurídicos encontrados na sentença alemã C1 e relevantes no contexto em causa, assim como os seus equivalentes.

Verfassungsbeschwerde	recurso constitucional
Beschwerdeführer	requerente/reclamante
nicht zur Entscheidung angenommen	não aceite
in Verbindung mit	em junção com
Bekanntmachung	comunicado
Durchsetzung	implementação
Normkomplexen	complexo de normas
Grundrecht	Direito Constitucional

## Aspetos sintáticos

Passemos agora à análise das características sintáticas dos dois textos, partindo do estudo das primeiras e últimas frases dos mesmos, tal como foi previamente efetuado na presente dissertação. A primeira frase a ser objeto de análise é, então, a da sentença alemã C1 que, ao contrário do que sucede nas anteriores, tem o seu início no título do texto. Para uma maior ilustração do referido, atente-se à imagem:

### **In dem Verfahren**

### **über die Verfassungsbeschwerde**

des Herrn M...

gegen das Waffengesetz vom 11. Oktober 2002 (BGBl I S. 3970, 4592; 2003 I S. 1957), zuletzt geändert durch Artikel 1b des Gesetzes zum Vorschlag für eine Verordnung des Rates über die Erweiterung des Geltungsbereichs der Verordnung (EU) Nr. 1214/2011 des Europäischen Parlaments und des Rates über den gewerbsmäßigen grenzüberschreitenden Straßentransport von Euro-Bargeld zwischen Mitgliedstaaten des Euroraums vom 25. November 2012 (BGBl II S. 1381) - insbesondere gegen §§ 2, 3, 4, 8, 14, 15, 15a, 27, 36 Waffengesetz

hat die 2. Kammer des Zweiten Senats des Bundesverfassungsgerichts durch

den Richter Gerhardt,  
die Richterin Hermanns  
und den Richter Müller

gemäß § 93b in Verbindung mit § 93a BVerfGG in der Fassung der Bekanntmachung vom 11. August 1993 (BGBl I S. 1473) am 23. Januar 2013 einstimmig beschlossen:

Esta aparenta ser a mais complexa das frases analisadas a julgar pela sua enorme mancha gráfica, pelos parágrafos ocupados, e pelas enumerações apresentadas. No entanto, é seguro afirmar que a mesma corresponde a um período simples, com uma oração apenas. É certo que possui vários complementos frásicos, mas nenhum deles inclui uma forma verbal conjugada, sendo que a única é “beschlossen hat”.

Assim sendo, confirma-se a regra da gramática alemã relativa à ordenação dos elementos sintáticos na frase, que diz que a posição 2 é sempre correspondente ao predicado da frase.

Como se pode ler no excerto apresentado, a posição 1 da frase é muito extensa e contém informação essencial para a sentença. De facto, é a referida posição 1 que torna a frase interessante do ponto de vista sintático, dado que a mesma possui apenas uma forma verbal conjugada. De facto, o número de complementos consecutivos apresentados não é, de todo, vulgar na sintaxe alemã, mas é bastante usual na redação de sentenças, uma vez que proporciona a informação de uma forma sincopada e organizada em tópicos, permitindo que o leitor aceda ao que procura de maneira mais simples e célere.

Nestes casos, em especial, é ponto assente na gramática alemã que o verbo assuma a posição 2 que, aliás, é a posição por excelência do verbo na frase alemã, uma vez que, quando a frase tem como parte inicial um complemento, dá-se automaticamente a inversão de sujeito, ficando, assim, o verbo na posição 2 e transitando o sujeito para a posição 3.

Há também uma colocação do participio passado “beschlossen”, que com o auxiliar “hat” forma o tempo verbal *Perfekt*, no final da frase (*Endstellung*). Contudo, estas deslocações dos elementos frásicos, a *Umstellung* e a *Endstellung*, são perfeitamente recorrentes na língua alemã. A ordem dos elementos frásicos neste caso em particular é, assim, do seguinte tipo: COMPLEMENTOS + VERBO AUXILIAR + SUJEITO + COMPLEMENTOS + VERBO PRINCIPAL.

Façamos agora a análise da primeira frase do acórdão C2:

Acordam, em conferência, na 2ª Secção do Tribunal Constitucional:

Tal como na frase análoga presente na sentença C1, esta também funciona como uma espécie de título do texto, uma vez que se encontra centrada destacada a **negrito**. Contudo, não possui o mesmo nível de complexidade, evidenciando-se, assim, novamente a simplicidade das frases dos acórdãos portugueses.

Este é, portanto, um período simples, que possui apenas uma única forma verbal: “acordam” e que, por sinal, apresenta apenas um complemento frásico. O sujeito é, mais uma vez, indeterminado, embora associemos a execução da ação ao próprio Tribunal ou aos juízes responsáveis por proferir a sentença.

A ordem dos elementos frásicos não acusa nenhum tipo de discrepância em relação às frases dos acórdãos anteriormente analisadas, embora se possa realçar mais uma vez a ausência do sujeito.

Atente-se, agora, à última frase da sentença C2:

Diese Entscheidung ist unanfechtbar.

Tal como nos casos semelhantes anteriormente analisados, esta frase faz referência à decisão proferida. É, no entanto, bastante menos complexa, uma vez que, como se pode constatar, possui apenas uma forma verbal e é, por conseguinte, um período simples. O verbo constante da mesma é o “sein”, conjugado na 3ª pessoa, e “unanfechtbar”, sendo um adjetivo, em termos sintáticos, é considerado predicativo de sujeito.

Em relação à ordem dos elementos frásicos, esta é a mais convencional que existe: SUJEITO + VERBO + COMPLEMENTO, não havendo quaisquer características especiais a apresentar.

Passemos, portanto, à análise da última frase do acórdão C2:

Pelo exposto, decide-se:

- a) Ordenar a extração de traslado, para nele serem processados os termos posteriores da reclamação, composto pela Decisão Sumária nº 596/2014 e atos subsequentes.
- b) Nos termos dos nºs 2 e 5 do artigo 670º do Código de Processo Civil, aplicável por remissão do artigo 84º, nº 8, da LTC, determinar que os autos sejam imediatamente remetidos ao tribunal recorrido, considerando-se, para todos os efeitos, transitado em julgado o Acórdão nº 579/2014.

A apresentação da frase em análise é bastante diferente da das anteriores, devido à sua divisão em três parágrafos. Num primeiro olhar, poder-se-ia dizer que se tratavam de três frases diferentes. No entanto, após uma leitura atenta, torna-se evidente o facto de que os parágrafos a) e b) não têm autonomia gramatical, ou seja, que necessitam da frase “Pelo exposto, decide-se:” para fazerem sentido.

Contudo, não se pode dizer que haja qualquer tipo de subordinação entre a frase-mãe e “ordenar a extração de traslado” ou “determinar que os autos sejam imediatamente remetidos ao tribunal recorrido”. Com efeito, trata-se do “infinitivo da forma não flexionada” (Cunha e Cintra, 2005, p. 484), que pode ocorrer em inúmeros casos. Este, em específico, implica a dependência de um auxiliar causativo – “decidir”.

Sendo assim, estamos perante dois períodos cuja parte inicial é a mesma (“Pelo exposto, decide-se:”). No primeiro período, já há subordinação frásica, uma vez que a última oração, “para nele serem processados os termos posteriores de reclamação” não detém qualquer autonomia gramatical. Assim, podemos dizer que se trata de um período composto por subordinação.

No que respeita ao segundo período, o mesmo também apresenta características semelhantes, ou seja, também é composto por subordinação. No entanto, a oração subordinada em causa (“considerando-se, para todos os efeitos, transitado em julgado o Acórdão nº 579/2014”) é, novamente, uma oração subordinativa reduzida de gerúndio.

No que respeita à ordem dos elementos frásicos no primeiro período, é de realçar que o sujeito é indeterminado, o que implica uma estrutura do seguinte tipo: VERBO + COMPLEMENTOS. Já no segundo período, a ordem é um pouco mais complexa, pois é introduzido no meio da locução verbal “decide-se determinar” um complemento sintático, o que pode comprometer uma leitura fluida da frase.

#### 5.4.3. Reflexão

Após a análise previamente efetuada à sentença alemã C1 e ao acórdão português C2, ambos emitidos por Tribunais Constitucionais, foi possível concluir que, salvo poucas exceções, os dois são textos bastante similares, tanto a nível da forma como do conteúdo.

Em relação ao cabeçalho, o da sentença alemã C1 é bastante mais cerimonioso e menos informativo do que o do acórdão português C2. Contudo, ao passo que esta secção, na sentença alemã C1, é mais rica em expressões jurídicas introdutórias, como, por exemplo, *In dem Verfahren über die Verfassungsbeschwerde*, no acórdão português C2 existem componentes que não possuem equivalentes no texto alemão, nomeadamente os *descritores*.

No que respeita aos preâmbulos, a sentença alemã C1 precede a parte desenvolvida do texto com a decisão judicial propriamente dita, e informação acerca dos juízes e das custas do processo; por outro lado, no acórdão português em análise (C2), não existe qualquer tipo de prelúdio que anteceda o corpo do texto.

Relativamente ao desenvolvimento, que é a parte mais complexa do texto, a sentença alemã C1 revela uma menor complexidade em termos de subdivisão da informação, embora, em termos de conteúdo, os componentes textuais sejam os mesmos, nomeadamente as prévias etapas do processo, os factos até então provados, as circunstâncias que levaram à interposição do recurso ao Tribunal Constitucional, e a sua análise e avaliação da norma jurídica que teria suscitado suspeitas de inconstitucionalidade.

Em relação à conclusão tanto da sentença alemã C1 como do acórdão português C2 em análise, esta abrange a decisão judicial tomada, positiva ou negativa, sendo que a única diferença é que, no caso da sentença alemã C1, é uma reiteração, uma vez que já há uma menção à mesma nos preâmbulos do texto, e, no acórdão português C2, a decisão aparece unicamente na parte final, desempenhando o papel de uma literal conclusão do documento.



No que respeita à análise a nível do conteúdo, pode dizer-se que muitos dos conceitos jurídicos presentes na sentença C1 apresentam equivalentes no acórdão C2, uma vez que se trata de um tipo de tribunal muito particular, que envolve um elo único: uma constituição. Contudo, é certo que algumas expressões jurídicas seleccionadas foram mais difíceis de transpor do alemão para o português, devido às suas peculiaridades linguísticas.

Por último, é seguro afirmar que a frase inicial do acórdão português C2 é bastante mais simples do ponto de vista sintático, embora, no que respeita às frases finais dos textos, a da sentença alemã C1 se tenha revelado menos complexa. Todas apresentam, no entanto, características bastante singulares, que confirmam uma espécie de regra em relação a textos deste tipo.



## 6. CONCLUSÕES

Após a realização do presente trabalho, obtiveram-se várias conclusões respeitantes ao documento jurídico em análise, tanto na perspectiva geral de género textual, como em relação ao seu papel nos sistemas jurídicos português e alemão. O estudo comparativo realizado entre exemplares concretos de sentenças e acórdãos dos dois países serviu para corroborar muito do material escrito existente acerca desta temática, mas também é prova de que nem sempre os padrões são seguidos.

Em primeiro lugar, pôde concluir-se que os dois sistemas jurídicos, o português e o alemão, apesar de evidenciarem pequenas diferenças entre si, as mesmas não são suficientes para a sua colocação em famílias jurídicas distintas. Assim sendo, ambos pertencem à família jurídica romano-germânica, cuja característica distintiva é a formação de códigos de leis abstratas que, por sua vez, gerem as situações concretas – isto é, claro está, uma referência à Constituição. Para além disso, a justiça em ambos os países segue os ideais “liberdade, igualdade e solidariedade” com raiz na Revolução Francesa.

Por outro lado, através de um breve estudo acerca da hierarquia judicial nos dois sistemas jurídicos, foi possível constatar que, mau grado as diferentes dimensões geopolíticas, a organização dos tribunais apresenta praticamente os mesmos alicerces, distribuindo-se a jurisdição com base no critério do teor do processo – se é civil ou penal – e diferenciando-se os tribunais segundo três instâncias. Isto acabou por facilitar bastante a seleção dos textos a analisar na presente dissertação.

Relativamente ao documento jurídico em geral, a partir do trabalho realizado, constatou-se que a importância do mesmo nos dois sistemas jurídicos é de igual modo similar, uma vez que a jurisprudência não é considerada uma fonte de lei com influência na justiça dos dois países. Contudo, é muitas vezes utilizada como recurso auxiliar e comparativo por juízes que se encontrem a cargo de processos similares.

No que respeita ao sistema utilizado para a classificação das sentenças, viu-se que o mais habitual é classificá-las com base no tipo de tribunal emissor. A verdadeira diferença entre os dois documentos judiciais, a *sentença* e o *acórdão*, existentes no sistema jurídico português, reside apenas no número de juízes responsáveis pela deliberação da mesma e não encontra equivalente no sistema jurídico alemão.

Deparamo-nos finalmente com o tema central da presente dissertação que é a sentença como género textual, e as diferenças existentes entre os vários tipos de documentos nos dois sistemas jurídicos, quer a nível de forma, quer a nível de conteúdo. Com base no estudo geral realizado principalmente a partir da obra de Stolze, foi possível concluir que a sentença na Alemanha evidencia uma configuração bastante padronizada em termos de macroestrutura. Assim, são na mesma identificados quatro grandes grupos textuais: *Urteilkopf*, *Urteilsformel*, *Tatbestand* e *Entscheidungsgründe*.

A partir do estudo efetuado a partir da análise de três pares de decisões judiciais, cada um emitido por um género de tribunal diferente, constatou-se que as sentenças alemãs nem sempre obedecem ao padrão mencionado por Stolze, sendo que muitas vezes a sua macroestrutura surge menos repartida e mais condensada, originando uma grande massa textual potencialmente prejudicial à receção e compreensão da mensagem. Para além disso, em termos estilísticos, chegou-se à conclusão de que a sentença alemã, comparativamente ao documento correspondente português, possui uma configuração bastante mais formal e menos fragmentada.

Já no que diz respeito ao acórdão português por excelência, através de uma pesquisa nas bases de dados jurisprudenciais *online*, também se verificou um padrão em termos de macroestrutura. O acórdão português em regra denota, por conseguinte, um conjunto de secções textuais na seguinte ordem: *cabeçalho*, *sumário*, *fundamentação*, a qual abrange a *matéria de facto* e o *direito aplicável*, da qual resulta depois a *decisão* propriamente dita.

Muito embora se tenha tornado clara, nos acórdãos portugueses em análise, a presença de todas essas secções textuais, a macroestrutura nem sempre estava organizada da mesma forma, e, muitas vezes, o texto era ainda mais fragmentado com o auxílio de diferentes tipos de numeração. Estilisticamente, o acórdão português é bastante mais pragmático, sendo evidente a organização funcional da informação, com o objetivo de a tornar acessível e fácil de localizar.

No que respeita à terminologia, tanto as sentenças alemãs como os acórdãos portugueses apresentavam expressões jurídicas próprias do tipo de documento em questão, aludindo ao próprio tribunal emissor ou a termos identificativos da referida instituição. Contudo, nem sempre foi possível encontrar equivalentes, devido às diferenças culturais e de língua, que impossibilitavam uma simples tradução.

Em relação à análise sintática efetuada na presente dissertação com base em frases pontuais retiradas do início e do fim dos textos em análise, é possível concluir que existem características específicas que regem a construção sintática das mesmas. Por exemplo, as frases introdutórias dos acórdãos portugueses demonstram ser muito mais simples sintaticamente do que as alemãs; no entanto, apresentam estrutura sintática marcada, ou seja, o verbo vem recorrentemente no início da oração. Por sua vez, as frases iniciais das sentenças alemãs apresentam grandes manchas gráficas e possuem vários complementos sintáticos.

Relativamente às frases finais dos textos, os períodos dos acórdãos portugueses voltam a ser considerados, no geral, menos complexos do que os das sentenças alemãs. De facto, os períodos finais das primeiras são, na maioria das vezes, orações simples, com uma única forma verbal. Pelo contrário, os das sentenças alemãs apresentam um maior nível de complexidade, sendo possível destacar fenómenos gramaticais como a hipotaxe e os grupos nominais expandidos.

Por fim, pode concluir-se que o presente trabalho é demonstrativo das características formais, estilísticas e terminológicas das sentenças na Alemanha e em Portugal, e espera-se que o mesmo venha a ser útil no posterior estudo e/ou tradução de documentos deste género. A tradução jurídica é uma área em ascensão, cada vez mais procurada devido à comodidade que proporciona a todos os que lidam no quotidiano com a justiça e o Direito em Portugal, daí a relevância de trabalhos deste género no âmbito da área jurídica.



7.

## ● BIBLIOGRAFIA

CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. 2005. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Edições João Sá da Costa: Lisboa.

HERGET, Katrin; ALEGRE, Teresa. 2014. Grupos nominais expandidos na linguagem médica alemã e respetivos equivalentes em português. *Translation Journal* [online], 13. (Acedido em Outubro de 2014).

RAMOS, Joaquim Sousa Coelho. 2012. *Introdução ao Português Jurídico*. Karolinumpress.

STOLZE, Radegundis. 2009. *Fachübersetzen – Ein Lechbuch für Theorie und Praxis*. Berlin: Frank & Timme.

STOLZE, Radegundis. 1999. *Die Fachübersetzung – Eine Einführung*. Tübingen: Narr.

VICENTE, Dário Moura. 2008. *Direito Comparado – Volume I. Introdução e Parte Geral*. Coimbra: Almedina.

## • WEBGRAFIA

Bases Jurídico- Documentais ([www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt))

Dict.cc (<http://www.dict.cc/>)

Duden (<http://www.duden.de/>)

IATE (<http://iate.europa.eu/>)

Infopedia (<http://www.infopedia.pt/>)

Rechtswörterbuch und Rechtslexikon (<http://www.rechtsworтерbuch.de/recht/>)

União Europeia – Jornais Oficiais e Portais Institucionais (<http://dre.pt/ue/alemanha.html>)



## 8. ANEXOS

### - Par A

- Sentença alemã A1
- Acórdão português A2

### - Par B

- Sentença alemã B1
- Acórdão português B2

### - Par C

- Sentença alemã C1
- Acórdão português C2

**Thüringer Oberlandesgericht**

Az.: 3 W 100/14  
SOL-1011 AG N



**Beschluss**

-

In der Grundbuchsache

betreffend die Berichtigung des Grundbuchs von S., Bl. 1.....

an der beteiligt ist:

**G. K.**

- Antragsteller und Beschwerdeführer -

-

hat der 3. Zivilsenat des Thüringer Oberlandesgerichts in Jena durch  
den Vorsitzenden Richter am Oberlandesgericht Bettin,  
die Richterin am Oberlandesgericht Bötzel und  
den Richter am Oberlandesgericht Timmer

**b e s c h l o s s e n :**

Die Beschwerde des Antragstellers gegen den Beschluss des Amtsgerichts - Grundbuchamt N vom 28.01.2014 - Nichtabhilfeentscheidung vom 24.02.2014 - wird zurückgewiesen.

Die Kosten des Beschwerdeverfahrens hat der Antragsteller zu tragen.

Der Gegenstandswert des Beschwerdeverfahrens wird auf bis zu 1000,- € festgesetzt.

Die Rechtsbeschwerde wird nicht zugelassen.

Gründe:

I.

In dem im Betreff bezeichneten Grundbuch sind als Eigentümer insgesamt 16 Personen "als Gesellschafter einer Gesellschaft bürgerlichen Rechts", darunter die Eltern des Antragstellers M. und H.K. eingetragen. Der Erwerb erfolgte auf der Grundlage zweier notarieller Urkunden der Notarin B. mit Amtssitz in N. aus den Jahren 1996 und 1997; dort werden die Erwerber als "Garagengemeinschaft bürgerlichen Rechts" bezeichnet; die Grundstücke sind mit zehn Garagen bebaut, die sich seinerzeit bereits im (selbständigen) Eigentum der Erwerber befunden haben sollen.

Der Antragsteller verfolgt seit dem Tode seiner Eltern die Berichtigung des Grundbuchs dahin, dass er an ihrer Stelle eingetragen wird. Einen ersten Berichtigungsantrag aus dem Jahre 2010 hat das Grundbuchamt u.a. mit der Begründung zurückgewiesen, es liege zwar ein Erbschein nach H. K., nicht aber ein solcher nach M. K. vor.

Mit per Fax beim Grundbuchamt am 08.01.2013 eingegangenem Schreiben vom 26.11.2012 beantragte der Antragsteller erneut die Berichtigung des Grundbuchs. Das Grundbuchamt erließ zunächst eine Zwischenverfügung gerichtet auf die Vorlage eines Erbnachweises nach M. K. sowie eines Gesellschaftsvertrages der GbR in der Form des § 29 GBO. Nach Einreichung des Erbscheins hielt die Grundbuchrechtspflegerin mit Zwischenverfügung vom 23.05.2013 an der Forderung nach Vorlage des Gesellschaftsvertrages fest. Der Antragsteller teilte mit, dass nach seinen Recherchen bei dem Notar B., dem Verwalter der nicht mehr amtierenden Notarin B., ein Gesellschaftsvertrag nicht vorhanden sei. Ein Teil der im Grundbuch eingetragenen Gesellschafter sei verstorben, so dass es nunmehr dem Grundbuchamt obliege, für die Grundbuchberichtigung nach den §§ 82, 82a GBO Sorge zu tragen. Das Grundbuchamt hat sodann am 18.10.2013 eine weitere Zwischenverfügung erlassen und nunmehr die Auffassung vertreten, mangels Gesellschaftsvertrages sei die Grundbuchberichtigung nur im Wege der Berichtigungsbewilligung durch sämtliche Gesellschafter bzw. deren Erben möglich; die Bewilligungen müssten in der Form des § 29 GBO vorgelegt, die Erbfolge jeweils gem. § 35 GBO nachgewiesen werden. Der Antragsteller hat mitgeteilt, nach seinen Recherchen seien von den 16 Gesellschaftern fünf verstorben; einzelne Erben seien nicht zu ermitteln. Er hat erneut auf § 82a GBO hingewiesen. Das Grundbuchamt hat den Berichtigungsantrag mit Beschluss vom 28.01.2014 zurückgewiesen, weil weder ein Gesellschaftsvertrag noch die Berichtigungsbewilligungen der anderen Gesellschafter bzw. deren Erben vorgelegt worden seien.

Dagegen richtet sich die Beschwerde des Antragstellers, der seinen Berichtigungsantrag weiterverfolgt. Er habe nachgewiesen, dass ein Gesellschaftsvertrag nicht existiere. Soweit die GbR durch den Tod eines Gesellschafters aufgelöst werde, bestehe sie gleichwohl als Liquidationsgesellschaft fort; als deren Gesellschafter könne er als Erbe seiner Eltern eingetragen werden. Im Übrigen habe das Grundbuchamt verkannt, dass in den Verfahren nach den §§ 82, 82a GBO Amtsermittlungspflicht bestehe.

Das Grundbuchamt hat der Beschwerde mit Beschluss vom 24.02.2014 nicht abgeholfen und sie dem Oberlandesgericht vorgelegt. Es hält an seiner sich aus dem angefochtenen Beschluss ergebenden Rechtsauffassung fest. Weder sei die Nichtexistenz eines Gesellschaftsvertrages nachgewiesen noch sei die Beibringung der Berichtigungsbewilligungen unmöglich. In seiner Stellungnahme hierzu hat der Antragsteller im Wesentlichen sein bisheriges Vorbringen wiederholt und auf den unter 3.000,- € liegenden Wert der Sache hingewiesen.

## II.

1. Die Beschwerde ist nach den §§ 71 ff. GBO an sich statthaft und auch sonst zulässig. In der Sache hat sie keinen Erfolg; das Grundbuchamt hat den Berichtigungsantrag im Ergebnis zu Recht zurückgewiesen.

Die von dem Antragsteller beantragte Grundbuchberichtigung nach dem Tod seiner Eltern als Gesellschafter der GbR kann, wovon das Grundbuchamt zutreffend ausgeht, entweder im Wege des Unrichtigkeitsnachweises gem. § 22 GBO oder aber auf Grund der Berichtigungsbewilligung der durch die Eintragung Betroffenen (§ 19 GBO) erfolgen. Hier kommt eine Berichtigung auf der Grundlage einer Berichtigungsbewilligung von vornherein nicht in Betracht, weil eine solche nicht vorgelegt wurde.

Im Verfahren nach § 22 GBO hat das Grundbuchamt keine eigenen Ermittlungen vorzunehmen; der Nachweis der Unrichtigkeit obliegt vielmehr dem Antragsteller; er hat nicht nur nachzuweisen, dass das Grundbuch derzeit unrichtig ist, sondern auch, dass es durch die beantragte Eintragung richtig wird. An die Nachweisführung sind strenge Anforderungen zu stellen; grundsätzlich ist der Nachweis in der Form des § 29 GBO, also durch öffentliche oder öffentlich beglaubigte Urkunden bzw. in derjenigen Form zu führen, die das Grundbuchverfahrensrecht abweichend von § 29 GBO eröffnet. Lediglich dann, wenn das nicht möglich ist und auch der Weg einer - notfalls durch Urteil zu erwirkenden - Berichtigungsbewilligung nicht gangbar ist, muss sich das Grundbuchamt ausnahmsweise auch mit einem nicht formgerechten Nachweis begnügen (Demharter, GBO, 29. Aufl., § 22 Rn. 36, 37, 42 m.w.N.). Im vorliegenden Fall hat der Antragsteller durch die Vorlage der Erbscheine zwar

formgerecht (§ 35 Abs. 1 GBO) nachgewiesen, dass das Grundbuch durch die Eintragung seiner verstorbenen Eltern als Gesellschafter der Eigentümer-GbR (§ 47 Abs. 2 GBO) unrichtig und er Alleinerbe ist. Es fehlt jedoch der Nachweis, dass das Grundbuch durch die beantragte Eintragung des Antragstellers anstelle seiner Eltern richtig würde. Die Rechtsfolgen des Todes eines GbR-Gesellschafters hängen entscheidend vom Inhalt des Gesellschaftsvertrages ab, weil § 727 Abs. 1 BGB, wonach die Gesellschaft durch den Tod eines Gesellschafters aufgelöst wird, nur dann eingreift, wenn im Gesellschaftsvertrag nicht anderes vereinbart ist. Der Gesellschaftsvertrag kann abweichend davon etwa bestimmen, dass die Gesellschaft mit den verbleibenden Gesellschaftern, mit den Erben, mit einem einzelnen bestimmten Erben oder auch mit einem Dritten fortgesetzt wird. Es bedarf daher im Berichtigungsverfahren zwingend des Nachweises, ob und ggf. welche Nachfolgeregelungen der Gesellschaftsvertrag für den Fall des Todes eines Gesellschafters enthält (Demharter, a.a.O. Rn. 41 m.w.N.). Im vorliegenden Fall liegt es zwar nahe, dass ein Gesellschaftsvertrag in notariell beurkundeter Form nicht abgeschlossen wurde, weil alles dafür spricht, dass er andernfalls in den notariellen Urkunden der Notarin B. im Zusammenhang mit dem Erwerb des hier betroffenen Grundstücks zumindest Erwähnung gefunden hätte. Die daraus vom Antragsteller und offenbar auch vom Grundbuchamt gezogene Schlussfolgerung, ein Gesellschaftsvertrag sei gar nicht existent, entbehrt aber einer Grundlage. In Betracht kommt zunächst ein privatschriftlicher Vertrag. Dabei handelt es sich nicht etwa nur um eine ganz entfernt liegende und daher außer Betracht bleibende Möglichkeit. Es liegt nämlich nahe, dass die GbR aus einer Gemeinschaft von Bürgern im Sinne der §§ 266 ff. ZGB der DDR hervorgegangen ist. Hierauf deutet sowohl die Bezeichnung "Garagentgemeinschaft bürgerlichen Rechts" als auch der Umstand hin, dass die Gesellschafter in den notariellen Urkunden erklärt haben, bereits Eigentümer der auf dem Grundstück befindlichen Garagen zu sein. Das ist an sich nur denkbar, wenn die entsprechende Bebauung vor dem 03.10.1990 auf der Grundlage eines Nutzungsvertrages über das Grundstück im Sinne der §§ 312 ff. ZGB erfolgte. Der Vertrag über die Bildung einer solchen Gemeinschaft war gem. § 267 Abs. 2 ZGB schriftlich abzuschließen und bedurfte sogar staatlicher Registrierung. Es erscheint auch nicht undenkbar, dass die nunmehrigen GbR-Gesellschafter ihre Rechtsbeziehungen untereinander weiterhin ganz oder teilweise nach den dort

getroffenen Regelungen gestalteten, zumal § 4 SchuldRAnpG nur die subsidiäre Anwendung der Vorschriften der GbR-Vorschriften vorsieht. Sollten auch Vereinbarungen in schriftlicher Form nicht erfolgt sein, muss von einem nur mündlich geschlossenen Vertrag bzw. von einem solchen durch schlüssiges Verhalten ausgegangen werden. Auch auf diese Weise können aber von § 727 Abs. 1 BGB abweichende Nachfolgeregelungen für den Fall des Ausscheidens von Gesellschaftern getroffen worden sein. Der Nachweis, dass ein notariell beurkundeter oder in Schriftform geschlossener Gesellschaftsvertrag nicht vorliegt, ist naturgemäß nicht in der Form des § 29 GBO zu führen; das gilt ebenso für die Feststellung des Inhalts eines nur mündlich oder durch schlüssiges Verhalten zustande gekommenen Vertrags. Die Rechtsprechung hat daher in solchen Fällen abweichend von den strengen Formerfordernissen des § 29 GBO die Vorlage privatschriftlicher Gesellschaftsverträge, ggf. auch notariell beglaubigter Erklärungen der verbleibenden Gesellschafter und der Erben der verstorbenen Gesellschafter zum Vertragsinhalt für ausreichend erachtet (OLG München NotBZ 2013, 153 ff. m.w.N.; OLG Schleswig NotBZ 2012, 189 ff.; Demharter, a.a.O., Rn. 41 m.w.N.). Dem schließt sich der Senat an, wobei aus den Erklärungen im hier vorliegenden Fall hervorgehen müsste, dass ein Gesellschaftsvertrag weder notariell beurkundet noch privatschriftlich geschlossen wurde und ob in sonstiger Weise - also mündlich oder durch schlüssiges Verhalten - zwischen den Gesellschaftern Vereinbarungen für den Fall des Todes eines Gesellschafters getroffen wurden und welchen Inhalt sie ggf. haben. Auch einen schriftlichen Gesellschaftsvertrag bzw. notariell beglaubigte Erklärungen der anderen Gesellschafter mit dem beschriebenen Inhalt hat der Antragsteller indessen nicht vorgelegt. Dass es hierzu möglicherweise umfangreicher Recherchen und eines nicht unerheblichen Aufwandes bedarf berechtigt weder das Grundbuchamt noch den Senat, von den ohnehin schon im Wege der Rechtsfortbildung verringerten Nachweisanforderungen gänzlich abzusehen und die Grundbuchberichtigung allein auf Grund des Vorbringens des Antragstellers vorzunehmen. Auch der unter 3000,- € liegende Wert rechtfertigt das nicht. Der Antragsteller will insoweit offenbar auf § 35 Abs. 3 S. 1 GBO abstellen. Die Vorschrift betrifft indessen nur den Nachweis der Erbfolge, der im vorliegenden Fall ohnehin formgerecht geführt ist.

2. Außerhalb der tragenden Gründe für seine Entscheidung weist der Senat im Hinblick auf etwaige zukünftige Berichtigungsanträge auf folgendes hin: Sowohl der Beschluss des Grundbuchamts vom 28.01.2014 als auch die Zwischenverfügung vom 18.10.2013 deuten darauf hin, dass das Grundbuchamt die hier beantragte Berichtigung vornehmen würde, wenn die Berichtigungsbewilligung aller verbleibenden Gesellschafter und der Erben der verstorbenen Gesellschafter in öffentlich beglaubigter Form vorgelegt wird. Das wäre jedoch nicht zulässig, weil es zur Prüfung der Bewilligungsberechtigung ebenfalls zwingend der Vorlage eines Gesellschaftsvertrages bzw. der öffentlich beglaubigten Erklärungen der Gesellschafter/Erben über dessen Inhalt in Bezug auf Nachfolgeregelungen für den Todesfall eines Gesellschafters bedarf (OLG München, a.a.O.; OLG Schleswig, a.a.O.; Demharter, a.a.O. m.w.N.).

Gegenstand des vorliegenden Beschwerdeverfahrens ist lediglich der Berichtigungsantrag des Antragstellers. Soweit er daneben die Einleitung eines Zwangsberichtigungsverfahrens nach § 82 GBO bzw. die Grundbuchberichtigung von Amts wegen beantragt hat, fehlt es an einer beschwerdefähigen Entscheidung des Grundbuchamts. Ein solcher Antrag hat, weil es sich um ein Amtsverfahren handelt, nur die Bedeutung einer Anregung. Gleichwohl stellen sowohl die Einleitung als auch die Ablehnung eines Zwangsberichtigungsverfahrens nach herrschender Auffassung Sachentscheidungen dar, die durch begründeten Beschluss zu treffen und grundsätzlich beschwerdefähig sind (Demharter, a.a.O., §§ 82, 82a, 83 m.w.N.; beschwerdeberechtigt ist bei Ablehnung allerdings von Ausnahmefällen abgesehen nicht derjenige, der selbst berechtigt ist, die Grundbuchberichtigung nach § 22 GBO zu betreiben; Meikel, GbO, 10. Aufl., § 82 Rn. 40, 20; Bauer/von Oefele, GBO, 3. Aufl., § 82 Rn. 22 jeweils m.w.N.). Eine solche Entscheidung hat das Grundbuchamt bislang nicht getroffen. Die Voraussetzungen für die Einleitung eines Zwangsberichtigungsverfahrens dürften - anders als diejenigen für eine Grundbuchberichtigung von Amts wegen nach § 82a GBO - vorliegen. § 82 S. 3 GBO regelt ausdrücklich die Unrichtigkeit der Eintragung eines Gesellschafters. Im Falle der Eltern des Antragstellers und des Herrn W. S. (Erbschein des Amtsgerichts Nordhausen vom 13.03.2008) ist dem Grundbuchamt die Unrichtigkeit der Eintragung positiv bekannt; aus dem Vorbringen des Antragstellers ergeben sich hinreichende Anhaltspunkte dafür,



dass weitere eingetragene Gesellschafter verstorben sind. Gründe, das Zwangsberichtigungsverfahren zurückzustellen (§ 82 S. 2 GBO), sind nach Aktenlage nicht ersichtlich; sie folgen jedenfalls nicht daraus, dass die Ermittlung der Erben und die ebenfalls von Amts wegen vorzunehmende Klärung, ob die Erbfolge sich auch auf den Gesellschaftsanteil bezieht (siehe hierzu OLG Hamm, Beschluss vom 02.11.2011, 15 W 402/11, zitiert nach juris) möglicherweise aufwändig und mit Schwierigkeiten verbunden sein wird.

### III.

Der Antragsteller hat nach § 84 FamFG die Kosten seiner erfolglosen Beschwerde zu tragen. Bei der Festsetzung des Gegenstandswerts des Beschwerdeverfahrens hat der Senat sich mangels anderer Anhaltspunkte für den Wert des betroffenen Anteils an den Kaufpreisregelungen in der notariellen Urkunde vom 31.07.1997 orientiert. Gründe für die Zulassung der Rechtsbeschwerde (§ 78 Abs. 2 GBO) liegen nicht vor; der Beschluss ist daher mit Rechtsmitteln nicht anfechtbar.

Bettin  
Vorsitzender Richter  
am Oberlandesgericht

Bötzl  
Richterin  
am Oberlandesgericht

Timmer  
Richter  
am Oberlandesgericht

<p><b>Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa</b></p>	
Processo:	3725/12.4TBFUN.L1-7
Relator:	ORLANDO NASCIMENTO
Descritores:	MORA DO CREDOR OBRIGAÇÃO DE INDEMNIZAR OBRIGAÇÃO DE MEIOS OBRIGAÇÃO DE RESULTADO
Nº do Documento:	RL
Data do Acórdão:	19-12-2013
Votação:	UNANIMIDADE
Texto Integral:	S
Texto Parcial:	N
Meio Processual:	APELAÇÃO
Decisão:	IMPROCEDÊNCIA
Sumário:	<p><b>1. O art.º 56.º, n.º 2 do Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas (ETOC), na redação do Dec. Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, nos termos do qual o novo técnico deve: “<i>contactar, por escrito, o técnico oficial de contas cessante e certificar-se de que os honorários, despesas e salários inerentes à sua execução se encontram pagos</i>”, cria uma obrigação a cargo deste, em que o primeiro segmento é constituído por um ato positivo (fazer) individual – contactar por escrito – e em que o ato do segundo segmento – certificar-se que se encontram pagos – exige a atividade do técnico anterior.</b></p> <p><b>2. Cumpre esse dever o TOC que dirigiu à A uma carta, por esta recebida, informando-a que tinha sido contactado para o exercício das suas funções e pedindo-lhe que o informasse da existência de quantias em dívida, que lhe enviou um email) e que também telefonou ao TOC antecessor, não tendo obtido resposta.</b></p> <p><b>(Sumário do Relator)</b></p>
Decisão Texto Parcial:	
Decisão Texto Integral:	<p><b>Acordam os Juízes que constituem o Tribunal da Relação de Lisboa.</b></p> <p><b>1. RELATÓRIO.</b></p> <p><b>... Contabilidade e Fiscalidade, Lda, propôs contra Alexandre ...esta ação declarativa de condenação, sumária, pedindo a sua condenação a pagar-lhe a quantia de € 7.815,68, acrescida de juros à taxa legal desde a citação até integral pagamento, correspondente ao preço de serviços de contabilidade e fiscalidade que prestou a uma outra sociedade, que os não pagou, tendo o R passado a prestar tais serviços</b></p>

a essa sociedade em violação do disposto no art.ºs 56.º, n.º 2 do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e no art.º 17.º, n.º 2, do Código Deontológico dos Técnicos Oficiais de Contas, que lhe impunham que se certificassem se a sociedade devia tal quantia e que não aceitasse as funções, sob pena de se assumir perante a A pelos montantes em falta.

Citado, contestou o R dizendo, além do mais, que a A não faz prova da existência da dívida e que a A não respondeu ao seu pedido de informação sobre a existência de honorários em dívida, pedindo a absolvição do pedido.

Realizada audiência de discussão e julgamento foi proferida sentença, julgando a ação improcedente e absolvendo o R do pedido.

Inconformada com essa decisão, a A dela interpôs recurso, recebido como apelação, pedindo a sua revogação e a procedência da ação, formulando as seguintes conclusões:

1- A douta sentença impugnada ao considerar que se não impunha ao apelado qualquer outra diligência tendente ao cumprimento do disposto no artigo 56.º n.º 2 do Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, violou por erro de interpretação e de aplicação essa norma legal, bem como a norma do artigo 17.º n.º 2 do CDTOC.

2- Efetivamente, e ao contrário do que entendeu o Tribunal “a quo”, as citadas normas não impõem apenas uma obrigação de conduta (ou de diligência) ao novo Técnico Oficial de Contas que assumia funções antes confiadas a outro colega, mas fundamentalmente uma obrigação de resultado (pagamento da dívida);

3- Ora, flui da matéria de facto provada que apenas ficou demonstrado que o apelado realizou a diligência referida no ponto 5) dessa matéria, não tendo logrado provar, como lhe competia, que os créditos do anterior colega se encontravam pagos;

4- Não tendo realizado essa prova, terá de ser responsável pelo pagamento dos créditos existentes em dívida aquando da aceitação dos serviços de contabilidade anteriormente confiados à apelante. O apelado apresentou contra-alegações, pugnando pela confirmação da sentença recorrida.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO.**

### **A) OS FACTOS.**

O Tribunal *a quo* julgou provados os seguintes factos:

1. A Autora exerce a atividade de prestação de serviços de contabilidade e de fiscalidade.
2. No exercício dessa atividade profissional prestou serviços à sociedade “...Desporto e Turismo, Lda.”.
3. O Réu, exerce profissionalmente a atividade de Técnico Oficial de Contas.
4. E, nessa qualidade, passou a realizar a contabilidade da identificada sociedade “... Desporto e Turismo, Lda.”, tendo sucedido à A. no exercício dessa função.
5. Por carta datada de 13 de setembro de 2010, do Réu dirigida à Autora consta que “em cumprimento ao previsto no artigo 56 ° n ° 2 do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e ao fixado no artigo 17 ° n ° 2 do Código Deontológico dos Técnicos (...) fui contactado para ser TOC responsável pela contabilidade da empresa (...) para o exercício económico de 2010 e seguintes” e que “me informe da existência ou não de quaisquer quantias em dívida (...), bem como, quaisquer outras situações”.
6. A Autora instaurou injunção contra a sociedade “... Desporto e Turismo, Lda.” para pagamento da quantia de capital de 7.815,68€, a que foi aposta fórmula executória em ... de 2011.
7. Pelos serviços prestados, a sociedade “... Desporto e Turismo, Lda.” deve à Autora a quantia de € 7.815,68.
8. A carta referida em E) dos Factos Assentes foi remetida e recebida pela Autora.
9. Em ... de 2010 o Réu enviou um mail à Autora.
10. E nesse mesmo dia ainda entrou em contacto, via telefone, com o Toc antecessor.

#### **B) O DIREITO APLICÁVEL.**

O conhecimento deste Tribunal de 2.ª instância, quanto à matéria dos autos e quanto ao objeto do recurso, é delimitado pelas conclusões das alegações da recorrente como, aliás, dispõem os art.ºs 635.º, n.º 2 e 639.º 1 e 2 do C. P. Civil, sem prejuízo do disposto no art.º 608.º, n.º 2 do C. P. Civil[1] (questões cujo conhecimento fique prejudicado pela solução dada a outras e questões de conhecimento oficioso).

Atentas as conclusões da apelação, supra descritas, a questão submetida ao conhecimento deste Tribunal pela apelante consiste, tão só, em saber, se para o cumprimento do dever estabelecido pelo n.º 2 do art.º

56.º, do Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas (ETOC), na redação do Dec. Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, para os técnicos de contas que assumam a responsabilidade por contabilidades anteriormente a cargo de outro técnico, com a consequente obrigação de pagamento estabelecida pelo n.º 3 do mesmo preceito em caso de incumprimento desse dever, não é suficiente que o novo técnico realize diligências tendentes à obtenção de informação, sendo ainda necessário que se certifique ou se assegure que os valores devidos foram pagos (como pretende a apelante) ou se o cumprimento de um tal dever se basta com a realização pelo novo técnico de diligências razoáveis nesse sentido (como decidiu o tribunal *a quo*).

I. A questão em causa.

Adotámos a formulação da questão, nos termos acima exarados e não nos termos já constantes nas conclusões da apelação, que reconduz essa questão à opção entre obrigação de meios (desenvolver diligências) e obrigação de resultado (adquirir a certeza de que os créditos do anterior técnico se encontram pagos), porque, tal como a formulamos, se aproxima mais do texto que cria o dever em causa e a correspondente sanção para o seu incumprimento. Ora, o dever em causa é estabelecido pelo art.º 56.º do ETOC, numa dupla perspetiva, quer impondo um comportamento positivo (n.º 2), quer impondo um comportamento omissivo (primeira parte do n.º 4).

Estabelece o n.º 2 do art.º 56.º que:

*2 — Os técnicos oficiais de contas, quando sejam contactados para assumir a responsabilidade por contabilidades que estivessem, anteriormente, a cargo de outro técnico oficial de contas, devem, previamente à assunção da responsabilidade, contactar, por escrito, o técnico oficial de contas cessante e certificar-se de que os honorários, despesas e salários inerentes à sua execução se encontram pagos.*

E o n.º 4 do mesmo preceito estabelece, por sua vez que:

*4 — Sempre que um técnico oficial de contas tenha conhecimento da existência de dívidas ao técnico oficial de contas anterior, ou de situação de reiterado incumprimento, pela entidade que o contratou, das normas legais aplicáveis, não deve assumir a*

*responsabilidade pela contabilidade.*

A sanção para o incumprimento do dever em causa, estabelecida pelo n.º 3 do mesmo preceito, respeita apenas à inobservância da conduta positiva imposta pelo seu n.º 2, o que bem se percebe pois o n.º 4 do mesmo preceito respeita genericamente a situações em que o novo técnico não deve assumir a responsabilidade pela contabilidade, sendo uma delas o conhecimento da existência de dívidas ao técnico anterior, não interferindo com a definição do conteúdo do dever.

Para aferirmos do conteúdo do dever que impende sobre o novo técnico deveremos, pois, ater-nos ao disposto no n.º 2, do art.º 56.º.

Nos termos deste preceito, o novo técnico deve: *“contactar, por escrito, o técnico oficial de contas cessante e certificar-se de que os honorários, despesas e salários inerentes à sua execução se encontram pagos.*

O primeiro segmento deste dever é constituído por um ato positivo (fazer) individual – contactar por escrito – mas o ato do segundo segmento – certificar-se que se encontram pagos – já exige a atividade de um outro agente, o técnico anterior.

A colaboração do técnico anterior com o novo técnico é também determinada pelo n.º 1 do mesmo preceito, o qual dispõe que ele deve facultar *todos os elementos inerentes e prestar-lhe todos os esclarecimentos por ele solicitados.*

## II. A sentença.

Em face do disposto no art.º 56.º, n.º 2, estando provado que o R dirigiu à A uma carta informando-a que tinha sido contactado para o exercício das suas funções e pedindo-lhe que o informasse da existência de quantias em dívida (n.º 5 da matéria de facto), que a A recebeu essa carta (n.º 8), que o R enviou um mail à A (n.º 9) e que também telefonou ao TOC antecessor (n.º 10), o tribunal *a quo* considerou que o R cumpriu o dever que sobre ele impendia, tanto mais que:

*“...não se vislumbra qualquer outra diligência que o R devesse ter adotado para cumprimento do dever imposto pelo seu estatuto”.*

## III. A apelação.

Pretende a apelante que o novo técnico, o apelado, não podia iniciar o exercício das suas funções sem ter a certeza de que não eram devidos honorários em

relação aos seus anteriores serviços.

Olvida, todavia, que essa certeza só podia ser obtida com a sua colaboração, a qual lhe foi solicitada, por carta e correio eletrónico (n.ºs 5 e 9 da matéria de facto) e que não está provado que tenha sido prestada. Ou seja, no âmbito do cumprimento da obrigação em que o apelado é o sujeito passivo, devedor, e a apelante o sujeito ativo, credor, este, a apelante, não praticou: “...os atos necessários ao cumprimento da obrigação” (art.º 813.º, n.º 1, do C. Civil).

Assim, ainda que se entendesse que o dever estabelecido pelo n.º 2 do art.º 56.º do ETOC impõe a aquisição da certeza da ausência de dívidas ao técnico anterior, não poderia imputar-se ao apelado a violação desse dever, sempre faltando o ato ilícito pressuposto da obrigação de indemnizar estabelecida pelo n.º 3 desse mesmo preceito.

Mas não é este (de obrigação de resultado) o nosso entendimento sobre o conteúdo do dever em causa. O valor prosseguido por este normativo, como se deduz da sua inserção no diploma que pretende regular uma atividade, de tal forma socialmente relevante que justifica essa mesma regulação por ato legislativo, é a defesa do exercício condigno da profissão, impedindo o seu aviltamento, quer por terceiros, não pagando os respetivos serviços, quer pelos próprios, propiciando os atos desses terceiros com atos de disputa de clientela.

A defesa deste valor é prosseguida com a interação entre o novo técnico e o técnico anterior, em ordem a que o serviço em causa só possa continuar a ser prestado e recebido desde que pago o respetivo preço. Essa interação implica a prática de atos pelo novo técnico (perguntar ao técnico anterior se está pago) e a prática de atos pelo técnico anterior (responder a esse pedido e prestar outros esclarecimentos por ele pedidos).

No caso *sub judice*, o apelado cumpriu a sua parte e a apelante omitiu a que lhe estava destinada.

O cerne da questão não se situa, pois, como acima referimos, em saber se se trata de uma obrigação de meios ou de uma obrigação de resultado, mas em saber se o apelado cumpriu na íntegra o dever que sobre ele impendia, sendo certo que, ainda que de obrigação de resultado se tratasse o mesmo só não foi

atingido por falta da colaboração devida pela apelante.

O apelado cumpriu o dever que lhe é imposto pelo art.º 56.º, n.º 2, do ETOC não incorrendo, pois, na obrigação de indemnizar estabelecida pelo n.º 3 do mesmo preceito, a qual pressupõe o incumprimento daquele dever.

Improcede, pois, a apelação, devendo confirmar-se a sentença recorrida.

### C) EM CONCLUSÃO.

1. O art.º 56.º, n.º 2 do Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas (ETOC), na redação do Dec. Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, nos termos do qual o novo técnico deve: *“contactar, por escrito, o técnico oficial de contas cessante e certificar-se de que os honorários, despesas e salários inerentes à sua execução se encontram pagos”*, cria uma obrigação a cargo deste, em que o primeiro segmento é constituído por um ato positivo (fazer) individual – contactar por escrito – e em que o ato do segundo segmento – certificar-se que se encontram pagos – exige a atividade do técnico anterior.

2. Cumpre esse dever o TOC que dirigiu à A uma carta, por esta recebida, informando-a que tinha sido contactado para o exercício das suas funções e pedindo-lhe que o informasse da existência de quantias em dívida, que lhe enviou um email) e que também telefonou ao TOC antecessor, não tendo obtido resposta.

### 3. DECISÃO.

Pelo exposto, acordam os juízes deste Tribunal da Relação em julgar Improcedente a apelação, confirmando a sentença recorrida.

Custas pela apelante.

Lisboa, 19 de dezembro de 2013.

(Orlando Nascimento)

(Ana Resende)

(Dina Monteiro)

*Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico - convertido pelo Lince.*

[1] Aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho e aplicável ex vi art.º 5.º, n.º 1, da referida lei.

---





# **BUNDESGERICHTSHOF**

**IM NAMEN DES VOLKES**

## **URTEIL**

**II ZR 276/13**

in dem Rechtsstreit

Verkündet am:  
29. Juli 2014  
Vondrasek  
Justizangestellte  
als Urkundsbeamtin  
der Geschäftsstelle

Der II. Zivilsenat des Bundesgerichtshofs hat im schriftlichen Verfahren, in dem bis zum 11. Juli 2014 Schriftsätze eingereicht werden konnten, durch den Vorsitzenden Richter Prof. Dr. Bergmann und den Richter Prof. Dr. Strohn, die Richterinnen Caliebe, Dr. Reichart und den Richter Sunder

für Recht erkannt:

Auf die Revision des Klägers wird das Urteil des 8. Zivilsenats des Oberlandesgerichts München vom 11. Juli 2013 aufgehoben.

Die Sache wird zur neuen Verhandlung und Entscheidung, auch über die Kosten des Revisionsverfahrens, an das Berufungsgericht zurückverwiesen.

Von Rechts wegen

Tatbestand:

- 1 Der Kläger beteiligte sich mit Beitrittserklärung vom 15. Februar 2001 als atypisch stiller Gesellschafter an der Beklagten in der Beteiligungsvariante „Sprint“, bei der die Einlage in Raten bezahlt wird, mit einem Betrag in Höhe von 18.000 DM zuzüglich 1.080 DM Agio.
- 2 Mit der Behauptung, die Vermittlerin, deren Verhalten sich die Beklagte zurechnen lassen müsse, habe ihn nicht hinreichend aufgeklärt, ferner weise der für seine Anlageentscheidung maßgebliche Emissionsprospekt zahlreiche,

von ihm im Einzelnen dargelegte Fehler auf und die Beklagte sei ihm daher zum Schadensersatz verpflichtet, hat der Kläger von der Beklagten Rückzahlung seiner bisher geleisteten Einlage nebst Agio in Höhe von 6.288,97 € Zug um Zug gegen Übertragung aller Rechte aus der stillen Beteiligung, Ersatz entgangenen Gewinns in Höhe von 1.212,82 € sowie Freistellung von vorgerichtlichen Rechtsanwaltskosten verlangt. Ferner hat er die Feststellung begehrt, dass der Beklagten ihm gegenüber aus der Beteiligung keinerlei Ansprüche mehr zustehen. Hilfsweise hat er im Wege der Stufenklage Auszahlung des noch zu berechnenden Auseinandersetzungsguthabens verlangt.

- 3            Das Landgericht hat die Klage hinsichtlich der Hauptanträge abgewiesen und der hilfsweise erhobenen Stufenklage in erster Stufe stattgegeben. Die Berufung des Klägers gegen die Abweisung seiner Hauptanträge ist erfolglos geblieben. Mit der vom Berufungsgericht zugelassenen Revision, deren Zurückweisung die Beklagte beantragt, verfolgt der Kläger dieses Klagebegehren weiter.

#### Entscheidungsgründe:

- 4            Die Revision hat Erfolg und führt unter Aufhebung der angefochtenen Entscheidung zur Zurückverweisung der Sache an das Berufungsgericht.

- 5            I. Das Berufungsgericht hat zur Begründung seiner Entscheidung im Wesentlichen ausgeführt:

- 6            Dem vom Kläger geltend gemachten Ersatz seines Zeichnungsschadens stünden die regelmäßig auch auf eine stille Gesellschaft anwendbaren Grundsätzen über die fehlerhafte Gesellschaft entgegen. Nach diesen Grundsätzen sei es einem Gesellschafter verwehrt, gegen die in Vollzug gesetzte Gesell-

schaft im Wege des Schadensersatzes einen Anspruch auf Rückzahlung der geleisteten Einlage geltend zu machen; vielmehr sei er regelmäßig auf seinen Abfindungsanspruch beschränkt.

7            Das Gesellschaftsverhältnis sei hier kein zweigliedriges, bei dem die Grundsätze über die fehlerhafte Gesellschaft einem Anspruch auf Rückgewähr der Einlage dann nicht entgegenstünden, wenn der Inhaber des Handelsgeschäfts verpflichtet sei, den stillen Gesellschafter im Wege des Schadensersatzes so zu stellen, als hätte dieser den Gesellschaftsvertrag nicht geschlossen. Es liege vielmehr eine mehrgliedrige stille Gesellschaft in Form einer Publikumsgesellschaft vor, bei der die Grundsätze der fehlerhaften Gesellschaft dem Anspruch auf Rückgewähr der Einlage entgegenstünden.

8            II. Die Revision des Klägers ist begründet.

9            1. Die Annahme des Berufungsgerichts, dass zwischen den Parteien kein bloß zweigliedriges Gesellschaftsverhältnis zustande gekommen ist, sondern der Kläger einer mehrgliedrigen stillen Gesellschaft in Form einer Publikumsgesellschaft beigetreten ist, bei der nach Invollzugsetzung für den Fall etwaiger anfänglicher Mängel die Grundsätze über die fehlerhafte Gesellschaft Anwendung finden, ist zwar aus Rechtsgründen nicht zu beanstanden, wie der Senat in den am 19. November 2013 verkündeten Urteilen in entsprechende Beteiligungen an der Beklagten betreffenden Parallelverfahren im Einzelnen begründet hat (BGH, Urteil vom 19. November 2013 - II ZR 383/12, BGHZ 199, 104 Rn. 17 ff.; Urteil vom 19. November 2013 - II ZR 320/12, juris, Rn. 14 ff.). Entgegen der Auffassung des Berufungsgerichts schließt die Anwendung der Grundsätze der fehlerhaften Gesellschaft aber einen Anspruch des Klägers auf Ersatz von Vermögensschäden, die ihm - nach seinem Vorbringen - durch pflichtwidriges Verhalten der für die Beklagte handelnden Personen im Zusam-

menhang mit seinem Beitritt zur Gesellschaft entstanden sind, nicht von vornherein aus. Auch bei Anwendung der Grundsätze der fehlerhaften Gesellschaft kann, wie der Senat weiter entschieden hat, der Anleger, der sich an einer mehrgliedrigen stillen Gesellschaft beteiligt hat, das stille Gesellschaftsverhältnis unter Berufung auf den (behaupteten) Vertragsmangel durch sofort wirksame Kündigung beenden und unter Anrechnung des ihm bei Beendigung seines (fehlerhaften) Gesellschaftsverhältnisses gegebenenfalls zustehenden Abfindungsanspruchs von dem Geschäftsinhaber Ersatz eines darüber hinausgehenden Schadens verlangen, wenn dadurch die gleichmäßige Befriedigung etwaiger Abfindungs- oder Auseinandersetzungsansprüche der übrigen stillen Gesellschafter nicht gefährdet ist (BGH, Urteil vom 19. November 2013 - II ZR 383/12, BGHZ 199, 104 Rn. 28 ff.).

10           2. Ob und gegebenenfalls in welcher Höhe dem Kläger nach diesen Grundsätzen ein Schadensersatzanspruch gegen die Beklagte zusteht, hat das Berufungsgericht von seinem abweichenden Rechtsstandpunkt aus nicht geprüft. Mit der Begründung des Berufungsgerichts kann die Abweisung der Klage hinsichtlich der Hauptanträge daher keinen Bestand haben. Sie stellt sich auch nicht aus anderen Gründen als richtig dar (§ 561 ZPO).

11           a) Dass lediglich das auf Schadensersatz gerichtete Hauptbegehren abgewiesen und dem Hilfsantrag des Klägers auf Berechnung und Auszahlung des Auseinandersetzungsguthabens in erster Stufe stattgegeben worden ist, führt nicht etwa dazu, dass die Entscheidung im Einklang mit den oben dargestellten rechtlichen Vorgaben steht. Dem Kläger hätte vielmehr Gelegenheit gegeben werden müssen, seinen Vortrag an die in den Vorinstanzen nicht erörterten, oben dargelegten rechtlichen Vorgaben anzupassen. Ein Geschädigter ist nicht ohne weiteres an eine von ihm ursprünglich gewählte Art der Schadensberechnung gebunden (vgl. BGH, Urteil vom 18. Oktober 2011

- VI ZR 17/11, NJW 2012, 50 Rn. 4 mwN). Der Kläger kann insoweit nicht darauf verwiesen werden, dass seinen Hilfsanträgen auf erster Stufe stattgegeben wurde. Mit diesen hat er nämlich lediglich die Verurteilung der Beklagten zur Errechnung und Auszahlung des Auseinandersetzungsguthabens begehrt. Einen daneben eventuell bestehenden Schadensersatzanspruch hat er mit den Hilfsanträgen nicht verfolgt. Diese Möglichkeit muss ihm im Rahmen einer Umstellung seines Hauptantrags eingeräumt werden.

12

b) Auf der Grundlage der bisherigen Feststellungen des Berufungsgerichts und des Vorbringens der Parteien kann auch nicht angenommen werden, dass einem über einen Abfindungsanspruch hinausgehenden Schadensersatzbegehren des Klägers zur Sicherung etwaiger Abfindungs- oder Auseinandersetzungsansprüche der Mitgesellschafter der Erfolg zu versagen wäre. Ob und in welcher Höhe solche (hypothetischen) Ansprüche der anderen stillen Gesellschafter bestehen und aus dem Vermögen der Beklagten befriedigt werden können, steht nicht fest und müsste gegebenenfalls die Beklagte darlegen und beweisen, wenn sie sich einem Schadensersatzanspruch des Klägers gegenüber darauf berufen wollte, dieser sei wegen einer Gefährdung der Abfindungs- und Auseinandersetzungsansprüche der übrigen stillen Gesellschafter zumindest gegenwärtig nicht oder nicht in voller Höhe durchsetzbar. Im Übrigen wäre selbst für den Fall des Bestehens eines solchen Hindernisses das auf Zahlung eines bestimmten Schadensersatzbetrages gerichtete Leistungsbegehren des Klägers dahin auszulegen, dass jedenfalls die Feststellung des Bestehens eines Schadensersatzanspruchs in dieser Höhe begehrt wird. Sofern die sonstigen Voraussetzungen des geltend gemachten Schadensersatzanspruchs gegeben sind, stünde der Umstand, dass das Vermögen der Beklagten im Zeitpunkt der Entscheidung zur Befriedigung etwaiger (hypothetischer) Abfindungs- oder Auseinandersetzungsansprüche und des Schadensersatzanspruchs nicht ausreichte, einer Feststellung seines Bestehens nicht entgegen.

- 13                    III. Die angefochtene Entscheidung ist daher aufzuheben (§ 562 Abs. 1 ZPO) und die Sache an das Berufungsgericht zurückzuverweisen (§ 563 Abs. 1 Satz 1 ZPO), damit der Kläger Gelegenheit hat, seine Hauptanträge umzustellen und das Berufungsgericht die bislang offen gebliebenen Feststellungen zu den tatsächlichen Voraussetzungen des von dem Kläger geltend gemachten Schadensersatzanspruchs treffen kann.

Bergmann

Strohn

Caliebe

Reichart

Sunder

Vorinstanzen:

LG München I, Entscheidung vom 29.11.2012 - 3 O 28636/11 -

OLG München, Entscheidung vom 11.07.2013 - 8 U 5144/12 -

**Acórdão do  
Supremo Tribunal  
de Justiça**

**Processo:** 1016/12.0T4AVR.C1.S1

**Nº Convencional:** 4ª SECÇÃO

**Relator:** MÁRIO BELO MORGADO

**Descritores:** JUSTA CAUSA DE DESPEDIMENTO  
DEVER DE ZELO E DILIGÊNCIA  
EDUCADORA DE INFÂNCIA  
DIREITO DE CORREÇÃO

**Data do Acórdão:** 10-09-2014

**Votação:** UNANIMIDADE

**Texto Integral:** S

**Privacidade:** 1

**Meio Processual:** REVISTA

**Decisão:** NEGADA A REVISTA

**Área Temática:** DIREITO CIVIL - DIREITO DA FAMÍLIA / EFEITOS DA FILIAÇÃO / RESPONSABILIDADES PARENTAIS / MEIOS DE SUPRIR O PODER PATERNAL.  
DIREITO CONSTITUCIONAL - DIREITOS E DEVERES ECONÓMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS / DIREITOS E DEVERES SOCIAIS.  
DIREITO DO TRABALHO - CONTRATO DE TRABALHO / DEVERES DO TRABALHADOR / INCUMPRIMENTO DO CONTRATO / PODER DISCIPLINAR / CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO / DESPEDIMENTO POR INICIATIVA DO EMPREGADOR.

**Doutrina:** - Bernardo da Gama Lobo Xavier, Direito do Trabalho, Verbo, 2011, p. 738 – 739.  
- Figueiredo Dias, Direito Penal, Parte Geral, Tomo I, 2.ª edição, Coimbra Editora, pp. 506 – 507.  
- Maria do Rosário Palma Ramalho, Tratado de Direito do Trabalho, II, 4ª edição, p. 821.

**Legislação Nacional:** CÓDIGO CIVIL (CC): - ARTIGOS 1878.º, 1885.º, N.º1, 1935.º.  
CÓDIGO DO TRABALHO (CT) / 2009: - ARTIGO 128.º, N.º 1, C), 330.º, N.º1, 351.º, N.ºS1 E 3.



Referências Internacionais:	<p><b>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CRP): - ARTIGO 69.º, N.º1.</b></p> <p><b>CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA: - ARTIGOS 19.º, N.º1.</b></p>
-----------------------------	--

Sumário :	<p>I - Constitui justa causa de despedimento o comportamento culposo do trabalhador que, pela sua gravidade e consequências, torne imediata e praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho, devendo a culpa e a gravidade dos factos ser apreciadas em função dos padrões comportamentais e de exigência respetivamente correspondentes a um trabalhador médio e a um empregador normal, nas mesmas circunstâncias.</p> <p>II - A conduta do trabalhador deve ser apreciada globalmente, tendo em vista captar uma imagem global dos factos; e deve verificar-se um nexos de causalidade entre a conduta do trabalhador e a impossibilidade (prática e imediata) de subsistência do contrato de trabalho.</p> <p>III - Na decisão de despedimento são suscetíveis de relevar fatores: (i) de índole objetiva, como sejam os bens/interesses jurídicos lesados, a gravidade dos danos/lesões decorrentes da conduta do trabalhador, a publicidade e repercussão social dos factos, o tempo e lugar dos factos, a reiteração da conduta do trabalhador, as advertências do empregador, a antiguidade e percurso anterior, as funções exercidas pelo trabalhador e seu enquadramento na estrutura da empresa, as relações entre o trabalhador e a empresa, as relações entre o trabalhador e colegas de trabalho, o carácter público ou privado do comportamento do trabalhador e as práticas disciplinares na empresa; e (ii) de índole subjetiva, como sejam a intencionalidade e o estado psicológico.</p> <p>IV - Bater “com as costas da mão na cara” de uma</p>
-----------	---

criança na faixa etária dos 3 aos 5 anos de idade não se reconduz à categoria dos castigos “moderados”, sendo que o direito de correção, como justificação do facto, coloca-se hoje, entre nós, praticamente e apenas – e cada vez de forma mais restritiva - relativamente a pais (arts. 1878.º e 1885.º, n.º 1, do CC) e tutores (art. 1935.º, do CC), pelo que, na ausência de qualquer lei que o admita, um direito de correção do professor sobre os seus alunos que implique a prática, por aquele, de factos criminalmente típicos não parece poder hoje sufragar-se.

V - Carecendo de justificação os métodos educativos irregulares utilizados pela trabalhadora, e tendo ainda presente que nada na factualidade provada permite supor que tais métodos tenham sido autorizados pela entidade empregadora, não pode deixar de concluir-se que aquela infringiu os deveres de zelo e diligência a que se encontrava adstrita, em termos que impossibilitam prática e imediatamente a subsistência da relação laboral.

Decisão Texto Integral:

**Acordam na Secção Social do Supremo Tribunal de Justiça:**

**I.**

**1.** AA intentou ação com processo especial de impugnação da regularidade e licitude do despedimento contra o ***Centro Comunitário da Paróquia de BB***, ambas as partes com os sinais nos autos.

**2.** A ação foi julgada parcialmente procedente na 1.<sup>a</sup> Instância, tendo o tribunal, para além do mais, declarado ilícito o despedimento da A.

**3.** Interposto recurso de apelação pela R., foi o mesmo julgado procedente pelo Tribunal da Relação de Coimbra (TRC), “*na verificação da licitude do despedimento*”.

**4.** Deste acórdão, agora de revista, recorre a A., sustentando, em síntese, nas conclusões das suas

alegações:

- Os factos provados não constituem *justa causa* de despedimento;
- A atuação da A., enquanto educadora de infância, inseriu-se no contexto do respetivo poder corretivo;
- Na educação justifica-se uma “correção moderada”, a qual pode incluir alguns castigos corporais ou outros.
- Os castigos moderados aplicados a menor por quem de direito, com fim exclusivamente educacional e adequados/proporcionados à situação, não são ilícitos, estando postas de parte, no plano científico, as teorias que defendem a abstenção total deste tipo de corretivos.

5. A R. contra-alegou, pugnando pela improcedência do recurso.

6. A Ex.m.<sup>a</sup> Procuradora-Geral Adjunta pronunciou-se no sentido de ser negada a revista, em parecer a que as partes não responderam.

7. Inexistindo quaisquer outras de que se deva conhecer oficiosamente (art. 608.º, n.º 2, *in fine*, do CPC[1]), em face das conclusões da alegação de recurso, a única questão a decidir é, pois, a de saber **se os factos provados não constituem justa causa de despedimento**. [2]

8. Cumpre decidir, sendo aplicável à revista o regime processual que no CPC foi introduzido pela Lei 41/2013, de 26 de Junho, nos termos do art. 5.º, n.º 1, deste diploma[3].

E decidindo.

## II.

9. A matéria de facto fixada na decisão recorrida é a seguinte (transcrição expurgada dos factos destituídos de relevância para a decisão):

1. No dia 31.5.2012, a R. recebeu o fax inserto a fls. 39 e 40 dos autos, no qual os Srs CC e esposa DD e EE, pais

dos menores FF e GG, que frequentavam a creche da R. e estavam a cargo da A., referiam ter tido conhecimento da existência de maus tratos na sala dos seus filhos e pediam a mudança dos mesmos para outra sala, bem como a tomada de medidas por parte da Direção da R.

2. A Direção da R. respondeu no mesmo dia através do fax inserto a fls. 41, solicitando a concretização dos referidos maus tratos a fim de instaurar o processo de averiguações e consequente processo disciplinar, se se justificasse.

3. Em resposta recebeu o **fax** inserto a fls. 43 e 44 dos autos datado de 1.6.2012.

4. Na sequência desta troca de correspondência, a R. transferiu os filhos dos pais queixosos para outras educadoras e abriu um processo de averiguações/inquérito com vista ao apuramento dos factos.

5. A A. quando teve conhecimento das comunicações referidas em 1 e 3, convocou uma reunião de pais que teve lugar no dia 5.6.2012 na qual não estiveram presentes os pais queixosos e os membros da Direção estiveram presentes apenas para ouvir, sendo da referida lavrada a ata que se mostra inserta a fls. 154 e 155 dos autos, que se dá aqui por integralmente reproduzida, na sua literalidade.

6. (...)

7. (...)

8. (...)

9. (...)

10. Em 11.10.2012, foi proferida e remetida à A. a decisão disciplinar inserta de fls. 120 a 130 dos autos, recebida por esta no dia 12.10. 2012.

11. O Centro Comunitário da Paróquia de BB é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que no âmbito das suas competências tem a valência de creche.

12. A A. trabalha de forma contínua para a R. desde 1.9.2006, desempenhando sempre as funções de educadora de infância.
13. O último contrato celebrado entre a R. e a A. foi o contrato de trabalho a termo incerto, que se mostra junto a fls. 134 dos autos, datado de 1.9.2008, mas já anteriormente, desde Dezembro de 2003, a A. trabalhava para a R. em substituição de funcionárias que se encontravam de baixa por parto ou por doença (...)
14. A A. desenvolvia a sua atividade na área para que foi contratada, sendo da sua competência, além do mais, organizar e aplicar os meios educativos adequados ao desenvolvimento integral das crianças, acompanhar a sua evolução e estabelecer os contactos com os pais.
15. Quer o almoço, quer o lanche regiam-se por procedimentos e regras impostos pela A.
16. A A. no ano letivo de 2011/2012 tinha a seu cargo crianças na faixa etária dos 3 aos 5 anos.
17. Durante o almoço quando alguma criança punha fora os alimentos depois de os ter levado à boca, a A. substituía-lhe o prato, trocando os alimentos por outros iguais e insistia para que comesse.
18. E quando alguma criança no decurso do almoço não comia e estava a perturbar as outras punha-a de pé à mesa.
19. A A. incentivava as crianças a iniciarem a refeição pelos alimentos mais próximas delas no prato e depois os restantes até ao extremo.
20. Quando a fruta era servida antes da sopa, se as crianças não a comiam ou demoravam muito tempo a comê-la, a A. cortava-a e colocava-lha dentro da sopa.
21. A mãe da criança HH, II, teve conhecimento que a A. colocava a fruta na sopa da filha e concordou, sendo dessa forma que a mesma deixou de ter problemas em ingerir alimentos sólidos.
22. Na hora do lanche, quando as crianças demoravam

muito a comer o pão, a A., por vezes, colocava-as a comer de pé viradas para a parede.

23. Um dia ao lanche, estando uma criança a comer o pão em pé, por ordem da A., esta vendo que comia vagarosamente, depois de a ter chamado à atenção para comer mais depressa, como a criança continuava a comer devagar, bateu-lhe com as costas da mão na cara.

24. A A., às vezes, quando as crianças não acatavam as suas ordens dava-lhes palmadas leves para as chamar à atenção e manter a ordem na sala.

25. Em Setembro/Outubro de 2011, uma mãe viu a A. a dar palmadas numa criança que não era seu filho e comunicou à diretora técnica.

26. Na altura, a diretora técnica interpelou a educadora e esta teve uma conversa com a mãe da criança para explicar o que havia sucedido, ficando a situação assim resolvida. Posteriormente, essa mãe pediu para que o seu filho saísse do grupo da educadora AA, o que veio a acontecer.

27. A direção da R. só teve conhecimento dos factos imputados à A. com a comunicação referida em 1.

28. A A. tem uma personalidade forte e ideias próprias, bem como alguma dificuldade em aceitar perspetivas diferentes da sua, mas acatava as ordens da diretora técnica e o que era decidido pela maioria nas reuniões de educadoras.

29. A A. era rigorosa com as crianças, impondo-lhes regras e, por vezes, pouco flexível, mas também manifestava afeto para com elas.

30. (...)

31. (...)

32. (...)

33. (...).

34. (...)

35. (...)

36. (...)

37. (...)

38. A R. é uma instituição reputada não só na freguesia de A... mas também na cidade de Aveiro, que acolhe crianças de vários estratos sociais e se preocupa com o seu desenvolvimento físico e psíquico das mesmas.

39. A situação em apreço nos autos tornou-se conhecida em A... e V... e a R. teve que dar explicações sobre o sucedido aos pais das crianças a seu cargo, mas alguns preferiram mudar os filhos de escola, tendo, por isso, saído 5 ou 6 crianças da instituição.

40. A A. era uma profissional competente e nunca tinha sido sujeita a qualquer procedimento disciplinar.

41. Já após ao início do procedimento disciplinar contra a A., a direção da R. numa reunião comunicou às educadoras que não deviam em caso algum dar palmadas às crianças, sendo que até então nada lhes tinha sido comunicado a esse respeito.

42. Esporadicamente, quer as educadoras, quer as auxiliares davam palmadas leves no rabo às crianças.

43. (...)

44. A A. é tida por aqueles que a conhecem no seu meio como uma pessoa trabalhadora, honesta e carinhosa com as crianças.

45. E mantém boas relações com a maioria dos pais das crianças e das colegas de trabalho.

46. Já depois da suspensão, a A. foi convidada pelos pais da JJ, uma criança a seu cargo, para o aniversário desta.

47. (...)

48. (...)

49. (...)

### III.

**10.** Preliminarmente, refira-se que na sequência do juízo de caducidade levado a cabo na decisão recorrida, e nos termos expressamente constantes da mesma, “os factos 30. a 33. não podem ser considerados”, ou seja, “esses factos devem-se considerar excluídos da apreciação da justa causa do despedimento”.

Posto isto.

**11.** As instâncias coincidiram no tocante à relevância disciplinar dos factos em causa.

Todavia, a 1ª instância considerou “*o despedimento uma sanção desproporcional para a situação em apreço valorada na sua globalidade*”, ao contrário do acórdão do TRC, que julgou verificada **justa causa de despedimento**, com base na seguinte argumentação:

“(…)

*[N]ão podemos deixar de entender que o exercício contido dum poder corretivo das crianças que passe por imposições de constrangimentos físicos (castigos físicos) ou psicológicos com finalidades educativas é quando muito aceitável no exercício do poder paternal.*

*Quando os pais confiam a terceiros, como a ré e os seus educadores, a guarda dos seus filhos crianças e a prestação de serviços na educação daqueles, dificilmente se pode conceber que possam delegar naqueles métodos que passem por punições físicas ou psicológicas ainda que com finalidades educativas.*

*No caso, é evidente que os pais das crianças utentes da ré não deram o seu consentimento expresso a tais métodos (nem tal foi alegado ou provado).*

*Também não vemos que a ré tenha tido contribuição de algum modo no incentivo às suas trabalhadoras de educação nesses métodos. Se é certo que após ao início*



*do procedimento disciplinar, a direção da ré numa reunião comunicou às educadoras que não deviam em caso algum dar palmadas às crianças, sendo que até então nada lhes tinha sido comunicado a esse respeito, a verdade é que não se vê que antes disso tivesse tido necessidade de o fazer por serem correntes no seu estabelecimento educativo as práticas que os factos apontam serem as da autora.*

*No caso também, as crianças com as quais a autora lidava eram crianças dos dois aos cinco anos, portanto especialmente vulneráveis, requerendo especial atenção e métodos educativos adequados, mas de feição estimuladora pelo carinho, pela persistente paciência afetiva.*

*Quer isto dizer que facilmente podemos intuir que as práticas da autora não são regulares e são suscetíveis de causar forte desconforto, indignação e revolta por parte dos pais das crianças quando tomam conhecimento de tais práticas em estabelecimento a quem confiam os filhos crianças.*

*Uma trabalhadora de educação, no exercício da sua atividade não pode desconhecer isso mesmo. Os pais são afinal os clientes do seu empregador e a prática de métodos educativos irregulares não pode deixar de ser uma violação do dever de zelo e diligência (art. 128.º n.º 1 al. c) do Código do Trabalho), a menos que em cumprimento de ordens ou instruções expressas do mesmo empregador.*

*Significa isto que os factos recortados na sentença recorrida como constituindo infrações disciplinares (os dois episódios em que a autora bateu em crianças ao seu cargo: o ocorrido em Setembro/Outubro de 2011 e o “episódio do lanche”) são suficientemente graves para suscitar a atenção disciplinar da ré, uma vez que colocam em causa a imagem do seu estabelecimento educativo, imagem essa necessária para manter a confiança dos seus clientes – os pais das crianças utentes do estabelecimento.*

*Mas também entendemos que outros factos se provaram que demonstram o exercício irregular de práticas*

punitivas e humilhatórias consistentes com a quebra do dever de zelo, sendo que este obrigaria a adotar outros métodos de persuasão educativa mais adequados e menos baseados numa educação pelo medo da punição física ou psicologicamente humilhatória. A resposta a desobediência com “palmadas leves” é uma delas – uma “palmada” é uma agressão física, a demonstração de um poder de agressão físico, e o que é hoje uma “palmada leve” poderá ser amanhã uma palmada “mais forte”, uma demonstração também de irritação inadequada. A prática de responder a situações de demora em ingerir alimentos por parte das crianças com a punição de comer em pé viradas para a parede é outra das situações que nos parece desajustada, desnecessária e desproporcionadamente humilhatória.

A conduta da autora é assim grave, no confronto com os seus deveres de boa trabalhadora educativa. Mas também grave pelas suas consequências, na medida em que é suscetível de afetar irremediavelmente a imagem da ré junto dos seus clientes, atuais e potenciais. Os factos mostram mesmo que a imagem da ré foi afetada. Por causa da sua conduta educativa, houve queixas de pais, alguns pediram a mudança dos seus filhos para outras educadoras, a ré teve que dar explicações sobre o sucedido aos pais das crianças a seu cargo, mas alguns preferiram até mudar os filhos de escola, tendo por isso, saído 5 ou 6 crianças da instituição.

Do nosso ponto de vista, as condutas da autora, na sua materialidade, podem ser integradores de justa causa para despedimento. Não podem deixar de ser consideradas culposas e reveladores de desinteresse pelo cumprimento escrupuloso das suas obrigações contratuais, o qual passava pela adoção de outros métodos de condução dos assuntos educativos a seu cargo.

A nosso ver, a conduta da autora, foi apta a quebrar a confiança que um empregador normal tem de ter nos seus trabalhadores, para prosseguir os interesses da empresa. É de considerar que a mesma, pela sua gravidade e consequências, torna imediata e praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho (...). O quadro do incumprimento revela a

*inviabilidade da relação laboral, atendendo ao quadro apontado do artigo 351.º n.º 3 do Código do Trabalho. Seguindo o que a doutrina e a jurisprudência vêm afirmando, quanto à inexigibilidade de manutenção da relação laboral, neste caso ele confirma-se, porque é de concluir que deixaram de existir as condições mínimas para sustentar uma vinculação duradoura e que não é razoável exigir do empregador a subsistência da relação.*

*(...)”*

**12.** Concorde-se, no essencial, com esta linha argumentativa.

Com efeito:

“Constitui **justa causa** de despedimento o comportamento **culposo** do trabalhador que, pela sua **gravidade e consequências**, torne imediata e praticamente **impossível a subsistência da relação de trabalho**” (art. 351.º, n.º 1, CT[4]), devendo a culpa e a gravidade dos factos ser apreciadas em função dos padrões comportamentais e de exigência respetivamente correspondentes a um trabalhador médio e a um empregador normal, nas mesmas circunstâncias.

“Na apreciação da justa causa, deve atender-se, no quadro de gestão da empresa, ao grau de lesão dos interesses do empregador, ao carácter das relações entre as partes ou entre o trabalhador e os seus companheiros e às demais circunstâncias que no caso sejam relevantes” (n.º 3 do mesmo artigo).

Vale por dizer que este juízo deve pautar-se por **critérios de razoabilidade e exigibilidade** e ainda, como expressamente dispõe o art. 330.º, n.º 1, de **proporcionalidade** (em relação à ***gravidade da infração*** e, por outro lado, à ***culpabilidade*** do infrator).

Deste modo, na decisão de despedimento são suscetíveis de relevar fatores como:

(i) – De índole objetiva:

- Bens/interesses jurídicos lesados;
- Gravidade dos danos lesões decorrentes da conduta do trabalhador;
- Publicidade e repercussão social dos factos;
- Tempo e lugar dos factos;
- Reiteração da conduta do trabalhador;
- Advertências do empregador;
- Antiguidade e percurso anterior;
- Funções exercidas pelo trabalhador e seu enquadramento na estrutura da empresa;
- Relações entre o trabalhador e a empresa;
- Relações entre o trabalhador e colegas de trabalho;
- Carácter público ou privado do comportamento do trabalhador;
- Práticas disciplinares na empresa.

(ii) – De índole subjetiva:

- Intencionalidade;
- Estado psicológico.

Dois aspetos ainda a realçar: a conduta do trabalhador deve ser apreciada globalmente, tendo em vista captar uma ***imagem global dos factos***; e deve verificar--se um *nexo de causalidade* entre a conduta do trabalhador e a impossibilidade (prática e imediata) de subsistência do contrato de trabalho.[\[5\]](#)

**13.** Sendo certo que a integridade física (e psicológica) se encontra no núcleo da tutela jurídico-penal, é patente que as agressões físicas ilicitamente perpetradas pela A. não têm justificação e assumem relevância disciplinar, como

bem decidiram ambas as instâncias.

Na verdade:

Consagra o art. 69.º, n.º1, da CRP, que *“as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições”*.

Também a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas e ratificada por Portugal, estabelece que *“os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à proteção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrar sob a guarda dos seus pais ou de um deles, dos representantes legais ou de qualquer outra pessoa a cuja guarda haja sido confiada”* (art. 19.º, n.º 1).

Invoca a recorrente que agiu no contexto do poder corretivo, o qual incluiria castigos corporais moderados.

Para além de não ser certo que bater *“com as costas da mão na cara”* de uma criança na faixa etária dos 3 aos 5 anos (cfr. n.ºs 16 e 23 dos factos provados) se reconduza à categoria dos castigos *“moderados”*, acontece que *“um direito de correção, como justificação do facto, coloca-se hoje, entre nós, praticamente e apenas – e cada vez de forma mais restritiva - relativamente a pais (arts. 1878.º e 1885.º, n.º 1, do CC) e tutores (art. 1935.º, do CC)”*, pelo que, por exemplo, na ausência de qualquer lei que o admita, *“um direito de correção do professor sobre os seus alunos que implique a prática, por aquele, de factos criminalmente típicos não parece poder hoje sufragar-se”*.[\[6\]](#)

Assim, carecendo de justificação os métodos educativos irregulares utilizados pela A., e tendo ainda presente que nada na factualidade provada permite supor que tais

métodos tenham sido autorizados pela entidade empregadora, não pode deixar de concluir-se que aquela infringiu os deveres de *zelo* e *diligência* a que se encontrava adstrita [cfr. art. 128.º, n.º 1, c)].

**14.** Como bem explica a decisão em análise, a (grave e culposa) conduta da A. impossibilitou prática e imediatamente a subsistência da relação laboral.

*Além da gravidade intrínseca dos factos, a situação em apreço nos autos tornou-se conhecida em A... e V... e a R. teve que dar explicações sobre o sucedido aos pais das crianças a seu cargo, mas alguns preferiram mudar os filhos de escola, tendo, por isso, saído 5 ou 6 crianças da instituição (n.º 39 dos factos provados).*

Além de afetar a imagem do estabelecimento educativo em que trabalhava, a A. comprometeu, pois, a confiança que os respetivos clientes – os pais das crianças – nele depositavam.

Consabidamente, os danos na imagem, prestígio e bom nome de uma empresa revestem sempre grande relevância, uma vez que qualquer empresa vive em importante medida deste tipo de ativos.

Neste contexto, compreende-se que se tenham irreversivelmente quebrado os elos que no plano da confiança ligavam a A. à sua empregadora, em termos que - prática e imediatamente – inviabilizam a manutenção do vínculo laboral.

Nenhuma censura merece, pois, a decisão recorrida.

#### IV.

**15.** Em face do exposto, negando a revista, acorda-se em confirmar o acórdão recorrido.

Custas pela recorrente.

Anexa-se sumário do acórdão.

Lisboa, 10 de Setembro de 2014

Mário Belo Morgado (Relator)

Pinto Hespanhol

Fernandes da Silva

---

[1] Todas as referências ao CPC são reportadas à versão mencionada no ponto n.º 8 do presente acórdão.

[2] O tribunal deve conhecer de todas as questões suscitadas nas conclusões das alegações apresentadas pelo recorrente, excetuadas as que venham a ficar prejudicadas pela solução entretanto dada a outra(s) [cfr. arts. 608.º, n.º 2, 635.º e 639.º, n.º 1, e 679º, CPC], questões (a resolver) que, como é sabido, não se confundem nem compreendem o dever de responder a todos os *argumentos, motivos ou razões jurídicas* invocadas pelas partes, os quais nem sequer vinculam o tribunal, como decorre do disposto no art. 5.º, n.º 3, do mesmo diploma.

[3] Os autos tiveram início em 16 de Outubro de 2012, tendo o acórdão recorrido sido proferido em 27 de Março de 2014.

[4] Ao litígio é aplicável o Código do Trabalho de 2009. Referem-se a este diploma todas as disposições legais citadas sem menção em contrário.

[5] Quanto à densificação do requisito “*impossibilidade de subsistência da relação de trabalho*”, cfr. Bernardo da Gama Lobo Xavier, *Direito do Trabalho*, Verbo, 2011, p. 738 – 739, e Maria do Rosário Palma Ramalho, *Tratado de Direito do Trabalho*, II, 4ª edição, p. 821.

[6] Figueiredo Dias, *Direito Penal*, Parte Geral, Tomo I, 2.ª edição, Coimbra Editora, pp. 506 - 507.

BUNDESVERFASSUNGSGERICHT

- 2 BvR 1676/10 -

**In dem Verfahren**

**über  
die Verfassungsbeschwerde**

des Herrn M...

gegen das Waffengesetz vom 11. Oktober 2002 (BGBl I S. 3970, 4592; 2003 I S. 1957), zuletzt geändert durch Artikel 1b des Gesetzes zum Vorschlag für eine Verordnung des Rates über die Erweiterung des Geltungsbereichs der Verordnung (EU) Nr. 1214/2011 des Europäischen Parlaments und des Rates über den gewerbsmäßigen grenzüberschreitenden Straßentransport von Euro-Bargeld zwischen Mitgliedstaaten des Euroraums vom 25. November 2012 (BGBl II S. 1381) - insbesondere gegen §§ 2, 3, 4, 8, 14, 15, 15a, 27, 36 Waffengesetz

hat die 2. Kammer des Zweiten Senats des Bundesverfassungsgerichts durch

den Richter Gerhardt,  
die Richterin Hermanns  
und den Richter Müller

gemäß § 93b in Verbindung mit § 93a BVerfGG in der Fassung der Bekanntmachung vom 11. August 1993 (BGBl I S. 1473) am 23. Januar 2013 einstimmig beschlossen:

Die Verfassungsbeschwerde wird nicht zur Entscheidung angenommen.



## Gründe:

### I.

1

Der Beschwerdeführer wendet sich mit seiner Verfassungsbeschwerde vor dem Hintergrund des Amoklaufs eines ehemaligen Schülers in Winnenden gegen das Waffengesetz vom 11. Oktober 2002, zuletzt geändert durch Art. 1b des Gesetzes vom 25. November 2012 (BGBl II S. 1381). Er ist der Vater eines Opfers der Ereignisse von Winnenden. Der Beschwerdeführer rügt eine Verletzung seines Grundrechts und des Grundrechts seiner getöteten Tochter auf Leben und körperliche Unversehrtheit (Art. 2 Abs. 2 Satz 1 GG) dadurch, dass das Waffengesetz tödliche Schusswaffen für den Schießsport erlaubt beziehungsweise deren Gebrauch nicht ausreichend einschränkt. Der Gesetzgeber habe damit gegen seine Pflicht zum Schutz der Allgemeinheit vor den Gefahren des Missbrauchs von Schusswaffen verstoßen.

2

Es sei Aufgabe der Legislative, innerhalb ihres Gestaltungsspielraums einen angemessenen Ausgleich zwischen dem Sicherheitsinteresse der Bevölkerung und den Interessen der privaten Waffenbesitzer zu schaffen. Tatsächlich habe das Waffengesetz in den vergangenen Jahren keinen ausreichenden Schutz vor diversen Mordserien mit privaten legalen Waffen geboten. Dies stelle ein verfassungswidriges Unterlassen des Gesetzgebers dar. Erforderlich seien weitergehende Beschränkungen des Rechts auf Besitz und Gebrauch von privaten Schusswaffen, insbesondere ein Verbot tödlicher Sportwaffen. Die als Reaktion auf die Ereignisse von Winnenden vorgenommenen Verschärfungen des Waffenrechts durch das Vierte Gesetz zur Änderung des Sprengstoffgesetzes vom 17. Juli 2009 (BGBl I S. 2062) seien nicht geeignet, solche

Vorkommnisse künftig zu verhindern oder auch nur wesentlich zu erschweren.

### II.

3

Die Verfassungsbeschwerde wird nicht zur Entscheidung angenommen. Die Annahmenvoraussetzungen des § 93a Abs. 2 BVerfGG sind nicht erfüllt. Da die für die Entscheidung maßgeblichen verfassungsrechtlichen Vorgaben geklärt sind, kommt der Verfassungsbeschwerde keine grundsätzliche Bedeutung zu. Die Annahme ist auch nicht zur Durchsetzung der in § 90 Abs. 1 BVerfGG genannten Rechte des Beschwerdeführers angezeigt, da die Verfassungsbeschwerde, selbst wenn man Zulässigkeitsbedenken zurückstellt, keine Aussicht auf Erfolg hat.

4

1. In seinem klassischen Gehalt schützt Art. 2 Abs. 2 Satz 1 GG das Recht auf Leben und körperliche Unversehrtheit vor staatlichen Eingriffen. Nach der Rechtsprechung des Bundesverfassungsgerichts erschöpft sich das Grundrecht jedoch nicht in einem subjektiven Abwehrrecht gegenüber solchen Eingriffen. Aus ihm ist vielmehr auch eine

Schutzpflicht des Staates und seiner Organe für das geschützte Rechtsgut abzuleiten, deren Vernachlässigung von dem Betroffenen grundsätzlich mit der Verfassungsbeschwerde geltend gemacht werden kann (vgl. BVerfGE 77, 170 <214>; 77, 381 <402 f.>). Die Schutzpflicht gebietet dem Staat, sich schützend und fördernd vor gefährdetes menschliches Leben zu stellen, es insbesondere vor rechtswidrigen Eingriffen Dritter zu bewahren (vgl. BVerfGE 39, 1 <42>; 46, 160 <164>; 49, 89 <141 f.>; 53, 30 <57>; 56, 54 <73>). Eine solche Schutzpflicht besteht auch hinsichtlich der Missbrauchsgefahren, die vom Umgang mit Schusswaffen ausgehen (vgl. BVerfGK 1, 95 <98>).

5

Bei der Erfüllung dieser Schutzpflicht aus Art. 2 Abs. 2 Satz 1 GG kommt dem Gesetzgeber wie der vollziehenden Gewalt jedoch ein weiter Einschätzungs-, Wertungs- und Gestaltungsspielraum zu (vgl. BVerfGE 77, 170 <214>). Die Entscheidung, welche Maßnahmen geboten sind, kann nur begrenzt nachgeprüft werden. Das Bundesverfassungsgericht kann eine Verletzung der Schutzpflicht daher nur dann feststellen, wenn die öffentliche Gewalt Schutzvorkehrungen überhaupt nicht getroffen hat oder die ergriffenen Maßnahmen gänzlich ungeeignet oder völlig unzulänglich sind, das gebotene Schutzziel zu erreichen (vgl. BVerfGE 56, 54 <80 f.>; 77, 381 <405>; 79, 174 <202>; stRspr).

6

2. Nach diesem Maßstab können die Vorschriften des Waffengesetzes, die den Umgang mit Waffen und Munition unter Berücksichtigung der Belange der öffentlichen Sicherheit und Ordnung regeln (§ 1 Abs. 1 WaffG), von Verfassungs wegen nicht beanstandet werden.

7

Das Schutzkonzept des Waffengesetzes beruht im Kern auf der Erlaubnispflichtigkeit des Umgangs mit Schusswaffen, soweit dieser nicht gänzlich verboten ist. Voraussetzung für die Erteilung einer Erlaubnis sind grundsätzlich die Volljährigkeit des Antragstellers, dessen Zuverlässigkeit und persönliche Eignung sowie der Nachweis der erforderlichen Sachkunde und eines Bedürfnisses (§§ 4 ff. WaffG). Zum Nachweis eines Bedürfnisses müssen gegenüber den Belangen der öffentlichen Sicherheit oder Ordnung besonders anzuerkennende, persönliche oder wirtschaftliche Interessen glaubhaft gemacht werden (§ 8 WaffG). Für Sportschützen wird diese Voraussetzung in § 14 Abs. 2 bis 4 WaffG näher konkretisiert. Den - mit der Verfassungsbeschwerde besonders gerügten - Erwerb und Besitz von großkalibrigen Schusswaffen durch Sportschützen hat der Gesetzgeber in § 14 Abs. 1 WaffG an das Erreichen eines erhöhten Mindestalters von 21 Jahren geknüpft. Verstöße gegen die Erlaubnispflicht sind mit Strafe bedroht (§ 52 WaffG).

8

Gleichzeitig hat der Gesetzgeber Vorkehrungen zur Verhinderung des Zugangs Unbefugter zu Waffen und Munition getroffen, indem er ein - ebenfalls strafbewehrtes - Verbot der Überlassung von Waffen oder Munition an nicht berechnigte Personen

statuiert (§ 34 WaffG) sowie eine sichere Aufbewahrung von Waffen und Munition angeordnet (§ 36 WaffG) hat. Verstöße gegen die Aufbewahrungsvorschriften hat er allgemein als Ordnungswidrigkeiten und unter verschärften Voraussetzungen als Straftat sanktioniert (§ 53 Abs. 1 Nr. 19, § 52a WaffG).

9

Einzelne Vorschriften aus den skizzierten Normkomplexen hat der Gesetzgeber erst als Reaktion auf die Amokläufe von Erfurt und Winnenden eingeführt oder verschärft (vgl. das Gesetz zur Neuordnung des Waffenrechts <WaffRNeuRegG> vom 11. Oktober 2002 <BGBl I S. 3970> und das Vierte Gesetz zur Änderung des Sprengstoffgesetzes vom 17. Juli 2009).

10

Bei dieser Rechtslage lässt sich weder feststellen, dass die öffentliche Gewalt überhaupt keine Schutzvorkehrungen gegen die von Schusswaffen ausgehenden Gefahren getroffen hat, noch, dass offensichtlich die getroffenen Regelungen und Maßnahmen in ihrer Gesamtheit gänzlich ungeeignet oder völlig unzulänglich wären, um die Allgemeinheit vor den Gefahren des missbräuchlichen Umgangs mit Schusswaffen zu schützen. Angesichts des dem Gesetzgeber bei der Erfüllung seiner Schutzpflichten zukommenden weiten Einschätzungs-, Wertungs- und Gestaltungsspielraums steht dem Beschwerdeführer ein grundrechtlicher Anspruch auf weitergehende oder auf bestimmte Maßnahmen wie das Verbot von Sportwaffen nicht zu.

**III.**

11

Von einer weiteren Begründung wird nach § 93d Abs. 1 Satz 3 BVerfGG abgesehen.

Diese Entscheidung ist unanfechtbar.

## **ACÓRDÃO N.º 603/2014**

Processo n.º 824/14

2.ª Secção

Relator: Conselheiro Fernando Ventura

**Acordam, em conferência, na 2.ª Secção do Tribunal Constitucional:**

### **I. Relatório**

1. O A. foi condenado, conjuntamente com outros, por acórdão proferido na 3.ª Vara Criminal do Porto, pela prática de um crime de tráfico de estupefacientes p. e p. pelo artigo 25.º, do D.L. n.º 15/93, de 22 de janeiro, na pena de três anos e seis meses de prisão.

O arguido recorreu dessa condenação para o Tribunal da Relação do Porto, impugnação julgada improcedente, por acórdão proferido em 30 de abril de 2014.

O arguido interpôs recurso para o Supremo Tribunal de Justiça (STJ), pretensão que não foi admitida por despacho do relator na Relação, com fundamento em inadmissibilidade “*atento o disposto no artigo 432.º, n.º 1, al. b) e 400.º, n.º 1, al. f), ambos do Cód. Proc. Penal*”.

Notificado, o arguido A. reclamou dessa decisão para o Presidente do STJ, pretensão que foi indeferida, por decisão de 16 de julho de 2014.

Inconformado, o arguido interpôs recurso para o Tribunal Constitucional, invocando o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 70.º da Lei n.º 28/82, de 15 de novembro (doravante “LTC”), através de requerimento dirigido ao STJ.

2. Admitido o recurso pelo Tribunal a quo, neste Tribunal foi proferida a Decisão Sumária n.º 596/2014, concluindo pelo não conhecimento do recurso.

Inconformado, o recorrente reclamou para a Conferência, pretensão que foi indeferida, através do Acórdão n.º 579/2014, onde se salienta que o concreto fundamento em que se estribou o não conhecimento do recurso de constitucionalidade, na parte versada na

reclamação – a não definitividade da decisão recorrida –, o recorrente nada opusera nem argumentara.

3. Nessa sequência, o recorrente veio requerer a esclarecimento do Acórdão n.º 579/2014, dizendo que verificou agora que quando interpôs o recurso para o Tribunal Constitucional “*não o fez corretamente*”, uma vez que dele não fez constar a indicação da norma ou princípio constitucional ou legal que considera violado, bem como da peça processual em que suscitou a inconstitucionalidade, pelo que deveria ter sido convidado a essa omissão, nos termos do n.º 7 do artigo 75.º-A da LTC. Mais refere que “[p]ese embora o mui doutamente na decisão aclaranda, sobre a inutilidade de tal convite, com a devida vénia, discordamos, pois igualmente então tal inutilidade se verifica ‘a contrario’ isto é, para quê convidar o recorrente a indicar norma ou a peça processual em que o recorrente suscitou a questão da inconstitucionalidade, quando oficiosamente, tal, de imediato, se pode verificar compulsando os respetivos autos como aliás sucedeu no caso presente”.

4. Levados autos à Conferência pelo relator, nos termos e para os efeitos dos artigos 84.º, n.º 8 da LTC e 670.º do Novo Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, cumpre decidir.

## II. Fundamentação

5. Nos termos das disposições conjugadas do n.º 8 do artigo 84.º da LTC e dos n.ºs 1 a 3 do artigo 670.º do CPC, sendo manifesto que, com determinado requerimento, a parte pretende obstar ao cumprimento da decisão e à baixa do processo, cumpre declarar a decisão transitada e conhecer de tal requerimento em traslado.

O requerimento apresentado pelo recorrente encontra clara subsunção na previsão desses preceitos.

Na verdade, e independentemente da propriedade da qualificação do requerimento como esclarecimento, ou do cabimento processual de incidente com esse objeto, verifica-se que nele o recorrente fcciona fundamento que não foi mobilizado no Acórdão n.º 579/2014. Como se disse supra, o Tribunal tomou posição concordante com a decisão sumária quanto à não definitividade do acórdão condenatório proferido pelo Tribunal da Relação do Porto, como exige o n.º 2 do artigo 70.º da LTC, sendo esse o único fundamento para o decidido indeferimento da reclamação.

Igualmente, em termos evidentes, a alusão feita a que o Acórdão n.º 579/2014 teria tomado posição negativa quanto à utilidade da formulação de convite, não encontra adesão com o seu texto. Em nenhum momento do referido aresto surge equacionada, expressa ou

implicitamente, questão relacionada com o incumprimento dos n.ºs 1 e 2 do artigo 75.-Aº da LTC, ou com a aplicação do n.º 7 do mesmo preceito.

Nessa medida, mostra-se patente que o requerimento em apreço apenas responde a propósito de prolongar indevidamente os trâmites do recurso neste Tribunal, através da discussão sobre o mérito de pronúncia judicial que verdadeiramente não teve lugar.

### **III. Decisão**

#### **6. Pelo exposto, decide-se:**

- a) Ordenar a extração de traslado, para nele serem processados os termos posteriores da reclamação, composto pela Decisão Sumária n.º 596/2014 e atos subsequentes;
- b) Nos termos dos n.ºs 2 e 5 do artigo 670.º do Código de Processo Civil, aplicável por remissão do artigo 84.º, n.º 8, da LTC, **determinar que os autos sejam imediatamente remetidos ao tribunal recorrido, considerando-se, para todos os efeitos, transitado em julgado o Acórdão n.º 579/2014.**

Notifique.

Lisboa, 23 de setembro de 2014 - *Fernando Vaz Ventura - Pedro Machete - Joaquim de Sousa Ribeiro*